



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Projetos e lógicas: análise do Pronaf A no P.A. Mandacaru -
Sumé / PB**

Miguel David de Souza Neto

Campina Grande, Agosto de 09.

MIGUEL DAVID DE SOUZA NETO

**Projetos e lógicas: análise do Pronaf A no P.A. Mandacaru –
Sumé / PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Prof^a. Dra. Ramonildes Alves Gomes.

Campina Grande – PB
2009

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S729p Souza Neto, Miguel David de.
Projetos e lógicas: análise do Pronaf A no P.A. Mandacaru – Sumé/PB /
Miguel David de Souza Neto. — Campina Grande, 2009.
124f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes.

1. Crédito Rural. 2. Campesinato. 3. Agricultura Familiar. 4. Pronaf
– Políticas Públicas. I. Título.

CDU 336.77:631(043)

MIGUEL DAVID DE SOUZA NETO

**Projetos e lógicas: análise do Pronaf A no P.A. Mandacaru –
Sumé / PB**

Dissertação apresentada em 18 de Setembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Mércia Rangel Batista (UFCEG/CH/PPGS – Ex. Interno)

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCEG/CH/PPGS – Ex. Interno)

Prof. Dr. Daniel Duarte Pereira (UFPB/CCA – Ex. Externo)

Campina Grande-PB
Setembro de 2009

“lembro-me de quando era criança
e via, como hoje não posso ver
a manhã raiar sobre a cidade
ela não raiava para mim
mas para a vida

porque então eu, não sendo consciente
eu era a vida,
eu via a manhã e tinha alegria
hoje eu vejo a manhã, tenho alegria
e fico triste...

eu vejo como via,
mas por trás dos olhos,
vejo me vendo
e só com isso, se obscurece o sol
o verde das árvores é velho
e as flores murcham, antes de aparecidas”

Fernando pessoa como Bernardo Soares - livro do desassossego

Que eu desperte,
Que eu me mova
Que eu possa agir
E testar, para as páginas amareladas de tempo
Que fui em vida, um que teimava em acordar
Mover-se
Agir-se

Agradecimentos

Eis, enfim, o tão sofrido resultado: O *paper* que atesta que fui, como outros, perguntar ao objeto os porquês de sua existência.

Mas mais que compreender porquês, é se rejubilar no *como*. Não no como do objeto, mas no como da vida. Como fiz amigos, como vi que acima de tudo, a amizade é essencialmente desapegada, altruísta.

Agradeço primeiramente a Deus, que tem segurado minha mão e me acompanhado na minha jornada.

Às amigas de caminhada, em especial Suely e Franqueline, o meu apreço sincero por suportarem minhas bobagens, grosserias e meu riso frouxo. Minha lerdeza e desatenção para as coisas práticas, mas essenciais.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Ramonildes que com paciência trilhou esse caminho ao meu lado. Ao Prof. Luis Henrique, pelas contribuições valorosas, dadas em tempo. Aos professores do PPGCS, Roberto Véras, Lemuel, Edgar Malagodi, Marilda, por abrir os horizontes da sociologia e das humanas, além dos ícones que o são, evidentemente.

Aos camaradas do MST, pela confiança, sobretudo pela oportunidade dada de poder ter um dia, engrossado as fileiras da reforma agrária, contribuindo no debate e tecnicamente com as famílias assentadas, especialmente à Dilei, amiga e líder.

Aos assentados que, reconheço neles uma estima e um acolhimento, não importando a hora nem a data que porventura eu chegue às suas casas, sempre tem um café pronto, um pedaço de doce, água e a conversa frouxa.

Aos demais companheiros e amigos, Paulo, Sirley, Ricardo, Sandra, Fabya, Jeferson, Sávvia, Francis e Janine.

À Suzannah, pelo reencontro. À minha família, pela força e compreensão de minhas ausências. France, Elias, Tony, Filó, minha mãe, meu pai, Zé Branco, pela torcida.

A todos e todas que me suportaram nesse tempo todo, os meus mais sinceros agradecimentos.

Dedicatória

À minha mãe, Natália, por ter garantido que o caminho do estudo era o que eu deveria trilhar, dedico.

RESUMO

PALAVRAS – CHAVE: Agricultura familiar; Estratégias produtivas; Modernidade, Políticas públicas; Pronaf.

Atuando como projetista na Assistência Técnica, em áreas de reforma agrária, percebi a recorrência de dinâmicas diferentes e concorrentes relacionadas aos projetos de investimento *Pronaf A*. Observei que na maioria das vezes, os beneficiários modificavam os projetos iniciais, através da incorporação de atividades que não eram previstas ou não financiáveis. Tais modificações dadas ao projeto formal se consolidam a partir das intencionalidades e desenham o jogo entre a institucionalização e a legitimação de tais atividades, como reflexo de visões de projeto muitas vezes discrepantes, seja as lógicas institucionais (Governo, MST), ou de grupo, como o dos assentados. Além desta observação, constatamos a implementação, ou a tentativa de implementação, do projeto de modernização da agricultura, carregado pelo Pronaf A, nos processos racionalizantes contidos na visão macroeconômica governamental que se revela nas análises de renda e capacidade de pagamento dos projetos. Com a nossa experiência enquanto técnico e mediante as inúmeras visitas de campo, bem como em seguida, da pesquisa para esse estudo, observamos a total falência dos projetos financiados no assentamento. Esta consequência parece ser recorrente na maioria das áreas de assentamento, principalmente do semiárido. Supomos que alguns aspectos são quase determinantes, porque influenciam fortemente os resultados negativos do Pronaf A. São eles: a) A presença instável e fragilizada da ATEs, que, do contrário, garantiria a estabilização do acompanhamento aos investimentos; b) A não disponibilidade de aptidão da maioria dos beneficiários, ou mais precisamente, de um *habitus* diferente do empreendedor desejado pelo governo que os aproximaria mais dos índices macroeconômicos das planilhas e; c) A resistência velada ou não, inconsciente ou não, às recomendações técnicas, como desconfiança prática, que apesar de ser moderno, constitui-se como elemento de resistência à totalidade da modernidade e uma característica tipicamente camponesa.

ABSTRACT

KEY - words: Family agriculture, manufacturing strategies; Modernity, Public Policy; Pronaf.

Acting as a designer in the Technical Assistance in areas of agrarian reform, I realized the recurrence of different and competitive dynamics related to the investment projects Pronaf A. I noticed that in most cases, the beneficiaries modified the original project, through the incorporation of activities which were not planned or funded. Those changes due to the formal project are consolidated from intentionalities and draw the game between the institutionalization and legitimization of such activities, as reflex of the views of the project often discrepant, as the logical institutional (government, MST), or group, as of the settlers. Beyond this point, we saw the implementation, or attempting to implementation, of the Agriculture Modernization Project, loaded by Pronaf A, in the rationalizing processes contained in the vision macroeconomic government which is revealed in the analysis of income and ability to pay for projects. With our experience as a technician and by the numerous field visits, and then the research for this study, we observed the total failure of the projects funded in the settlement. This result seems to be recurrent in most areas of settlement, especially in semiarid. We assume that some aspects are almost decisive, because they influence strongly the negative results of Pronaf A. They are: a) The unstable and weakened presence of ATES, which, in contrast, it would ensure the stabilization of monitoring the investments, b) the lack of ability of most beneficiaries, or more precisely, of a different habitus desired by the entrepreneur government which get them closer to the index of macroeconomic spreadsheets and c) the resistance or not hidden, unconscious or not, to the technical recommendations, such as mistrust practice which, although modern, it is as an element of resistance to the whole of modernity.

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 1. Estados do Nordeste em que os problemas da Assistência Técnica tomaram relevância, dados do biênio 2000/2001. Extraído de GUANZIROLI et al (2003, p.17).....	33
Ilustração 2 – Composição política / administrativa dos municípios paraibanos que integram a microregião do cariri ocidental. Sumé, onde está localizado o assentamento mandacaru, corresponde ao número 15, na área central do mapa (vide legendas).....	49
Ilustração 3. Visita ao assentamento Mandacaru, foto tirada na vila sede. Vêem-se as pessoas chegando e o transporte do extensionista: Moto.	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - : PRONAF A — Principais características até junho de 2008	82
Tabela 2 - PRONAF A — Mudanças após a adoção do Pronaf Sistêmico numa tentativa do governo Lula em fomentar a produção de alimentos pela agricultura familiar e assim, garantir a redução dos níveis inflacionários, mediante à pressão da alta dos alimentos, causada principalmente, pela ação especulativa do setor financeiro.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dimensões analíticas, que refletem as modificações nos projetos de investimento. Extraído de Cunha et al (2008, p.08).....	31
Quadro 2 - As categorias da teoria de Bourdieu.....	36

LISTA DE SIGLAS

AS-PTA – Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA - Projeto de Assentamento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PIB – Produto Interno Bruto
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
RB – Relação de Beneficiários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sumário

Agradecimentos	5
Dedicatória.....	6
Introdução:.....	12
Capítulo I – Intenções, legitimidades e o Pronaf A.....	16
A Metodologia:.....	23
Epistemologia e metodologia – uma breve reflexão metodológica.....	26
Da teoria de Bourdieu:.....	34
Da pesquisa e do rigor metodológico:.....	36
Ruptura, Vigilância e a ilusão da Transparência:.....	39
A construção do objeto ou a percepção dele	42
Entendendo o objeto: instrumentais e a condução da pesquisa.....	45
A modernidade e o tempo.....	45
Capítulo II – O começo de tudo: Namoro, mediações e teimosia sobre duas rodas.	48
O ambiente: O cariri oriental.....	48
Técnica e militância: um oásis de esperança na aridez da ATER	51
Os Atores: da aliança de Tucumã ao pano vermelho	61
A tríade teimosa: dois técnicos e uma moto	62
As lógicas em disputa: a vontade moderna do governo versus as particularidades dos assentados	69
As institucionalidades: PDHC, MST, BNB. Rupturas e descaminhos – onde está o caminho de volta?.....	74
Capítulo – III. O Pronaf A e a constituição da Agricultura Familiar	79
Histórico do Pronaf.....	80
A Mercantilização da produção familiar: A encruzilhada desenvolvimentista?	83
O projeto e a planilha. Reflexo da reflexividade?	90
Estudo de todos os casos a partir de apenas um: Seu Chico e sua certeza tímida.....	92
Capítulo – IV. O dilema moderno: ser moderno.	95
O Assentamento.....	96
A formação do espaço	97
De camponês a camponês assentado; de Assentado a Pronafiano. O habitus se revela	105
Modernidade enquanto painel de contrastes: O habitus e a desconfiança prática.....	115
Considerações finais.....	118

Introdução:

**“Severinim vivia até feliz
Enchendo os olhos com um bem de raiz”**
Saga de Severinim – Vital Farias

Durante cerca de 3 anos e meio, de 2002 a fins de 2005, participei do corpo técnico de uma cooperativa de prestação de serviços ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atuei pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos à Reforma Agrária (Cooptecara), diretamente através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em diversas áreas de assentamentos rurais por todo o Estado da Paraíba. No referido período, no último biênio trabalhei especificamente nas áreas de reforma agrária do Cariri Paraibano, nas quais pude elaborar e/ou acompanhar os projetos de investimento de pelo menos sete assentamentos; entre eles no Projeto de Assentamento (P.A.) Mandacaru, localizado no município de Sumé, o qual escolhemos como *locus* da pesquisa empírica a qual nos reportaremos, neste trabalho.

Nesta experiência, observei desde as discussões de organização do trabalho coletivo até à liberação do crédito. Tais observações foram realizadas a partir da lida diária de nossas atividades e demais atribuições de extensionista. Entretanto, ao discutirmos (enquanto equipe) e elaborarmos os projetos de investimento – como era conhecido o Pronaf A – observamos uma demanda não atendida por algumas atividades, que terminaram não postas no projeto final ou projeto formal, geralmente por inviabilidade técnica ou incompatibilidade de certos índices da planilha. Estas atividades findaram sendo descartadas da proposta final, encaminhada ao banco, mas que, em dados momentos da implantação dos projetos, elas quase sempre ressurgiam, por ação dos assentados.

Tomando uma análise mais aprofundada que não apenas a retórica de inconsistência técnica dos projetos, passei a observar um jogo entre o banco e os assentados. O primeiro limitava-se a por em xeque a visão de viabilidade das atividades pretendidas pelos beneficiários, ao passo que, aqueles buscavam através de construções coletivas (nem por isso isentas das manipulações do jogo do campo econômico) apropriarem-se de mais espaços dentro do campo social e político através de suas representações de associação e do

próprio MST, fosse a partir de ações e discursos que buscavam validar e legitimar tais modificações.

Após sucessivas reuniões para elaboração do projeto, as quais eram relativamente freqüentes (pois a metodologia de trabalho defendida pela equipe técnica era, na medida do possível, uma metodologia participativa) construíamos a proposta final junto com os proponentes, de forma que a intenção era a de que o projeto se aproximasse o mais possível do desejado pelos assentados e que, as modificações com as suas respectivas justificativas técnicas caso necessário, eram apresentadas, frente às arestas entre assentados e banco, que passavam então a ser mais evidentes¹ e que dentro do contexto do Pronaf, estas disputas surgiam como paradoxo².

Dentro do *projeto oficial*, apesar das diferentes intencionalidades e institucionalidades que disputam espaço a partir destas dimensões através do campo político, predominantemente, encontrávamos reflexos marcantes do desejo governamental de aproximação (dos camponeses) ao empreendedor, ou uma vontade de transmutação para uma agricultura mais capitalista, de viés macroeconômico.

No entanto, mesmo com um viés estritamente desenvolvimentista dentro dos projetos, e ainda com toda sorte de *amarrações* técnicas, as alternativas para modificação do projeto formal encontradas pelos assentados quase sempre se fortaleciam a partir dos próprios recursos que inicialmente eram destinados especificamente à remuneração de mão-de-obra dentro do próprio projeto. Estrategicamente tais recursos eram utilizados pelos assentados

¹ Tão evidentes, que tenho medo de naturalizá-las, mas que na abordagem deste texto, procurarei uma cognição, em certa medida, afastada de minha relação próxima àquelas famílias. Embora não tão longe do distanciamento proposto, por exemplo por Durkeim, mas que de alguma forma busque esse sentido de análise / dissecação.

² Tínhamos as primeiras disputas que foram com o passar do tempo, ficando mais evidentes dentro de diferentes campos sociais, mas à época não eram pensadas por mim de forma objetiva, muito menos ainda à luz das ciências sociais: A elaboração do projeto em si mesma, portanto, enquanto objetivava a confecção de um produto desejado pelos proponentes, entrava em conflito muitas vezes com as indicações técnicas do banco. Portanto, essa dimensão que moldava os projetos, fruto das disputas e intencionalidades refletia meu dilema frente a algo paradoxal e que eu, consciente ou inconscientemente ajudava a construir, enquanto contradição; emergia nas relações entre assentados e banco e técnico, no momento da elaboração do projeto. Essa elaboração era guiada não só pelos aspectos propriamente técnicos; era uma mediação, sobretudo, entre as atividades que os proponentes desejavam e as elencadas no âmbito das orientações técnicas repassadas pela agência local. Atividades estas que mais parecem concessões dadas, à escolha dentro do leque permissível pelo campo técnico.

para realizar ou as atividades que no primeiro momento, não foram contempladas no projeto formal, ou simplesmente, por exemplo, para consumir bens duráveis.

Estas modificações quando incorporavam novas atividades produtivas ao projeto formal, quase sempre acabavam constituindo-se numa aproximação ao *projeto desejado* pelas famílias, desenhando um *projeto* que externa a dinâmica dessas disputas de intencionalidades várias³.

Por suposto, ressalto que a modificação dos projetos não era algo estanque, nem inerente apenas aos projetos por mim elaborados, mas contrariamente, era mais dinâmica e seguia o tipo de mediação feita, incluindo-se outros projetos, outros assentamentos, outros técnicos, o que aponta para uma “parcialidade desejável”, de acordo com a natureza da relação entre os técnicos e as famílias. Ou seja, de acordo com a maior ou menor proximidade, se teria uma maior ou menor aproximação ao projeto idealizado inicialmente pelas famílias.

Temos então o seguinte cenário: As famílias desejavam o recurso para produzir, à espera que as atividades se aproximem mais de seus perfis (seus gostos e estilos de vida a partir de seus “fatores práticos operantes”) e dessa forma, a execução fosse à sua maneira; contudo, o discurso governamental demonstrava clara preferência pelas cadeias produtivas que teoricamente aproximariam os assentados do perfil de empreendedor, e tanto o corpo técnico quanto o MST, hoje, ao os analisar a partir de uma visão crítica, me pareceram ausentes dessa discussão, corroborando com as ações institucionais governamentais e do banco, que repito, carregavam um claro discurso modernizador.

É possível então se pensar se é legítimo um projeto que não obedece em sua maior parte aos desejos de seus beneficiários ou se assim o fosse, ele fosse fielmente construído a partir destas intencionalidades, ele não passaria pelo crivo institucional, ele seria um projeto marginal?

Assim, cria-se o descompasso entre os atores que constroem o Pronaf A no P.A. Mandacaru frente às dimensões da legitimidade e institucionalidade, o discurso e o viés modernizante do crédito e as resistências dos assentados, configurando-se não como tipos,

³ Essa peculiaridade de arranjos, embora observada por mim nos projetos elaborados junto às comunidades também se perfazia em outros assentamentos, onde havia outros técnicos à frente – apesar de não dar-lhes acompanhamento técnico, sabia do projeto através dos próprios relatos de beneficiários dessas áreas.

já que as dinâmicas e as mais diferentes causas dispersam qualquer tentativa de tipificação. Estas características são bem mais dinâmicas; corroboram com as categorias teóricas de Bourdieu, sendo o perfil dos camponeses caririseiros - estes resistentes aos pressupostos modernizantes do crédito intrínsecos ao projeto de investimento – certamente o reflexo do habitus discutido por Bourdieu.

O cenário é, portanto, o qual onde temos como pano de fundo, assentados que não são empreendedores, como deseja o governo e um projeto modernizante, ao qual resistem os assentados. A ferramenta indicadora que grita um testemunho de tal descompasso, acaba sendo o crédito e nele, se vêem as atividades que ao invés de fortalecerem, desenharão os atores divergentes, na medida em que serão parâmetros de proximidade ou afastamento entre assentados, movimento, extensionistas e governo⁴.

⁴ As atividades dos projetos passam a delimitar a estreita percepção de modernidade, para o governo.

Capítulo I – Intenções, legitimidades e o Pronaf A.

O Projeto de investimento

O crédito pode ser entendido como ferramenta de percepção das dinâmicas e visões de mundo diferentes, a partir de cada interesse dos diferentes grupos sociais? Terá sido legítimo os projetos que mais se aproximaram dos assentados e desconsideraram realidades mais limitantes? Se o projeto escrito e financiado se aproximava mais dos parâmetros técnicos, na prática ele se afastou e tomou outros rumos?

É pensando essas questões e percebendo o Pronaf A como elemento de disputas entre diferentes dinâmicas que busco ver a partir dessas dinâmicas, algo como um raio X, ou perspectiva das lógicas em disputa, que, é fato o endividamento dos assentados, como a mais óbvia consequência de um aglomerado de fatores, os mais diversos que no fim, apenas ilustram um descompasso abissal entre a lógica do crédito nas instituições (sublimação) e as lógicas das famílias (precarização). Disso resulta a mazela do endividamento sem perspectivas palpáveis de saída para as famílias.

É portanto a partir de um dualismo gigantesco entre intencionalidades e institucionalidades que se forjam e se consolidam as políticas públicas no Cariri paraibano.

No caso do Cariri Paraibano, para que se ilustre tal descompasso de intencionalidades entre assentados e governo, citemos apenas dois exemplos, um relativo à pecuária e o outro à agricultura: O esforço modernizador do governo, no caso da pecuária, primeiro seria o endosso ao discurso de consolidação da cadeia produtiva do leite, prevendo a expansão do programa do leite⁵ e, conseqüentemente, a caprinocultura leiteira passaria a ser financiada, como o foi, através do Pronaf. Ou ainda quando o governo insiste, como insistiu por várias vezes, na produção de Mamona *Ricinus communis* no Cariri.

Se mediante a eloqüente valorização de tais cadeias produtivas no Cariri, a partir das instituições governamentais, se finda por traçar um novo perfil, desejado pelo governo, esse *tipo desejado* aproximaria os agricultores familiares dos pequenos *farmers* americanos -

⁵ O programa do leite é uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA do governo federal. No caso do programa do leite, o mesmo é operacionalizado através de convênios entre o governo federal, Através do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS – e os governos estaduais.

caracteristicamente pelo tamanho das áreas e exploração do solo, uso de tecnologias e toda sorte de insumos modernos.

Tal intensidade de exploração necessariamente exigiria, para atender a requisitos da capacidade de pagamento, em uma aproximação (conceitual e prática) dos empreendedores na agricultura familiar com a agricultura empresarial (o que no MST é conhecido pejorativamente por valorização dos agronegócios).

A partir da perspectiva do Pronaf A, o lote torna-se ou deveria tornar-se, algo como uma propriedade de alta exploração, de agricultura familiar mais afinada com o modelo norte americano - familiar mas altamente tecnificada. Na prática, configurações de tradição ou resistências evidenciadas por não-ações, ou não assimilação da tecnologia difundidas, quase sempre precariamente pela Ater, poderiam tanto ser compreendidas como os elementos de resistência ao capitalismo ou de convivência com o mesmo, ainda que à margem dele e de seus instrumentos, dependendo do ponto de vista que se dê.

Sobre o Pronaf, embora ele divida e tipifique os agricultores em categorias, já que diferentes níveis de renda enquadram as famílias em diferentes linhas de crédito, o mesmo enquanto política pública toma as famílias sob uma perspectiva evolucionista, de compreensão do crédito como fortalecedor e promotor de desenvolvimento. Ora, na prática terá sido isso que realmente aconteceu no Mandacaru? Será que os aspectos que contribuíram para o quadro atual no assentamento não se reproduzem nos outros assentamentos do cariri?

Assim, a tipificação dos agricultores e a perspectiva econômica evolucionista governamental que, embora não rompa com o capitalismo, se aproximaria de uma tipificação discutida por Lênin (1980)⁶ e na prática acaba tendo o resultado contrário do esperado, justamente pela não adequação dos beneficiários às demandas dos projetos. Por isso mesmo, se considerarmos os aspectos experienciais e individuais nos indivíduos, é

⁶ LENIN, Vladimir Ilich: **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo, Brasil Debates, 1980:

Lênin estudou a agricultura nos Estados Unidos no início do Século passado, de forma a buscar compreender o processo de formação do capitalismo na agricultura, a partir de uma abordagem dialética-materialista. Ao contrário de várias abordagens fundadas no historicismo, que tomava as relações mais primitivas como formas de resistência ao capitalismo, Lênin entendia tais aparentes resistências apenas como relações semi feudais, de escamoteamento do próprio capitalismo e que era necessário se revelar os “eufemismos” e disfarces da relação trabalho / capital do sistema nessas resistências “de modo que ele [o capitalismo] fosse enterrado definitivamente”.

preferível tomar uma abordagem da influência do *habitus* em suas escolhas, a partir das idéias de Pierre Bourdieu.

Ao receberem o crédito, muitas dessas famílias ou acabam *incorporadas* no processo modernizante e empreendedor que o mesmo supostamente traz, na visão liberalista do Pronaf, ou refugiam-se nas atividades que têm mais afinidade e identificação, algumas das quais, não eram financiadas e, quase sempre, estancam, ou até regridem, ainda mais se o agravante da falta de acompanhamento técnico existir, como existiu no P.A. em questão.

Não me parece, diante das experiências por mim vividas, que os assentados do Cariri correspondam inteiramente ao perfil dinâmico desejado dentro dos marcos legais do Pronaf A e, transpondo-se para além das fronteiras do Estado, muito menos se aproximam da agricultura familiar que se insere no processo e no discurso da modernização pensada em Brasília ou em Fortaleza.

O crédito por sua vez, entendido pelos marcos legais modernizantes, seria nesta nossa releitura, o elemento que dispersaria o Caririseiro de seu *loci*⁷, de sua existência enquanto camponês, afinal, o discurso modernizante está impregnado na forma de conceber o projeto de investimento, na estrutura das planilhas e nas análises macro econômicas delas.

Sob o viés da modernização, por outro lado, pensar em semiárido, implica pensar nas dificuldades de se produzir em um bioma tão peculiar e, sobretudo, na questão da sustentabilidade ambiental⁸ e de viabilidade das atividades econômicas dessas áreas. A questão produtiva e de manutenção dos recursos naturais, ainda são a tônica nas discussões em torno das áreas de reforma agrária do semiárido, seja no ambiente institucional de uma delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), num encontro de ATER ou nas rodas de conversas em bares ou feiras.

O impacto ambiental, ou o *passivo ambiental* por exemplo, nas áreas de assentamento definitivamente não assinalam para uma imagem positiva à primeira vista (e de uma abordagem muito superficial) para as áreas de reforma agrária. Este fato foi trazido recentemente à mídia através da divulgação de um relatório de impacto ambiental e

⁷ Ou, em outros termos, o *habitus* produzido em campos específicos, no caso, os pronafianos do Cariri.

⁸ Sob o debate ambiental, é interessante esta discussão a partir do viés de uma *sociologia ambiental*. Mais especificamente a partir de **Sociologia Ambiental: Risco e Sustentabilidade na Modernidade**, de Cristiano Lanza, que é uma reflexão sobre as questões ambientais e ecológicas, consideradas fundamentais à sociologia contemporânea. O desenvolvimento sustentável, a modernização reflexiva são as principais vertentes apresentadas neste texto, cujo autor defende uma postura pluralista e de complementaridade teórico-conceitual.

desmatamento pelo IBAMA no qual figuram, entre os 100 maiores promotores do desflorestamento da região norte do país, alguns assentamentos de reforma agrária. No caso específico do Semi-árido, esse alerta fora dado por estudo promovido por agências internacionais para o desenvolvimento, ligadas às Nações Unidas, através de um relatório onde, entre outros pontos, a questão do avanço do desmatamento nas áreas de reforma agrária já era preocupante (em 2002).

Contudo, sobre este recente estudo do IBAMA, vale salientar que os dados devem ser questionados a partir da perspectiva de que houve ou não um levantamento histórico da área. Sobretudo, na perspectiva de perceber se antes de ser assentamento, já havia sido explorado os recursos florestais do imóvel, tendo restado apenas uma cobertura vegetal de capoeiras, capoeiras grossas ou, uma população florística de sucessão secundária.

Assim teríamos na verdade, uma situação em que, pese algumas ressalvas específicas; teríamos o desmatamento em área que já fora anteriormente degradada e que vem à tona na mídia de que há a degradação desses recursos de *mata virgem* pelos assentamentos, o que não é totalmente verdadeiro, embora reconheça ser o assentamento um ambiente fortemente propício à degradação dos recursos naturais, por vários aspectos, como a chegada tardia do crédito, o perfil dos assentados e a relação dos mesmos com o ambiente, as práticas agrícolas e pecuárias em desacordo com a perspectiva de sustentabilidade, a concentração de grupos de exploração dos recursos num ambiente comum.

O desconhecimento das circunstâncias as quais foram submetidas àquelas comunidades de assentados, onde tais críticas quase sempre rumam para o discurso de banalização e escárnio da reforma agrária e dos esforços institucionais (governamentais e dos movimentos sociais) em assentar tais famílias, parece ressoar na mídia muito fortemente e dão a tônica do grande desafio das áreas reformadas: produzir mais e melhor, o que seria algo que nos remete à discussão de desenvolvimento sustentável.

Este é o maior, senão o pior fantasma que assombra os que lutam por um setor de produção, forte e sustentável nas áreas de assentamento. A abordagem sobre a questão ambiental nas áreas reformadas adquire traços de algo deveras preocupante, ainda mais quando nenhuma das opções apontam claramente como situações objetivas de causa-efeito; a questão da ausência, ou a própria presença do crédito, fortalecem eventualmente algumas ações predatórias, depende da forma como serão conduzidas. Desmata-se porque não se

tem receita, ou desmata-se (ou o que é mais comum, desfloresta-se) porque o banco assim o exige para a formação de capineiras, por exemplo⁹.

Ao deter-se na questão produtiva dos assentamentos do cariri, o setor agrícola/pecuário à primeira vista pode sugerir uma baixa, ou incipiente produção. Entretanto, a nossa experiência (enquanto equipe de ATER) junto a essas comunidades vem refutar por completo essa assertiva, de que não há, ou apenas há uma fraca produção nos assentamentos do Cariri. De fato havia uma produção relativamente frequente de alimentos a partir dos assentamentos; especificamente no Mandacaru, essa produção dizia respeito ao leite de cabras. No que se refere ao tipo de atividade predominante nessas áreas, de longe a caprino ovinocultura é a atividade de maior significação para as famílias do Cariri.

Algumas comunidades, mais que as outras, evidenciam essa produção, principalmente de itens hortifrutigranjeiros, comercializados nas feiras locais. Embora percebêssemos que até dentro de um assentamento, parecia haver locais mais produtivos que outros, em relação às próprias agrovilas, isto devia-se a certamente a uma gama de fatores que não apenas os naturais, mas fatores como composição das famílias e uma maior ou menor ligação à atividade produtiva em questão; a partir deste último ponto, percebi que isso estava ligado quase visceralmente ao perfil do/da líder da família, ou a disposição de membros na família (principalmente os jovens) de se inserirem nas atividades.

Além do pressuposto óbvio de pequena comercialização, a produção de excedente propiciada ou intentada nessas estratégias ia além da suposta comercialização local, ou mais ainda, como mera subsistência (segurança alimentar)¹⁰. Parecia servir também como

⁹ Certamente a questão ambiental, descontextualizada, fora das circunstâncias será usada, a partir de então, como argumento para os que criticam o processo de reforma agrária, ou a própria reforma agrária. Críticas estas que acabam desconsiderando toda sorte de contexto aos quais estão submetidas aquelas famílias assentadas, sobretudo os intelectuais voltados para a esfera do agronegócio. Essa é uma questão que quero voltar a abordar mais à frente e, sendo assim, será mais discutida, no tópico apropriado.

¹⁰ Cabe, oportunamente, um parêntesis de questionamento às políticas públicas de desenvolvimento que não contemplam a questão etnográfica dos territórios e o Pronaf finda por ser uma política de desenvolvimento marcada centralmente por uma abordagem progressista. O comportamento e os vários perfis da agricultura familiar brasileira a torna extremamente diversificada, sendo que a orientação tomada pelo Pronaf aproxima-se mais a agricultura familiar do agronegócio (desejado pelos marcos legais do Pronaf) e chamada, por algumas lideranças do MST como "Agronegocinhos". A realidade do NE, de fato, não é similar à do sudeste e sul, assim como diferentes são as características dos agricultores familiares entre essas regiões.

Ainda sobre as diferentes agriculturas, parece existir certa dificuldade institucional de conduzir os marcos legais das políticas públicas de desenvolvimento. Isto certamente advém de uma diversidade de agriculturas dentro da agricultura familiar, conforme abordado por Bastos (2006). Um outro ponto a ser pensado é a questão da produção de alimentos pela agricultura familiar, viés principal de retomada do discurso modernizante da agricultura pelo Estado. Sobretudo quando o Presidente Lula lança um PAC para a

poupança estratégica, como uma renda extra para auxílio no pagamento do projeto de investimento pelas famílias que mais se aproximavam do contexto empreendedor institucional.

Esse caráter de poupança estratégica vinha mais à tona quando os pronafianos, ao implantarem as atividades produtivas na execução do financiamento, potencializavam os recursos para fazerem as atividades que desejavam, modificando o projeto oficial. Essa modificação quase sempre consistia no acréscimo de uma ou outra atividade às previstas, ou de incorporação de um número maior de animais que o previsto. Não se tratava de desvio de recursos de forma torpe e assentida pelos técnicos. Eram atividades que advinham da *potencialização* de recursos do projeto (quase sempre destinados ao pagamento da mão – de – obra de benfeitorias previstas) em atividades que julgavam viáveis, mas que terminaram não sendo acolhidas pelo projeto *oficial*, o qual chamarei aqui de *projeto produto*.

Embora as planilhas eletrônicas¹¹, a despeito de tudo, tenham uma construção arrojada, do ponto de vista dos índices técnicos, não cobrem todas as atividades e a própria lógica da agricultura familiar, detendo-se basicamente na análise da renda das atividades pecuárias e de lavouras anuais e numa *profissionalização empreendedora* no contexto da agricultura familiar.

Por outro lado, a recusa parcial em observar indicadores técnicos pode fazer com que os assentados comprometam a sustentabilidade das suas atividades a médio prazo. Duarte Pereira (2008, p.276), detendo-se sob as variáveis ambientais e antropocêntricas em diversos assentamentos do Cariri, observou, no caso do P.A. Mandacaru, que a capacidade de suporte do assentamento era superior em quase duas vezes ao recomendado tecnicamente.

Este dado confirma o que fora dito: o sobrepastoreio ou sobrepastejo diz respeito a número maior de animais que o projetado, o que implica que os assentados têm animais além do recomendado para a capacidade de suporte daquela área, ou há animais de “terceiros” nas “mangas” do assentamento. Esta situação torna-se mais grave quando

agricultura, que é o Programa Mais Alimentos, (assunto, inclusive, abordado superficialmente no corpo deste trabalho) com alguns subsídios e concessões dados no sentido de promover à incorporação da modernidade pela agricultura familiar.

¹¹ mesmo com todo o rigor técnico no qual foram construídas.

lembramos que o mesmo se localiza no bioma caatinga, ecossistema sabidamente frágil e de recomposição florística lenta.

Para tentar perceber em meio às várias intencionalidades sobre o Projeto de investimento, incorporo aqui as categorias de Bourdieu, para dar conta da discussão do *habitus* em certa medida, campesino, de alguns beneficiários (entendendo o *habitus* como um “*conhecimento adquirido e também um haver*” (Bourdieu, 2000, p.61) por ser muito mais fluídico e dinâmico que simplesmente uma tipificação mais objetiva, considerando também aos indivíduos não apenas os elementos de resistências encontrados na tradição, mas também a exposição aos mecanismos modernizantes trazidos pelo crédito. Uso alguns elementos da teoria de Giddens para perceber os aspectos de desencaixe da modernidade e proceder a uma contextualização dos pronafricanos frente ao discurso modernizador do crédito.

A abordagem sociológica pensada, a partir do uso das biografias, parecerá à primeira vista ambígua, pois costumeiramente se irá ou analisar os indivíduos, enquanto resistentes aos sistemas normativos gerais, ou, por outro lado, testificar se de fato, o normativo se incorpora nas outras biografias (ação no *Campo*), conforme apontado por Levi, transcrito por Ferreira e Amado (2005, p.167).

Ao se pensar em crédito e em espírito um modernizante que ele possivelmente carrega, deve-se perceber que, à medida que se transpõe do espaço institucional para o espaço do assentamento, com suas peculiaridades e características, este espírito moderno, no sentido de se compor por uma lógica empreendedora, irá dialogar com os Pronafricanos mediado pelos técnicos de Ates, inserindo-se aí numa disputa de lógicas e intencionalidades...

O processo modernizante, portanto, ora aproxima uma lógica da outra (tanto pela violência simbólica, ou como um processo mais amplo) e em alguns momentos, pela própria dinâmica das disputas nas relações sociais, as acentua. Tais disputas, entretanto, não se constituem meramente da assimetria de capital econômico, sob uma típica abordagem sociológica clássica, mas, sobretudo, da auto-reformulação do *habitus* pela incorporação dos sinais da modernidade na forma de produzir e enxergar as atividades produtivas dos assentados que ora se afirmam como grupo, ora incorporam o discurso simbólico, na medida de seus interesses.

Dessa conjuntura, a figura do técnico sobressai-se algo entre o permitido e o desejado, negociador (mediação) e o juiz. Ao negociar e criar arranjos, em direção a um projeto que carregue os aspectos técnicos institucionais, mas que se aproxima, ou se afasta, sob a medida da relação construída, do projeto desejado pelos assentados, nessa relação que objetivamente parece ser regida por um conjunto de fatores: de um lado os aspectos técnicos, a viabilidade econômica e ambiental, por outro as trajetórias particulares que findam por definir o *projeto desejado* por parte dos assentados.

Compreender o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (*Pronaf*), na sua linha de crédito destinada às áreas de assentamento (*Pronaf A*) enquanto fruto de embates e confrontos, bem como levantar aspectos que ainda possam ser entendidos como “arestas” é, a meu ver, uma forma de permitir a “recriação” ou um repensar rumos. Rumos que atualmente carecem ser incorporados, ao menos no discurso institucional de um *Pronaf* sistêmico, entendendo a unidade de produção familiar como um contexto mais amplo e dinâmico, holístico bem como perceber ainda, as velocidades e perfis dos beneficiários e não estender a todos uma lógica macroeconômica.

Daí que a busca de argumentos que expliquem a suposta adesão das famílias ao espírito empreendedor intrínseco aos projetos institucionais ou sua recusa, poderá ajudar a compreender tal dinâmica. Essa observação, das tendências dos *pronafricanos*, e seus perfis, poderão auxiliar na composição ou busca de ações que cumpram não só o desenvolvimento econômico pretendido pelo programa, mas, sobretudo possibilitando uma consolidação de Políticas Públicas economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e, sobretudo, socialmente adequadas.

A Metodologia:

Ao ingressar no universo das conceituações das ciências sociais, deparei-me, perplexo, com discussões e até monólogos prolixos, que de imediato não repercutiram na *frialdade inorgânica* de minha formação acadêmica. Eu que vinha de várias experiências pioneiras, apesar do relativo pouco tempo de formado, atuei junto aos movimentos sociais, ong's e a agricultura familiar, mediante um período em reconhecimento que as políticas públicas

começaram a de fato, ser direcionadas para as demandas da pequena agricultura, embora ainda longe de serem de fato, construtivas e libertadoras - emancipadoras.

Paradoxalmente, ao começar um breve mergulho na obra de Bourdieu, pude vislumbrar a profundidade de sua abrangência. Começar a compreender o porquê de ele ser considerado leitura obrigatória nas ciências sociais. Se Bourdieu militava em várias frentes, principalmente contra o processo de globalização e considerava o Brasil com seus “grandes recursos culturais, históricos (...) um lugar de resistência.”. Para SOCHA (2008, p.45) compreender Bourdieu significaria compreender esse nosso imperativo de resistência, a meu ver, também circunscrito no entendimento do processo de modernização da agricultura familiar e campesinato.

A submissão da compreensão do objeto de estudo às suas categorias, que devem ser compreendidas frente às suas interdependências, nunca isoladas, nos fez perceber que as estratégias, as tipologias de agricultores que encontramos nos assentamentos, bem como as suas tomadas de posição de fato, valida o conceito de *habitus*, como algo que se reformula e reinventa à medida das experiências vivenciadas, ou que as estratégias mais objetivas que se contrapunham à visão institucional. Bourdieu (1990, p 43.) nos fala em instrumentos de ruptura de conceitos imediatistas, sendo assim, o resgate da problemática entre visões diferentes do Pronaf A exige tal elemento, já que as posturas e atitudes daquelas famílias eram *per se* ou careciam de tais “*instrumentos de ruptura com um ponto de vista objetivista e com a ação sem agente, suposta pelo estruturalismo (que recorre, por exemplo, à noção de inconsciente)*” Bourdieu (*op. Cit*)

No entanto, como livrar-me da prisão metodológica, que pode esconder o real sentido dos fatos e encontrar uma metodologia adequada que proponha esse resgate? Bourdieu propõe que se tenha uma “*extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, de sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego*” (Bourdieu, 2000, p.27).

Assim, ao sugerir uma abordagem reflexiva, fugindo do pronto e acabado sempre preferido pelo *homo academicus* como nos fala Bourdieu (2000, p.19), a nosso entendimento, inerente também a uma *sociologia da experiência*, pois à medida que *estratégias* se definem, redesenham traços nos *habitus*, mesmo que sutis, dentro das disputas no campo, acabam sendo fruto efetivamente das experiências, do jogo social conforme discutido por Matos (2005). As estratégias não se referiam somente aos

agricultores, mas também às minhas, enquanto (suposto) mediador, num reinventar-se constantemente.

Deste reinventar-se o habitus configura-se como algo que possui um grande poder de transmutar-se, segue sendo não algo rígido, mas fluídico, dinâmico, embora carregue uma essência menos dinâmica. Para Almeida (2005, p.3) o habitus “*possui uma enorme potência geradora*”, é essa potência geradora que dá aos sujeitos a capacidade de modificar-se, adequar-se.

Ao compreender o que diz Bourdieu (*op. Cit*) que “*o programa de observações ou análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda série de confecções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício*”, ao observar as relações de causa-efeito do Pronaf A no Assentamento Mandacaru, deve-se pontuar algumas ações que servirão possivelmente para nortear as análises das relações entre técnicos, instituições e assentados. Este exercício que acaba sendo uma mediação entre o rigor de uma observação cuidadosa e um resgate de memórias, observações e fatos vividos. A análise seria obedecendo a uma vigilância epistemológica juntamente com o relato de experiências vividas, oriundas das práticas de campo e nossas lutas cotidianas junto à Ater.

O levantamento dos dados da pesquisa, relativos às atividades e alternativas produtivas empreendidas pelos assentados, assim como o diagnóstico sócio-econômico dos mesmos serão obtidas através da aplicação de questionários, seguido da realização de entrevistas semi-estruturadas. Com vista à compreensão da lógica dos beneficiários, buscarei revelar, caso exista, se a lógica das famílias se contrapõe à lógica institucionalizada dos mediadores oficiais (banco e escritórios oficiais de assistência técnica).

A pesquisa empírica, portanto, foi orientada tendo em vista os seguintes aspectos: *o quê* estudar: as diferentes lógicas que envolvem os Projetos de investimento do Pronaf A, com vistas para a concepção da capacidade de pagamentos; *Quem* estudar? O contexto institucional e sócio-econômico das famílias assentadas beneficiárias do Pronaf A – neste caso, bancos, técnicos-extensionistas, lideranças e as famílias beneficiárias, sobretudo as posturas dos técnicos frente às novas demandas ou situações.

Epistemologia e metodologia – uma breve reflexão metodológica

A prática deve estar impregnada de método, ou o próprio método se reflete através das práticas? É com esse questionamento que inauguro a abordagem metodológica, desta pesquisa. Tomarei como base teórica, portanto, as categorias discutidas por Bourdieu.

À primeira vista, buscar compreender as dinâmicas que envolvem o Projeto de investimento pode sugerir apenas um jogo entre sujeitos, todavia, em uma abstração que abranja o porquê dos discursos, vê-se as interseções entre sujeitos e instituições nas falas, algo que a ilustrar uma dinâmica de construção de ações (e discursos) da estrutura para os sujeitos, entretanto, não apenas isso deve ser visto.

O discurso e as ações que, na prática, correm para modificar, manter ou ampliar o projeto, são produzidos nos espaços dos grupos; discursos que se vêem ecoar nos diversos atores e até nas ações dos mesmos.

Não compreenderíamos as dinâmicas que se jogam e jogam sobre os projetos de investimento (Pronaf A) apenas se a discutíssemos como reflexo de uma luta de classes em torno do mesmo. Se assim considerássemos, já teríamos a abordagem com uma conclusão clássica, de luta de classes com, por exemplo, a assertiva de que as modificações nos projetos eram reflexos da insatisfação da classe trabalhadora com o perfil macroeconômico burguês (e capitalista) dos mesmos e que o Estado manipula os liames do Pronaf conforme os interesses da classe dominante.

Ao nos determos na observação das lógicas concorrentes, estaremos nos debruçando sobre a modificação dos projetos, admitindo a inclusão dos motivos pessoais, das escolhas solitárias, indiferentes à noção coletiva de classe ou grupo; entretanto, o dinheiro ou a cultura de grupo não é motivo único, o único componente do “cimento social” e das dinâmicas em torno do Pronaf A. Existe sim uma coersão mas essa força coercitiva não se restringe apenas às vontades da *classe dominante*, esse caleidoscópio de intencionalidades

se compreende nas disputas em torno dos campos e alguns discursos refletem o habitus, ambos constituintes das categorias de Bourdieu.

Afirmando isso, já sei, como disse antes, que estarei à margem do escárnio tanto de intelectuais ou militantes do MST que incorporam o discurso Marxista / leninista como da *doxa* estruturalista onde esses tem as coerções sociais como definidoras das tomadas de decisões dos indivíduos e aqueles, as desigualdades sociais como aspecto central do embate entre classes e da exploração burguesa sob o proletário; mas é preciso força pra se perceber que talvez não seja essa a percepção, o rumo sensível que devemos tomar, mas sim, a fuga de uma visão unilateral e mais superficial, seja de disputas entre classes ou até de determinismo estrutural.

Os conflitos, velados ou não, em torno do Pronaf A, quando compreendidos como jogo, emergem visíveis, para serem percebidos muito mais dinâmicos e pluralmente influenciados. Essa fuga, embora nos leve a uma tentativa de quebrar os discursos naturalizados, os prejulgamentos em torno dessas dinâmicas, e, sobretudo, o olhar investigativo se vê enlaçado dessas diversas dinâmicas e contextualizações.

Admito que busquei um certo distanciamento, na condução do discurso e pesquisa, mas vez ou outra em minhas falas se perceberão preferências, típicas e naturais de meus acúmulos e de minha experimentação frente a Ater do MST – é preciso quedar-me não apenas numa *neutralidade axiológica*, que como disse Bourdieu (1999, p.54), *o imperativo da neutralidade ética tende a se transformar hoje, em um mandamento rotinizado do catequismo sociológico* e assim entendido, minhas posições políticas tomarão corpo e aflorarão, apesar de buscar essa neutralidade como instrumento de compreensão dos fatos.

Estarei, em grande medida, fugindo à ortodoxia doutrinária da esquerda, profanando o pensamento romântico acerca da dualidade entre agricultores e o capitalismo, relegando um puritanismo escolástico que vê dicotomias e impossibilidades nas diversas *correntes teóricas*, mas que, a meu ver, a ponte, muitas vezes estreita, entre uma teoria e outra, é justamente onde podem ser garimpadas valiosas contribuições epistemológicas e claro, para a pesquisa do objeto em si mesma¹².

¹² Entendo a neutralidade como instrumento de afastamento do objeto, que no meu caso, o excesso de prenoções de fato atrapalharia meus questionamentos e o meu texto, por outro lado, é tácito perceber essa minha negação ao determinismo do marxismo vulgar.

É nessa *mácula* teórica que me resguardo, embora seja justamente pelo que lhes dão maior ênfase os vícios da ortodoxia, e no caso dos movimentos sociais, essa vigilância implícita é certamente mais e mais cerrada, até se tornar, de fato, explícita, face à orientação marxista preponderante. Todavia, me submeto a tal empreitada¹³, pensando uma pesquisa mais abrangente e que supere nossas próprias limitações.

Do mesmo modo, dessa precaução em se resguardar de estereótipos, Lazaretti (2007, p.31), estudando a questão do coletivismo e da organização social e política no assentamento Mandacaru, se precaveu de tais rótulos academicistas ao utilizar alguns conceitos de Weber na análise do objeto em questão; ele justificou sua abordagem, implicitamente vigiada por parte dos movimentos sociais, dada a estreita ligação do referido autor com o MST, daí:

De acordo com Gertz (1997), devido à incompatibilidade política entre Weber e os marxistas alemães, até o final da década de 1980 a patrulha ideológica marxista desconfiava de qualquer intelectual que recorresse a termos weberianos, já que para eles o sociólogo era tido como o “Marx da burguesia”. Weber nega a idéia de uma totalidade (ao contrário de Marx) e se atém às perspectivas específicas do sujeito. Então, ao utilizar-se do pensamento de Marx Weber para entender as ações coletivas e as subjetividades dos atores que fazem parte dessas ações em assentamentos de reforma agrária, incorre-se no risco de sermos estereotipados de antimarxista, antimovimento social, etc.

(Lazaretti, 2007, p. 61)

¹³ É importante que se saliente que este não é um tratado teórico, isso já foi feito por vários autores. De modo algum, seria um estudo aprofundado de sociologia nem tampouco tem a pretensão de discutir as correntes teóricas que de algum modo podem contribuir muito ricamente com o problema em questão, embora sinto que, pelas minhas origens, ligado ao MST, há de fato, uma cobrança explícita de que a abordagem fosse sob as vias essenciais do marxismo (que considera muitas vezes a não abordagem de qualquer questão social pela visão marxista como algo que se distancia da discussão principal. Apenas este debate a meu ver não cabe no momento), mas que aqui, pretendo enriquecer esse debate incorporando outros elementos que não o cimento social do dinheiro, ou a exploração econômica como causa principal das diferenças, dos embates e da problemática das políticas públicas, mas toda sorte de capitais sob a dinâmica dos habitus e do poder coercitivo dos discursos, da modernidade implícita nos discursos e até os posicionamentos anti-modernos, como elementos de resistência de um campesinato inócuo.

Nesse contexto de construção dissertativa, e compreensão de dinâmicas em torno de um campo social, Pierre Bourdieu é que, a meu ver, é mais contumaz por buscar, perceber algo além do partidarismo e dualismo entre duas vertentes clássicas do pensamento sociológico. Ele discute para além das abordagens clássicas; do indivíduo que se configura como sujeito das modificações sociais, que residiria em Weber, esse alicerce, ou da submissão dos indivíduos às normas da estrutura, como a teoria estruturalista ou o próprio marxismo. Bourdieu relê nas desconstruções ou as rupturas defendidas por Durkheim ou ainda grosso modo, no olhar de abstração preconizado por Marx -- estes, cada um a seu modo, com uma idéia central de repensar e dar um novo olhar ao objeto que se deseja compreender -- como fecundos caminhos epistemológicos de aproximação ao objeto pensado, fugindo ao que ele chama de *sociologia espontânea*.

Além disso, as *categories* (de habitus, campo) na teoria de Bourdieu se aproximam mais contundentemente desse meu querer, de sociólogo incipiente, de serem profundamente reflexivas, (leia-se incipiente no caso, apenas a minha abordagem) -- efetivamente pensei o habitus como elemento central das dinâmicas em torno do Pronaf, e para além, a análise do próprio discurso recheados nos *habitus* que ora reproduz, ora contesta o poder simbólico -- desejo a ruptura, mas também, a construção a partir de minha experimentação (é o que Bourdieu defende em *A profissão do sociólogo -- Preliminares epistemológicas*, ou *O poder simbólico*, textos estes que centralizarão esse momento de nossa discussão em torno dos aspectos metodológicos, de construção do objeto, do papel do sociólogo e do poder que se propaga, através dos campos e alimenta-se quase sempre, dos diferentes capitais) rumo ao objeto pensado.

Podemos discutir, expandido para além dos limites encontrados no texto *A profissão do sociólogo*, da obra de Bourdieu (1999), o próprio elemento em questão como mais um instrumento conciso do acervo desse intelectual orgânico (como bom Gramsciano, embora ele vá além, nas análises das dinâmicas sociais). Bourdieu se posiciona proativamente na crítica à postura da universidade ou, mais especificamente, da violência simbólica que perpassa nas falas e nos *não posicionamentos* da academia; do conhecimento *douto* que pode, sem a devida *vigilância epistemológica*, se afastar do objeto, da práxis.

O papel da sociologia e do sociólogo (a) é ser crítico (a), fugir da arrogância classista do *catequismo doutrinário* (Bourdieu, 1999, p.9). Perceber que a filiação da

pesquisa sociológica à qualquer uma teoria particular do social é sempre secundária (Bourdieu, 1999, p. 13) em relação ao saber se realmente aquela pesquisa tem a ver com a ciência sociológica.

De fato, para mim este foi talvez o maior desafio nessa lógica de resgatar minhas experiências em torno dos projetos de investimento e na mediação entre famílias e banco: o objeto que pretendo conhecer é realmente sociológico? Em que medida ele não seria? Como poderei, contribuir para o enriquecimento da discussão com toda sorte de experiências acumuladas nos assentamentos e também no ambiente do semi-árido, lidando justamente com o Pronaf, sem efetivamente contaminar minha busca, sem as tintas da prenoção e dos prejulgamentos? Claro que preferi manter em alguma medida, meus posicionamentos políticos, que coadunam em parte, com os do movimento, outras vezes, me afasto dele (mas será que assim construo essa epistemologia militante, ou o fato de lançar questões ou “abrir o jogo” me fará um pária?).

Para romper preconceitos e prenoções e ter um olhar através da busca pelas coisas reprimidas, que em essência não se apresentam, não aparentam ser reflexos, mas estão lá; exercendo seu papel coercitivo (o poder simbólico, as disputas nos campos), devem-se evitar as receitas metodológicas prontas, como uma tentação de rotinizar procedimentos e tem-se na vigilância epistemológica um referencial que:

(...) “proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do particular”.

Bourdieu (1999, p. 14)

No caso específico deste estudo, diante da contemplação das dinâmicas que modificam os projetos, percebe-se um jogo e disputas em torno do Pronaf A que ilustram fortemente as vontades e a representatividade das diferentes instituições nos projetos (Governo e Movimento); ora passa a ser um processo político dialético, tanto na dinâmica interna quanto externa, para “fora” do assentamento quando se refere ao Estado e as institucionalidades e se constituindo como demandas legítimas, a partir do atendimento das

intencionalidades. Quando o diálogo não ocorre, ou não se atendem as expectativas primeiras dos pronafianos, por exemplo, para esse grupo se constituirá a baixa legitimidade do projeto.

Para ilustrar a percepção ou a abordagem analítica que tomamos, partimos do pressuposto de que essas disputas fazem parte de dinâmicas concorrentes, e se institucionalizam ou não, conforme são mais ou menos legítimas. Utilizo como elemento norteador de parte de minha discussão, o esquema lógico de Cunha et al. (2008), que trata das estratégias e projetos territoriais dos grupos sociais de assentamentos e de entorno de Reservas Particulares de Preservação do Patrimônio natural (RPPN), no acesso e uso dos recursos naturais dos grupos sociais, enquanto capazes de se aproximar de uma legitimidade, representatividade, e a institucionalização dessas práticas; tais estratégias, segundo Cunha (et al) são expressas através da percepção de três dimensões:

- a) Uma primeira dimensão relacionada às intencionalidades dos atores sociais;
- b) A segunda dimensão, relativa à institucionalização dos projetos; e,
- c) Uma terceira dimensão, relativa aos diferenciais de legitimação apresentados entre os projetos.

Quadro 1. Dimensões analíticas, que refletem as modificações nos projetos de investimento. Extraído de Cunha et al (2008, p. 08).

	LEGITIMAÇÃO <i>Multidimensional</i>	
INSTITUCIONALIZAÇÃO <i>unidimensional</i>	alto grau de legitimação e alto grau de institucionalização A	baixo grau de legitimação e baixo grau de institucionalização B
	alto grau de legitimação e baixo grau de institucionalização C	baixo grau de legitimação e alto grau de institucionalização D
		
	INTENCIONALIDADES	

A interpretação das realidades, sob o viés único de cada dimensão ou tipologia configura-se apenas enquanto instrumento analítico, já que estamos analisando processos dinâmicos e não estáticos, contudo, para se compreender o jogo entre as dinâmicas e

entendê-las temos que fazer uso de tais tipologias ou dimensões. Segundo Cunha et al. (2008, p.09):

Do ponto de vista da análise figuracional, a descrição destas dimensões como realidades autônomas é problemática. No geral, são entrecruzadas pelas práticas dos grupos sociais e pelas tensões existentes entre eles. A diferenciação que fazemos é, portanto, analítica, enquanto dimensões que teoricamente devem ser interpretadas.

Nesse arranjo, a dimensão das intencionalidades é a mais evidente, porque no caso dos projetos de investimento, está muito presente não só nas falas, como na própria implementação do mesmo.

Para Cunha (op cit) quanto à dimensão da institucionalização, a mesma configura-se pelo grau de formalização de normas e regras: na minha percepção, é a dimensão em que os padrões predefinidos no projeto institucionalmente, através das planilhas, servem como referenciais, bem como a proposta embora somente discursiva, do MST em valorizar a agricultura agroecológica poderia também estar presente, na medida das limitações conceituais de agroecologia.

Por último, a dimensão da legitimidade refere-se “aos *esforços discursivos que dão sentido às intencionalidades*”. Quanto mais próximos um do outro, o discurso da intenção e da prática, mais legítimo o será.

A interpretação dos quadros (A,B,C, e D) sugere tipologias de empreendimentos, de agricultores ou das relações entre os pronafianos e o pronaf A. Tal interpretação deve ver no sentido de maior ou menor acúmulo de *força* para as dimensões que se queira perceber, de proximidade ou afastamento das dimensões consideradas (essa análise nunca deverá ser unidimensional).

Assim teríamos o quadro A como o tipo bem-sucedido, em relação ao projeto de investimento; teríamos ali, a representação teórica dos projetos que foram implantadas com um auto grau de legitimidade, intencionalidade e coerente com a dimensão institucional. Seria, pois, a expressão, por exemplo, do agricultor empreendedor (desejado pelo governo) que não modificou em nada o projeto, cumpriu rigorosamente a implementação do mesmo de acordo com o projetado e efetivamente, resgatará sua dívida através das atividades

propostas. Os tipos B e D seriam os mais problemáticos, o tipo B não teria uma legitimidade maciça, tampouco uma coerência com a institucionalização, seria o tipo mais afastado e isolado do discurso institucional (governamental ou do MST e admito ser relativamente freqüente encontrar situações semelhantes no assentamento). O tipo D seria, portanto, algo que mesmo altamente institucionalizado, passa a ser não legitimado um segundo momento:

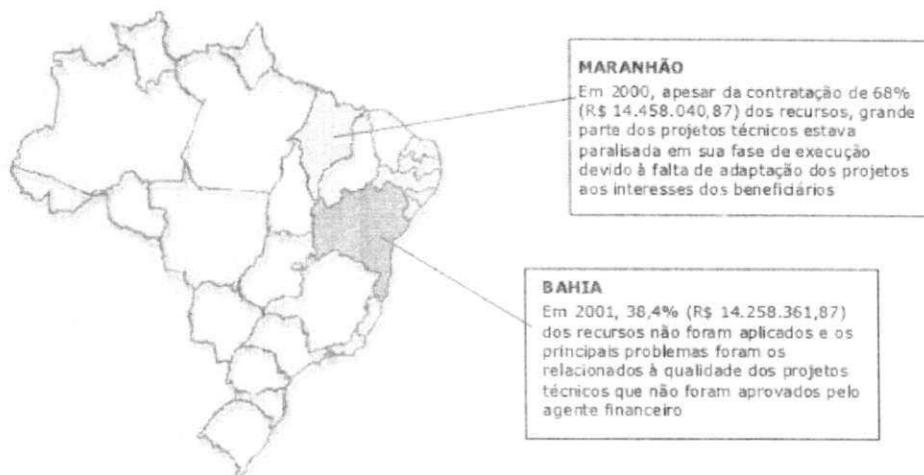
O tipo D é, teoricamente, o mais problemático. Pode-se argumentar que projetos com alto grau de institucionalização terão necessariamente que ter, em pelo menos um dos “mundos sociais” analisados, também um alto grau de legitimação. Apesar disso consideramos que o tipo D é válido porque permite dar conta de projetos territoriais que mesmo altamente institucionalizados passam a perder legitimidade.

Cunha et al. (2008, p.10)

Ao considerarmos tais tipologias, como exercício de compreensão das dinâmicas em torno do Pronaf A, em se tratando do quadro D, me parece ser esse tipo, mais presente em nossa discussão, já que há a questão de a pouca assimilação das técnicas preconizadas no “pacote” do projeto, a aceitação inicial do mesmo e depois suas modificações, ou em muitos casos, conforme discutido e constatado após as entrevistas, abandono e falência, reflete muito essa tipologia, de uma política pública fortemente institucionalizada, sobretudo sob o seu viés modernizante e no segundo momento, do desencanto ou das adversidades.

Se aplicarmos o esquema analítico, no quadro que ilustra os problemas mais graves da Ater relativas ao crédito rural, no biênio 2000 / 2001, teremos certamente a percepção mais objetiva dessas tipologias e dessa análise inicial, levantar a crítica à Ater e aos perfis de extensionistas, a partir da não legitimação e não institucionalidade dos projetos. Na figura 01 temos ilustrado um problema freqüente na Ater / Ates do Nordeste, discutido por Guanzioli et al (2003, p. 17) do congelamento de recursos pelo banco pela inadequabilidade dos projetos de investimento, ou de não aceitação de tais projetos, que não seriam adequados, nas dimensões da legitimidade e institucionalidade.

Ilustração 1. Estados do Nordeste em que os problemas da Assistência Técnica tomaram relevância, dados do biênio 2000/2001. Extraído de Guanziroli et al (2003, p.17).



Embora nesse momento, não aprofundemos essa discussão, deixando-a para compor os elementos discursivos dos resultados da pesquisa, novamente reforçamos que mesmo utilizando esse referencial, muito próximo de Weber, por admitir tipologias e estendê-las aos agricultores, estendemos o cerne da discussão às categorias de Bourdieu, por compreender que as modificações dos projetos, a resistência às técnicas oriundas da Ater / Ates as dinâmicas em torno dos projetos, as institucionalidades traçando perfis desejados, tudo isso, é compreendido a partir da incorporação das categorias de Bourdieu à sobretudo do Habitus e perceber que também os diferentes capitais são elementos constituintes de tais dinâmicas.

Da teoria de Bourdieu:

Na busca pela apreensão das coisas sociais do mundo, Bourdieu busca compreendê-lo e discuti-lo a partir da visão de um *mix* de estruturas que escapam à consciência dos agentes, que findam por coagir sua prática e representações e inaugura suas discussões a partir de *categories*, onde através de percepções adquiridas – no caso dos *habitus* - os indivíduos participam da construção deste mundo, através de suas ações e

classificações particulares, embora influenciados pelos diversos capitais dentro do campo, e exercendo sua influência de acordo com a posição que nele ocupe.

Embora já se tenha no corpo desse texto, abordado o conceito de habitus, é necessário que se perceba que outras categorias presentes na teoria de Bourdieu também dariam conta das dinâmicas, das ações e das construções dos sujeitos. Um breve olhar sistematizado sobre as categorias presentes em sua obra, se faz necessário, como forma de pontuarmos mais conceitualmente a sua teoria; dessa forma, a construção de um esquema que ilustre objetivamente as categorias se faz necessário. Utilizamos um quadro como recurso gráfico baseado em um outro, presente em Socha (2008, p.46):

Quadro 2 - As categorias da teoria de Bourdieu

Categoria	Descrição
Campo	<p>Noção ou expressão que ilustra a autonomia de certo domínio de concorrência e disputa interna. <i>“Serve de instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico - cultural, econômico educacional, científico, jornalístico, etc - no qual são determinados a posição social dos agentes e onde se revelam, por exemplo, as figuras de autoridade, detentoras de maior volume de capital”</i></p>
Capital	<p>O Capital, na abordagem de Pierre Bourdieu não se refere somente à questão econômica: Bourdieu dá mais amplitude ao conceito de capital: <i>“Ampliando a concepção marxista, Bourdieu entende por esse termo não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social(...) é decisivo para o sociólogo, a compreensão de Capital Cultural (Saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), Capital Social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em resumo, refere-se a um capital simbólico (...) ou seja, as desigualdades sociais não decorriam somente de desigualdades econômicas, mas também dos entraves causados, por exemplo, pelo déficit de capital cultural no acesso a bens simbólicos”</i></p>
Habitus	<p>Uma mediação entre as abordagens de mundo: <i>“Sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais”</i>. o habitus vai além dos indivíduos. É uma percepção que finda por mediar as duas teses clássicas de que, ou o indivíduo e suas ações são frutos das escolhas e particularidades próprias do sujeito em relação ao meio ou por outro lado, a assertiva que reconhece os sujeitos sociais como resultantes da estrutura e das ações e coerções das instituições, da ação do meio sobre o indivíduo. Bourdieu toma, pois o caminho do meio nessa análise, de forma profícuca.</p>

Violência Simbólica:

Instaura-se na vida dos indivíduos que lhe replicam consciente ou não. Violência simbólica é a dominação consentida “pela aceitação das regras e crenças partilhadas como se fossem ‘naturais’ e da incapacidade crítica de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras, impostas pelas autoridades dominantes de um campo”.

Poder**Simbólico**

Está em tudo, e dificilmente é percebido à primeira vista. Explica toda sorte de aspectos da sociedade pela manifestação e o uso, ou o jugo dos e aos diferentes capitais, para se perpetuar, a menos que seja *quebrado* e questionado. **Reproduz-se** Através da Violência Simbólica

Adaptado de: SOCHA (2008, p. 46)

Transpondo-se as categorias teóricas do quadro, podemos discutir que as disputas em torno do Pronaf A constituem-se como um rico painel de aplicabilidade teórico-prática das mesmas.

As disputas refletidas nos discursos que tratam do Pronaf, ou as orientações e recomendações de determinadas atividades, seja pelos assentados, seja pelo banco ou movimento, inserem-se dentro do campo político e também econômico. Percebemos diversos capitais nesse contexto. O capital econômico obtido através do projeto de investimento *per si* se constitui como elemento mais visível, no entanto, o capital cultural dos técnicos e extensionistas também é um fator decisivo e forte nas relações de construção do projeto.

O habitus caracteriza-se por assim dizer, no individualizar o coletivo e massificar o indivíduo, à medida que, por exemplo, os assentados respondem grupalmente ao desejo institucional de se modernizarem exibindo elementos de resistência a partir de suas experiências pessoais e resgatando (ou não) as suas atividades produtivas preferidas, muitas vezes em detrimento das recomendações explícitas no projeto.

Da pesquisa e do rigor metodológico:

Ao refletir sobre a proposta de ruptura com as prenoções e passar a adotar o discurso de Bourdieu (1999) penso em um direcionamento para a aplicabilidade dos conceitos à pesquisa, através da negação entre dissociação e método, ou a teoria e as operações de pesquisa. Como já dito, Bourdieu *et ali* (1999) propõe um rompimento com a abordagem clássica de imposição de dicotomias conceituais, teorias e a fuga do catecismo

metodológico. Não propõe o abandono das teorias, pelo contrário, os autores entendem que é necessário apropriar-se delas, como *ferramentas conceituais* para que se possa ter uma experimentação ou verificação experimental forte e vigorosa.

A pesquisa requer tanto de idealizadores e nesses termos, quanto aos seus receptores, uma referência direta em primeira pessoa das experiências às quais tais pessoas se remetem e, são muito mais autênticas e enriquecedoras que “*a metodologia em moda que multiplica os programas em favor de uma pesquisa sofisticada, mas hipotética, os exames críticos de pesquisas feitos por outros [...] ou os veredictos metodológicos*” (Bourdieu et al.i, 1999, p.11).

Outrossim, a pesquisa é tanto mais profunda e autêntica, quanto mais o pesquisador (ou o sociólogo, cientista social) se aproxime dela, resguardando-se com vigilância epistemológica; o que á primeira vista pode parecer contraditório, já que antes dissemos que buscávamos nos livrar das prenoções, acaba sendo que, conforme dito, o *scientist social* deve para isso, se apropriar dos instrumentais teóricos para tal feito, num diálogo entre a teoria e a prática; o objetivismo e o subjetivismo, buscando desfazer o distanciamento natural¹⁴ entre o pesquisador e o objeto, mas sem corrompê-lo com as prenoções, através da ruptura com as noções comuns (é Weber), com o que está descrito como a procura pela lógica do erro (é Bourdieu) para chegar à descoberta da verdade.

Entretanto, essa lógica, dos limites da compreensão sociológica das condições do erro, deve buscar também compreender que as pessoas são personificações das suas respectivas posições no campo social (aí mais uma vez caracteriza a presença na discussão do habitus, campo e violência simbólica).

Essa preocupação de rever o real sentido e adequação do método, sua aproximação ao objeto, acaba resvalando como deve ser, na própria pesquisa, nessa busca pelo real, pelo cerne ontológico. Mais uma vez, reforço, com base em Bourdieu que a filiação ou não a determinada escola, ou teoria social é secundária se o objeto real não for sociológico. É necessário que se use com um olhar afastado (em certa medida, durkeiminiano e bebendo também na perspectiva de Weber) e se adeque o arcabouço

¹⁴ Bourdieu (1990, p.151), ao discutir a sociologia e os posicionamentos dos sociólogos frente aos objetos e para, além disso, na dissecação da pesquisa no espaço social influenciado pelo poder simbólico discorre sobre a apreensão da realidade social pelo *social scientist* através de construções secundárias, onde os objetos de pensamento do sociólogo devem pensar os objetos de pensamento do senso comum (pensamento de primeiro grau), por isso mesmo, o pensamento sociológico é de segundo grau.

teórico na construção epistemológica da pesquisa. Enfatizamos essa discussão através das próprias palavras de Bourdieu:

A questão da filiação de uma pesquisa sociológica a uma teoria particular do social – por exemplo, a de Marx, Weber ou Durkheim – é sempre secundária em relação à questão de saber se tal pesquisa tem a ver com a ciência sociológica: com efeito, o único critério para responder a tal pergunta reside na aplicação dos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico que, como tal, não estabelece qualquer separação entre autores que, em princípio, estariam separados na teoria do sistema social. Se a maior parte dos autores foram levados a confundir com sua teoria particular do sistema social a teoria do conhecimento do social que utilizavam – pelo menos implicitamente – em sua prática sociológica, o projeto epistemológico pode servir-se dessa distinção prévia para aproximar autores cujas oposições doutrinárias dissimulam o acordo epistemológico.

(Bourdieu et ali. 1999, p. 13)

No debate entre o caminhar da pesquisa e o método, o papel da vigilância nessa busca da verdade oculta, assume um papel central. A vigilância epistemológica, portanto, ao subordinar a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação “sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados” (Bourdieu et ali. 1999, p. 16).- os autores nessa passagem pregam o repensar das operações em cada caso. Ou a máxima de que cada caso, é um caso, portanto, fica evidente, e o rigor na análise da condução da pesquisa, ou da própria metodologia deve ser constante.

As entrevistas neste estudo, por exemplo, não seguiram um roteiro lógico, de um questionário prévio. Traçamos somente os pontos centrais que queríamos discutir tendo-os como pano de fundo e, na análise dos discursos, percebemos muitas vezes que, o que achávamos, antes da pesquisa ser relevante, e o que depois dela, deixou de sê-lo.

Reformulamos, pois, nossa questão em relação ao objeto em favor dessa demanda que surgiu nas conversas com os seis entrevistados, que é em essência a presença (ou no caso, a ausência) do técnico ou da ATER, acompanhando-as. Para tanto, para criar essa coragem de reformular objetivos específicos, necessariamente preconiza-se um certo afastamento em relação ao objeto e um rompimento com prenoções e especulações de toda sorte, para que possa se proceder à necessárias adequações de cada caso estudado.

Ruptura, Vigilância e a ilusão da Transparência:

Para que se reforce o contexto construtivo da pesquisa, como sob o olhar do cão de guarda epistemológico, os resultados da aproximação ao objeto serão tanto mais reais quanto essa vigilância seja pautada na autocrítica; a vigilância epistemológica acaba levando às necessidades reais da pesquisa.

É necessário, dessa forma, que se façam rupturas, rupturas tais que serão norteadas pelo sentido de quebrar a ponte que se faz comumente entre o discurso comum e o discurso científico. O universo social em que se está imerso, enquanto cientista, é de fato, o grande desafio para se compreender o objeto sem que haja prejulgamentos, esse é de fato o grande *obstáculo epistemológico*.

O julgamento prévio, ou a influência das noções comuns é muito forte e se faz muito presente na sociologia espontânea. Assim, para que se fuja das *prenoções*¹⁵ necessário se faz que se domine as tais técnicas de ruptura, que no primeiro momento, facilitam, mas que também contaminadas pelas prenoções são mais um elemento de dispersão. Por exemplo, Bourdieu exemplifica a análise dos discursos como um instrumento muito bom na percepção da pesquisa, mas que sem o devido rigor, ela será inócua. Técnicas estas que nem sempre, pela prática, são completamente suficientes para a empreitada, sem o cuidado ou devido rigor epistemológico. Para os autores, *uma pesquisa*

¹⁵ Os autores vão beber em Durkeim, a conceituação de Afastamento, de toda sorte de prejulgamentos ou as prenoções: "representações esquemáticas e sumárias ... formadas pela prática e para ela, retiram sua evidência e autoridade". Bourdieu (op.cit) citando Durkeim

séria leva a reunir o que o vulgo separa ou a distinguir o que o vulgo reúne (Bourdieu et al., p.28, 1999).

A sociologia, portanto, só será autêntica e coerente em responder como ciência realmente separada do senso comum com a condição de opor às *pretensões sistemáticas da sociologia espontânea a resistência organizada de uma teoria do conhecimento do social, cujos princípios contradizem (...) os pressupostos da filosofia primeira do social* (ibdem).

Eis então o desafio: por não haver essa teoria social, a sociologia como ciência se reformularia, por também não se perceber a real transparência nela própria nem seguir o objetivo filosófico, corre-se o risco de a partir dessa nova posição, caso o cientista social busque se abster das prenoções, e do facilmente percebível pela sociologia espontânea, em tese ele facilmente direcionaria esse novo olhar sobre toda a subjetividade do objeto, especulando-o, rodeando-o e por essa abordagem *frouxa*, valorizando excessivamente os indivíduos, inserindo-se no esquema organizacional do artificialismo, este, criticado por Durkeim, Weber e Marx, que recusam o indeterminismo ou o subjetivismo das ações dos sujeitos (há algo por trás do algo e o visível, deve trazer o não visto).

Quanto à percepção de mundo, se mais ou menos objetivo, o que acredito existir é essa renovação constante de saberes (as próprias ciências naturais se constituem como prova cabal disso, desse reformular constante) e não acredito numa formulação objetiva e fatídica entre causa – sujeito – consequência, por exemplo, para a sociologia, mas não nego os elementos de objetivação do sujeito, que a rigor, sustenta essa quebra da *ilusão da transparência*. É interessante que se ressalte o que nos diz Lazzaretti (2002, p. 62), citando Cohn que não existe uma “concepção de mundo”, na ciência, apenas uma “*luta constante que extravasa o domínio da ciência, pela atribuição prática de um sentido ao mundo e pela sustentação diante das alternativas concretamente existentes*”.

Assim, com esse pensamento, busca-se romper a ilusão da transparência, sobretudo, no meu caso, ao se mergulhar no mundo social já conhecido, essa busca deve partir de um olhar de estranheza e o esforço de conhecê-lo, como Durkheim, citado por Bourdieu, reconhece em Marx, a coerência na sua análise que busque o rompimento da “ilusão da transparência”, tendo sido o próprio Marx o precursor dessa abordagem (Abstração do objeto):

Julgamos ser fecunda a idéia que a vida social deve ser explicada, não pela concepção que têm a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam a consciência. [É Durkheim, Texto nº 08]

(Bourdieu et al., 1999, p. 26.)

Ao romper com a ilusão da transparência, do que está visto, o(a) sociólogo(a) deve se atentar às questões da linguagem e ao rigor científico, sem considerar toda sorte de subjetivismos que personificam as coisas sociais, ajudado(a) nessa procura, pela lógica de ser dado o devido “corte epistemológico”:

Sem dúvida o rigor científico não nos obriga a renunciar a todos os esquemas analógicos de explicação ou compreensão, como é testemunhado pela utilização feita, eventualmente, pela física moderna de determinados paradigmas – até mesmo mecânicos – com finalidade pedagógica ou heurística; com a condição de utilizá-los de forma consciente e metódica. Da mesma forma que as ciências físicas tiveram que romper categoricamente com as representações animistas da matéria e da ação sobre a matéria, assim também as ciências sociais devem operar o “corte epistemológico” capaz de estabelecer a separação entre a interpretação científicas e todas as interpretações artificialistas ou antropomórficas do funcionamento social.

(Bourdieu et al., 1999, p. 35.)

Ainda há, para nós, uma discussão sobre as conseqüências desse descuido epistemológico e, principalmente, metodológico, pela permissividade do cientista social em relação à sociologia espontânea, fruto das prenoções. O se dispor, para novos questionamentos e, sobretudo, estar aberto à variabilidade das situações e de compreender as possibilidades e daí adequar o método às realidades é uma das estratégias de aproximação que permitiriam, junto com o *olhar de estranheza* a dissecação (não estritamente no sentido positivista), do objeto.

A construção do objeto ou a percepção dele

Ao parafrasear Saussure: “o ponto de vista (...) cria o objeto”, Bourdieu et al. (1999, p.45) inicia o debate sobre as concepções do objeto: o objeto só o é como tal, porque foi pensado: o objeto foi construído pelo pensamento, o que sabemos dele é superficialmente o que se pressupõe; para ilustrar o próprio concretismo dele, se abstraiu o objeto real, pondo-o pensado - mas as abstrações que se mobilizaram para construir o objeto pensado e assim, proposto, tanto mais elaborado, ou ainda pior, mais prejudicado, mormente se afasta do real. Bourdieu se apropria de elementos em Marx (Totalidade concreta como totalidade pensada), e em Weber (na descoberta de novas perspectivas que se descobre uma “nova ciência”), para exemplificar que todo objeto, necessariamente é construído no pensamento.

Mais uma vez passa-se a reforçar o necessário abandono e as rupturas com os objetos preconstruídos da sociologia espontânea. Contudo, agora, o elemento novo na discussão não é o abandono e a vontade de *esterilização* do objeto que a rigor pregaria Durkheim, mas agora, buscar ouvir, no próprio pesquisador, suas falas, evitando o abandono completo de suas experiências e empobrecendo o debate.

Assim passa-se da necessária neutralidade, mas flerta-se com o contexto histórico particular do *scientist* ou a historicidade de cada pesquisador. É ao mesmo tempo o buscar abandonar o empirismo, fortalecendo-se na teoria e sem se fechar nela, através da não subjugação à tríade mítica dos *arquivos*, *data* e *computers* (Bourdieu, 1999, p. 33) e ao mesmo tempo, buscar perceber o que ele nos revela.

Entretanto, essa busca deve não fugir ao empirismo que “fala” se torna muito evidente, mesmo que obedecendo a um rigor metodológico adequado, se o cientista abandona por completo suas experiências “*corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções que ele estuda, ou por um mito falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do cientista e da sociologia espontânea do objeto.*” (Bourdieu et al., 1999 p. 35)

Assim, temos dois pontos de norteamo, que são recorrentes, desde o início do texto até agora e que passam a se definir através do método; do rompimento e da reconstrução. A ruptura que busca livrar-se da sociologia espontânea por um lado aproxima

o *social scientist* de seu objeto pensado e do objeto concreto e elabora-se a partir da reconstrução de modelos, substanciados pela teoria que não se fecha ao diálogo dinâmico das situações - reconstrução esta que passa necessariamente pelo também diálogo fecundo entre o modelo e o objeto, a fornecer o “*princípio das indagações e questionamentos indefinidamente renováveis*”.

Por fim, ao discutir o papel do(a) sociólogo(a), através do *enraizamento social do sociólogo*, Bourdieu adverte sobre o etnocentrismo, ou mais evidentemente, da vaidade arrogante (ele chama de etnocentrismo intelectual ou profissional) de classe dos(as) sociólogos (as), através da constatação desse etnocentrismo e da falha da vigilância epistemológica em acabar esse “*consensus intelectual*”, pontuando o caminho não apenas dessa vigilância, como também o combate fervoroso à toda sorte de “Preconceitos da moda”.

Estamos compreendendo não apenas o sentido da ruptura e do vigiar metodológico proposto em si, mas também o contexto do pensamento dinâmico de Pierre Bourdieu, especificamente pontuado por Wacquant (2002, p. 100), perceberemos que aspectos que de outro modo, seriam engessados, passam a dinâmicos, pela análise que ao admitir essa reciprocidade entre os indivíduos e a estrutura, através das disputas em cada campo, segue forte, posicionando o cientista social não apenas como mero expectador do social, mas muitas vezes tomando parte do processo, como o fizera o próprio Pierre Bourdieu, ao nos determos sobre sua biografia, bem como do rigor e dos cuidados epistemológicos que devem atravessar a pesquisa, a sociologia e o próprio sociólogo:

Contra o fatalismo e as profecias superficiais e novidadeiras do pós-modernismo, ele [Bourdieu] acreditava não apenas na Ciência Social como um empreendimento do conhecimento, como também na capacidade da Sociologia para informar um “utopismo racional”, necessário à salvação das instituições da justiça social da nova barbárie do mercado livre e do Estado retraído. Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um “serviço público” cuja missão é “desnaturalizar” e “desfatalizar” o mundo social e “requerer condutas” por meio da descoberta das causas objetivas e

das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem, serem o que são, e sentirem da maneira como sentem.

A lógica das políticas públicas de desenvolvimento, como o Pronaf, está intrínseca na questão da necessidade da emancipação dos seus beneficiários. Para que o beneficiário se enquadre nas expectativas de desenvolvimento dessa política pública, que parte necessariamente do pressuposto de que, a partir da contratação, haverá uma auto procura natural dos pronafianos rumo às metas pré estabelecidas no projeto.

O objeto então, se revela, na medida que é o próprio sentido dicotômico do crédito. A expectativa governamental de desenvolvimento dos assentamentos morre, quase sempre, pela questão do habitus dos assentados.

Essa expectativa estaria na própria planilha. As recomendações técnicas que orienta os discursos e o olhar do extensionista e dos técnicos do banco, por exemplo, são elementos norteadores dessa lógica de desenvolvimento, que se instrumentaliza para que as famílias avancem em relação ao sentido de modernização (e auto modernização) do crédito: é um aspecto intrínseco de uma cautela institucional para que os beneficiários, caso não sejam empreendedores, mudem a postura diante das atividades produtivas financiadas e através delas.

Essa emancipação quase sempre não ocorre, daí que a ATER surge para naturalizar a relação das famílias pronafianas, pontualmente com as atividades definidas com o advento do crédito, ou o projeto propriamente dito, mas desdobrando-se além disso, para a questão da incorporação pelos beneficiários de práticas adequadas às necessidades modernas do crédito. As necessidades modernas seriam: alta produtividade, manejo adequado dos rebanhos de raças mais especializadas, produção e armazenamento de forragem, observação dos aspectos de manejo sanitário do rebanho, conservação dos recursos naturais e a incorporação do discurso também moderno, de sustentabilidade.

Entendendo o objeto: instrumentais e a condução da pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir de entrevista aberta com as famílias, na tentativa de capturar algumas falas que poderiam não surgir se utilizássemos questionários estruturados. Partimos do pressuposto da construção do objeto, a partir de um esforço dialético, que atravessa a conversa e valendo-se da condição, de certo modo, de confiança¹⁶ daquelas famílias, pudemos traçar uma relação direta, entre o afastamento delas em relação à lógica modernizante do crédito e com isso, a resistência à ATER, pela *desconfiança prática* e as não ações que se expressam nos diversos campos.

O objeto em questão, portanto, que seria a busca pela compreensão não de *quais* modificações ocorreram nos projetos, mas sim de *por que* ocorreram e de *que forma* ocorreram, deduzindo-se *porque* existem lógicas concorrentes passa pela nossa experiência um olhar crítico. Reconhecendo isto, é reconhecer que os discursos que se afastam, em muitos momentos podem se aproximar. *Quando isto acontece e quem os pratica e de que forma* é basicamente, o que queremos compreender.

A modernidade e o tempo

Para além da questão relativa às disputas no campo burocrático, já que trataremos de políticas públicas, temos também que provocar o debate acerca de modernidade, já que o crédito rural, notadamente o pronaf A, a Ater são elementos modernos, assim como todo o seu contexto. Todavia, qualquer abordagem sobre modernidade é apenas um esforço de compreensão, já que não há muita clareza ou um consenso na literatura acerca do que é a modernidade, como afirma Fernandes (2000, p.3):

Ora, se a própria questão da reforma agrária é um assunto relativamente moderno, embora em essência a questão fundiária não o seja, sendo as desigualdades no campo, um fator social grave no Brasil e, histórico, por si mesmo. Os assentamentos se constituem como frutos dessa modernidade, numa resposta à ordem tradicional de exploração e marginalização da massa camponesa e que, mesmo diante da conjuntura geral dos

¹⁶ Transcrevemos somente o conteúdo necessário às discussões no contexto da pesquisa.

assentamentos, se constituem como legítima conquista dessa classe (no sentido marxista) ou grupo (na abordagem de Bourdieu) – além de que, os discursos¹⁷ carregam toda sorte de signos modernos, seja em defesa da predominância do *staus quo*, sem mudanças estruturais, pela modificação das lógicas tradicionais em relação à lógica moderna ou de uma nova ordem, da proposta socialista do MST.

Assim, faço uso também de parte da abordagem de Giddens acerca de modernidade, para localizar os diferentes atores e seus papéis, mesmo localmente, nesse contexto (espacial e temporal, como aborda Giddens) e identificar tendências dentro do assentamento mandacaru.

Mas não somente isso. A questão dos sistemas peritos acaba sendo relevante no sentido de pensar um perfil técnico que se aproxime dos beneficiários¹⁸ e a confiança neles, ou em grande medida, analisar o afastamento, ou proximidade da assistência técnica em relação ao assentamento.

Na verdade essa aproximação nunca existiu, como constato mais adiante, já porque se constitui *per si* numa relação artificializada, que rompe com a tradição, os *habitus*, mexe com elementos resistentes; assim à medida que ora os assentados aproximam-se ou ora afastam-se dessa ATER, eles estarão mais ou menos desencaixados espacialmente e temporalmente, coadunando com a modernidade? Eles serão modernos se assimilaram o discurso institucional? Ou poderemos perceber neles, resistências à parte dessa modernidade? Como as modificações nos projetos ilustram, ou podem ilustrar esse desencaixe com a tradição, ou pelo contrário, essa volta? Por outro lado, ao pensar modernidade (A modernidade reflexiva), onde mecanismos de encaixe e desencaixe de fato se mostram; nos discursos dos técnicos, do banco, ou dos próprios assentados?

Os assentados, com toda sorte de experimentações pessoais e de seus próprios *habitus*, como se comportam diante do discurso moderno que se revela no Pronaf A?

É necessário, antes de apontar estas relações, que possamos distinguir modernidade, do ponto de vista conceitual, à luz da teoria de Giddens.

¹⁷ No caso do discurso governamental, propagado, por exemplo, pelos técnicos do banco, vê-se mais claramente esse *querer moderno* implícito, pela “evolução” do campesinato para a moderna agricultura familiar.

¹⁸ Assemelha-se, esse buscar de um perfil mediador e proativo chegar quase, do ponto de vista conceitual e metodológico, ao tipo ideal de Weber, mas que, se transpondo para os assentados, a meu ver, essa abordagem weberiana não daria conta da pluralidade dos mesmos.

Sobre o mecanismo de encaixe e desencaixe, Giddens (1991) assinala:

“Por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”. (Id.: 29)

E segue:

“Este [desencaixe] retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais”. (Id.: 58).

Dessa forma, tomando a abordagem de Giddens, percebemos que a modernidade não é um conjunto de datas ou de aspectos meramente temporais. Ela é um fazer-se moderno e um assumir-se na modernidade, mesmo que involuntariamente ou inconscientemente. O desencaixe ocorre naturalmente no processo de modernidade.

Entretanto, mesmo atualmente, na *onda* de que a modernidade avassaladora é irrefutável, há um elemento antimoderno: a tradição e os elementos tradicionais, muito presentes em maior ou menor grau nas diferentes agriculturas familiares que, embora o processo de modernidade “invente” ou “reinvente” tradições que lhe seriam convenientes, algumas remanescências da cultura / tradição estão presentes. Dentre elas, o tempo natural, diferente do tempo cronológico, imposto pela modernidade, que se vê nas pausas pro cochilo, ainda nas conversas nas calçadas nas vilas rurais entre os assentados e uma quase imperceptível resistência à técnica moderna nas criações ou a aplicação dela no campo, sendo esta resistência um dos elementos que chamarei aqui de **desconfiança prática**.

Capítulo II – O começo de tudo: Namoro, mediações e teimosia sobre duas rodas.

Toda história é remorso

Carlos Drummond de Andrade

O ambiente: O cariri oriental

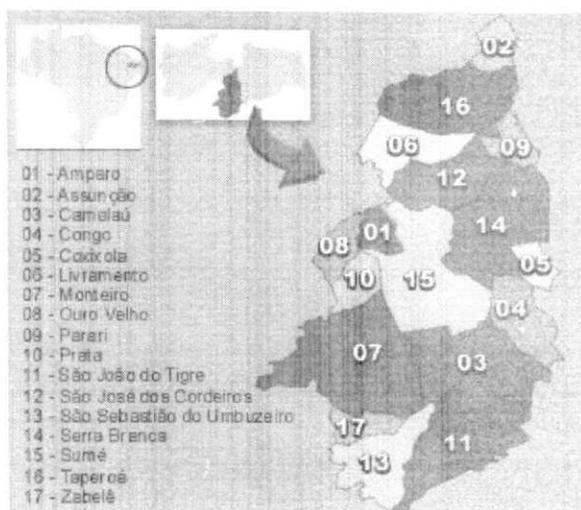
O Nordeste é a região brasileira com características bastante peculiares, principalmente no tocante aos seus aspectos naturais, em particular os aspectos edafoclimáticos que caracterizam o semiárido. Não apenas a caatinga é reflexo direto disto, daquela “mata branca e retorcida” que ilustra a *secura* do clima, mas o próprio semiárido na verdade constitui-se como um ambiente em que todos os fatores tem papéis relevantes e como elos de uma corrente, firmam o frágil ecossistema para que perdure.

O termo semiárido toma na verdade, uma referência não apenas climática, mas abrange os aspectos edafoclimáticos, florísticos e antropomórficos. Ressalte-se que o fator humano deve ser considerado fortemente, já que o bioma caatinga apresenta uma cobertura florística de recuperação mais lenta que os demais biomas brasileiros e, por ser a região relativamente bem povoada, os recursos naturais, mas especificamente a caatinga, sofrem fortes processos de antropização.

É lógico que dentro de um município podemos encontrar partes de formações ou tipos diferentes de cobertura vegetal, aliás, alguns autores consideram caatinga como um termo genérico que dá conta apenas superficialmente das diferentes caatingas que ocorrem no bioma.

Essa diversidade de condições e heterogeneidade de situações também podem ser observadas no próprio assentamento, daí que, transpondo para a questão dos projetos de investimento, teremos mais um fator limitante do sucesso dos projetos: os aspectos naturais do assentamento, localizado no semiárido paraibano.

Ilustração 2 – Composição política / administrativa dos municípios paraibanos que integram a microregião do cariri ocidental. Sumé, onde está localizado o assentamento mandacaru, corresponde ao número 15, na área central do mapa (vide legendas).



Fonte: Pereira (2008)

O Assentamento estudado localiza-se na microregião paraibana do cariri ocidental, e com uma área de pouco mais de 4 mil hectares, situado no município de Sumé, a cerca de 245 km da capital paraibana, João Pessoa.

Tem-se, portanto, nesta região, duas estações bem definidas, o período chuvoso, chamado comumente de inverno e uma estação seca bem determinada, que corresponde, para o cariri todo, em média a oito meses. A quantidade de chuvas é da ordem de 650 mm / ano e a temperatura média varia entre 36,6°C e 22,2°C (Araújo Filho, 1992).

Como intrínseco ao bioma caatinga e ao semiárido, os aspectos naturais tanto do município quanto do assentamento, são bastante semelhantes, embora existam no assentamento, glebas de solo e situações específicas que ora tornariam as condições de usos do solo e demais recursos mais favoráveis, ora mais problemáticos, essas microcondições, isoladamente se referem basicamente aos aspectos edáficos.

O imóvel está situado no tipo de clima Bsh – Semiárido quente, (Classificação de Köppen) com precipitações pluviométricas médias anuais muito baixas e estação seca que pode chegar aos 11 meses (Dados do INCRA/PB).

Localizado no planalto da Borborema, o qual exerce um papel importante na diversidade do clima no interior do Estado. O assentamento, portanto, está inserido na

microregião que constitui a chamada Superfície dos Cariris, que caracteriza-se por apresentar dois níveis: um mais para o Norte com altitude em torno dos 600 metros e o referido nível, no qual o assentamento se localiza, com altitude variando dos 400 aos 500 metros - o assentamento apresenta altitude média em torno dos 450 metros.

Os solos variam conforme a condição de relevo. Nas partes de relevo acidentado, assim como em toda a planície do cariri, os solos são geralmente rasos, pedregosos e com fertilidade de média a fraca. Geralmente vemos solos Bruno não cálcicos, litólicos eutróficos com A fraco, textura arenosa e / ou média, fase pedregosa e rochosa, caatinga hiperxerófila, relevo forte ondulado ou ondulado, ou relevo montanhoso, substrato gnaisse e granito (Atualização do Diagnóstico Florestal do Estado da Paraíba, 2004).

Já nas partes suavemente onduladas, que predominam no assentamento, vemos solos Bruno não cálcico, fase pedregosa, caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado e ondulado e em algumas áreas, Bruno não Cálcico Vértico.

As condições locais de cobertura vegetal atualmente são críticas, principalmente no tocante à produção de forragem (que para esse fim específico, excetuando-se a palma, praticamente inexistente). São os grandes fatores de degradação da flora no P.A. Madacaru:

- a) a exploração dos recursos florísticos para obtenção do carvão, que embora tenha diminuído após a implantação dos projetos de investimento, ainda continua no assentamento, inclusive com atravessadores;
- b) Também após a implantação dos projetos de investimento o rebanho aumentou consideravelmente, o que reduz drasticamente a capacidade de regeneração da flora pelo excesso de pastejo e pisoteio, principalmente pelo gado caprino;
- c) a prática de “alugar o pasto” para animais de outros criadores que não são assentados, também contribuiu para esse aumento da demanda de alimentos;
- d) as técnicas de criação extensiva, de destoca e queima (coivaras), ainda prevalecem, seja para implantação de capineiras (conforme recomendado pelo projeto técnico) ou para os roçados.

Assim, diante da questão dos limites naturais do assentamento, bem como dos aspectos culturais dos assentados na condução das atividades e sua resistência em certo modo, à ATER, que se constituía os desafios diários de se fazer extensionista no P.A. Mandacaru.

Técnica e militância: um oásis de esperança na aridez da ATER

Há que se discutir que perfil de técnico ou extensionista se deseja nos quadros da extensão rural. Que perfil temos hoje no cariri, brejo ou curimataú? Que diferenciais tem-se nos técnicos oriundos do Movimento? Como é o processo de formação desses técnicos? O debate entre a organicidade dos técnicos do movimento passa necessariamente pela discussão da militância política e do arcabouço teórico e técnico que cada profissional extensionista carrega consigo, sobretudo, da disponibilidade e da postura de aprender com seu público alvo, da relação freireana com os mesmos e da sua formação acadêmica que ainda deixa muito a desejar na extensão rural.

Para delimitar o entendimento da discussão de técnico orgânico (a questão militante / técnico) se faz dessa forma, necessário que discutamos pois, essa formação. À época em que estive presente e participando ativamente, o movimento não tinha uma posição oficial, mas ficava subentendida, ficava nas entrelinhas o *desejado*: o militante técnico, basta perceber a proximidade do termo que inicia a expressão com a lógica revolucionária.

Militante técnico seria uma categoria mais *avançada* dos técnicos, rumo a uma proximidade ideológica e política, marxista, naturalmente.

Por outro lado, o *técnico militante* já não tinha essa característica de um revolucionário, embora menos aguerrido, compunha o quadro do movimento, geralmente eram mais especializados tecnicamente e muitas vezes exerciam funções mais específicas dentro da Cooptecara.

O primeiro era à maneira de Gramsci, para o movimento, mais *orgânico* do que o segundo, sendo este último, guiado muitas vezes pela decisão técnica, mais burocrática e fiel aos preceitos de sua formação acadêmica (a ciência) e o primeiro, permitia-se abandonar recomendações técnicas, por exemplo, em reverência à política, à mobilização aos possíveis ganhos políticos. Geralmente estes últimos eram mais presentes nas

mobilizações que os primeiros e quase sempre oriundos dos quadros do movimento, o que coaduna com o que Caldart nos fala sobre a organização política a partir dos movimentos sociais: *A luta social que forma sujeitos sociais, políticos, humanos, é a que produz e reproduz um movimento sócio-cultural maior do que ela mesma*. Caldart (2001, p10).

Ao fim, faço uma análise e auto crítica de que tenha mais me aproximado dessa última categoria, já que em alguns direcionamentos políticos do Movimento para o Cariri eu me afastara, os questionara junto à direção e no campo, prevalecia minha opinião técnica, em outros (de menor ocorrência) me aproximara e até me fundia das posturas do MST; acredito que a orbe revolucionária me enriquecera fortemente, a ponto de resistir à toda sorte (ou má sorte) de dificuldades que, por exemplo, não percebia em muitos dos técnicos vinculados à outras instituições, como os técnicos do quadro do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) ou da Emater, daí creio que de alguma forma, resistir às dificuldades da Ates era *per si* já um forte fator de militância que não deve ser desconsiderado.

Além disso, participar de manifestações, marchas, ocupações de órgãos para atendimento de reivindicações, ou ao observar ao seu redor para algo mais profundo, como toda sorte de violências e expropriações às quais são submetidas as populações do campo, de fato faz – se repensar o atual modelo e se clamar, de um modo ou de outro, por algo que não seja meramente paliativo, mas mais profundo e definitivo¹⁹, é o aspecto formador que Caldart (*op. Cit*) fala.

Acredito que, consoante a discussão de militância, não fosse esse pensamento militante, seja em maior ou menor grau nas categorias *militante – técnico* e *técnico – militante*, dificilmente uma equipe convencional de ATER, como presenciei, poderia ter suportado tamanhas dificuldades materiais. Eis aí, minha admiração e elogio à “bravura” daquela equipe, que mesmo sob toda sorte de dificuldades, mantinha um diálogo muito próximo com as comunidades que acompanhava, quase íntimo, quase cúmplice. É essa característica pedagógica que o movimento traz que finda formando nos indivíduos, ou

¹⁹ Basta ver, por exemplo, assuntos corriqueiros mas que abstrai-se análises críticas vigorosas, como por exemplo a atual quebra das bolsas, puxada pela crise imobiliária dos EUA e que reflete o gigantesco domínio especulativo que reina no contexto atual no qual a economia Real desaparece ante o furor e alarde da economia especulativa. Irônico é pensar que desde o consenso de Washington, os neo-liberais defendiam a “soberania” do mercado nas suas ações e agora, com a quebra do jogo especulativo, recorrem ao auxílio (paliativo) dos cofres Estatais.

inconscientemente fica presente no pensamento do técnico militante, algo de que nos fala Paiva (2008, p.4):

... na dinâmica constitutiva dos movimentos sociais, elaboram-se conhecimentos que são apropriados e formam os próprios sujeitos que ao serem construídos se opõem aos papéis sociais e à lógica de dominação. É deste processo que deriva a função educativa dos movimentos sociais, à medida que se tornam espaços por excelência de um aprendizado político e social.

Se por um lado, temos de positivo, técnicos abnegados e que se aproximam muito intimamente das comunidades que atuam, o que permite uma troca de saberes muito profícua - quase *freireana* - por outro lado, temos o problema de uma tendência de atitudes e posturas que levam a uma *naturalização* da ótica dos assentados.

Sendo assim, a mediação desses técnicos tende a assumir como somente válidas, as posturas dos assentados, o que, do ponto de vista de produção da agricultura familiar moderna (ou que se moderniza) nem sempre corresponderia às expectativas institucionais e tendem a encarar a ótica institucional como contrária à ótica dos agricultores, mesmo sob toda sorte de demandas mais objetivas, como a produção de alimentos.

Assumir esse viés é esquecer, por exemplo, que as políticas públicas, modernamente são construídas a partir das disputas pelo poder²⁰ e por recursos entre os grupos sociais, em substituição aos estados Keynesianos pós – segunda guerra, constituídas quase sempre por demandas sociais, com uma maior ou menor representação institucional, como relato em estudo anterior; Souza Neto (2006 p.20).

Somente através da construção de uma relação de proximidade e de confiança é que se permitirá aos técnicos desempenhar seus papéis de formadores e em certa medida, de promotores das políticas públicas de desenvolvimento. Halmenschlager (2003, p.52) afirma que o perfil dos técnicos da Ater oriundos de entidades ligadas ao terceiro setor os aproxima dos agricultores.

²⁰ Atualmente, parece haver uma predominância estratégica de Estados influenciados pelo “novo gerencialismo público”, onde a eficiência das políticas é extremamente relevante, além de sua credibilidade – em resposta às visões anteriores de políticas meramente distributivas – Souza (2006, p.34)

Passamos a partir de então, a executar o trabalho técnico sem um vínculo profundamente político. Assim, o Movimento²¹ passa a reintroduzir os militantes que voltam a discutir e fortalecer nos assentamentos a questão da valorização do trabalho coletivo e da mobilização política.

Lembro que havia uma sugestão da direção do movimento para que fôssemos cada técnico, morar dentro do assentamento, como uma forma de inserção e mergulho do profissional de ATER no cotidiano daquelas famílias.

Observando as relações com os técnicos que nos antecederam naquelas áreas, convenci a equipe a recusar a “sugestão”, simplesmente por entender que aquela proposta força uma naturalização, embora a proposta do movimento era de que se justificava na criação de uma relação de proximidade com os assentados, diante do quadro que estava desenhado, as próprias tarefas da atividade e a pedagogia implícita nas falas e nas posturas é que de fato faria com que essa aproximação fosse mais verdadeira e que se estabelecia o diálogo. A direção do movimento preferia, por sua vez, que os técnicos morassem nos assentamentos pela “*diminuição do estranhamento do técnico por parte do agricultor e vice-versa*”, conforme observou Halmenschlager (*op. cit.*). Essa prática é relativamente comum, dentro da nova Ater que se instituiu, mas que particularmente, a equipe técnica não a cumprira estreitamente como orientado pela direção.

Via, portanto, nos projetos de investimento, a oportunidade para aquelas famílias de desenvolverem as atividades pensadas. Muitos dos proponentes me relataram que determinadas atividades já eram pensadas desde à época de acampados, o que nos faz perceber que o Pronaf, mesmo não sendo o projeto de vida daquelas famílias, poderia constituir-se em instrumento de crescimento econômico dos pronafianos, desde que, se bem discutido, planejado e executado.

No entanto, essa é a observação mais direta e superficial que poderíamos contextualizar, já que de fato, o Pronaf era algo pontual que estabelecia no seu contexto, entre seus desdobramentos, a melhora das condições econômicas dos beneficiários.

²¹ Ao abandonar o papel de militantes – técnicos e sermos reconhecidos nas áreas em que atuávamos como técnicos, findamos por pressionar o movimento a enviar ao Cariri seus militantes que tinham uma formação política mais consistente.

Contudo, para além desse *querer* de desenvolvimento, tínhamos uma postura política que nos diferenciava, por exemplo, da postura que me parecia à primeira vista, descontextualizada politicamente, por parte da Ates da Emater. Salvo exceções raríssimas, não via nos quadros da Emater perfis de extensionistas que lembrasse aqueles técnicos militantes fervorosos com a reforma agrária, a agroecologia e a agricultura familiar. Na verdade, penso até que a Emater grosso modo, buscava fomentar o mesmo perfil desejado institucionalmente, a nível nacional, do empreendedorismo.

Para além da questão produtiva, há a questão política. Ser técnico militante é reconhecer-se no contexto e contextualizar-se, e ao perceber-se necessário, de algum modo injustiçado com tudo o que lhe cerca de desigual. De descontente e de revolta. É de fato, um processo de construção política através da percepção do socialmente construído; é caminhar, enquanto técnico e militante, *ouvindo-se* e *falando-se* nos discursos, mas não de uma naturalização categórica, de apenas carregar-se de política para uma consciência crítica e tomar uma postura mais objetiva do que o mero discurso; ser, ao mesmo tempo político (o que é muitas vezes feito por mim foi o de nem demonstrar sê-lo, do ponto de vista partidário), mas ser pragmático, objetivo. De algum modo executor de uma postura desejada à frente do setor produtivo dos assentamentos.

Sobretudo, é manter o diálogo e saber ouvir, agir para que as famílias obtenham o que desejam, seja crédito, acompanhamento das atividades produtivas ou, como presenciei, é ser de tudo um pouco nos assentamentos, desempenhando funções que muitas nem sequer eram previstas (conselheiro, confidente, mobilizador, animador etc).

Essa proximidade é o que Halmenschlager (2003) considera como a diminuição do estranhamento entre técnico e agricultor:

Quando o discurso se volta para a relação técnico/agricultor nota-se a ênfase dada à convivência pelo maior tempo possível dos técnicos com os agricultores. Isso produziria o estreitamento necessário nas relações pessoais que permitam um maior diálogo pela diminuição do estranhamento do técnico por parte do agricultor e vice-versa. Porém esta não parece ser prática geral, variando de acordo com a atividade e a conveniência. Para a elaboração de PDAs preferem separar o planejamento da execução, e no caso de alguns outros projetos de acompanhamento o

monitoramento é realizado da cidade. Apenas no caso do Pronaf “A” a estratégia é locar os técnicos no assentamento.

Halmenschlager (2003, p.52)

Essa estratégia, da qual Halmenschlager nos fala, era praticada por todas as entidades que tomei conhecimento até 2006, que atuavam tanto na elaboração de PDAs (Plano de Desenvolvimento do Assentamento)²² quanto dos projetos de investimento (Pronaf A) e claramente visível nas áreas em que a Cooptecara atuou, sobretudo em 2005 / 2006.

Ainda acerca do que Halmenschlager fala, do estreitamento das relações, acredito que de fato exista, mas não naturalmente, portanto, não concordo plenamente com o mesmo. Mesmo me identificando profundamente com o ambiente e as pessoas do Cariri, eu não recomendava à equipe que pernoitasse mais de uma vez por semana no assentamento, pois na minha concepção, não haveria uma naturalização, mas sim uma artificialização das relações entre os assentados e os técnicos. Não fazia parte de um *habitus* Caririseiro, nem tampouco iríamos ser reconhecidos como tal, com a permanência constante, sete dias por semana, conforme a orientação do movimento, dos técnicos no assentamento.

A meu ver, poderíamos mergulhar etnologicamente, no máximo como uma classe próxima, mas porém distinta; de qualquer forma por mais estreita que fosse a relação, não pertenceríamos àquela comunidade, como crido e proposto pelo MST.

Ademais, percebia nas relações de alguns técnicos, algo para além de uma naturalidade artificializada, notava algo promíscuo, perigoso para a imagem de renovação e compromisso que queria trazer sob a égide do próprio movimento, pela relação de troca de saberes corrompida, pela visibilidade de toda sorte de limitações técnicas que porventura acompanhava aqueles técnicos²³.

Assim, argumentei entre a equipe e embora passássemos muito tempo visitando e acompanhando aquelas comunidades, dificilmente passávamos de um dia para o outro.

²² Estudo de viabilidade técnica, econômica ambiental e social do assentamento, que necessariamente produz um documento necessário às outras etapas de inserção de políticas públicas, inclusive crédito, no assentamento e tem por finalidade guiar tecnicamente as ações e delimitar as possíveis aptidões naturais do imóvel, útil sobretudo para orientar os técnicos nas operações de crédito, custeio ou investimento.

²³ Epistemologicamente, essa inserção ou naturalização talvez funcionasse para efeitos de um trabalho menos consistente ou menos duradouro, como uma pesquisa ou algo assim, mas eu compreendia que nossa abordagem naquelas áreas seria diária, por um longo período, na proposta inicial, de anos e a naturalização funcionaria de forma ambígua.

embora as visitas em alguns assentamentos fossem quase diárias, o que foi, entre outros, motivo de crítica. Essa decisão mostrou-se a mais acertada, tendo sido reconhecido, mais tarde, por algumas lideranças como adequada àquela conjuntura.

Fazíamos a programação semanal das atividades partilhando dos espaços com os militantes. Assim, se inicialmente sofríamos críticas dentro do movimento pelo afastamento nosso da questão política, essa nossa estratégia acabou aproximando os setores de mobilização do movimento com os assentamentos do Cariri.

Assim sendo, mesmo não vivendo nos assentamentos, como era a proposta inicial do movimento, de alguma forma, fazíamos *parte do pedaço*, tomando a abordagem etnológica de inserção no ambiente de trabalho, como relatou Dawsey (1997) em seu estudo sobre a identidade dos bóias – frias. Todos da equipe tinham alguma relação, em algum grau com algumas famílias dos assentamentos: ou conheciam nossos pais, ou conheciam parentes nossos, ou freqüentávamos os mesmos espaços de lazer, como vaquejadas, ou participaram de eventos, como fóruns e encontros ou até a pelada de futebol às tarde de sextas feiras empoeiradas.

Alguns assentados, mais próximos de mim me apelidaram de “Miguel de Zé Branco”, em referência ao meu pai, que ainda é muito conhecido pelo Cariri, ou “o Técnico do Chapéu de couro”, como ouvira ao se referirem a um chapéu de couro, de abas largas, que me protegia do sol forte, uma espécie de apelido que me situou numa teia de relações. Como exemplifica Dawsey (1997, p.19):

Para ser do “pedaço” é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência. Enquanto o núcleo do ‘pedaço’ apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica...

De uma forma ou de outra, construí uma relação com os assentados e suas famílias, nunca subvertendo a lógica geral do movimento, mas criticando construtivamente e construindo, com minhas ações, resultados positivos mesmo sob toda sorte de adversidades

e críticas. Foi um aprendizado mútuo junto àquelas famílias e findei fazendo parte de suas redes sociais.

Entretanto, acredito fortemente que a formação dada pelo movimento tenha sido essencial nessa busca pelo estreitamento dos laços entre mim e os assentados, claro que ela se efetivou a partir de uma disponibilidade e aceitação individual, mas isso compõe as escolhas que se fazem profissionalmente. Decidi, por exemplo, à despeito de escolhas profissionais, não por derrubar centenas de hectares de mata para depois implantar o plantio de soja, como de fato me fora proposto, de trabalhar no Pará, antes de aceitar o convite da direção do MST para compor os quadros da cooperativa de técnicos do movimento. Decidi militar pela causa da pequena agricultura no semiárido, pela reforma agrária e se faço críticas, é na perspectiva de que se revejam arestas que podem comprometer de algum modo, a eficiência da proposta do movimento, da busca pela sustentabilidade e da agricultura familiar que passei a perceber com a rotina naquelas áreas por onde passei.

Quero voltar à questão dos perfis dos profissionais extensionistas. Basta compreendermos que o perfil do extensionista influencia sobremaneira nos resultados da política pública Ater ou Ates e claro, nas outras políticas públicas que lhe são dependentes, sobretudo relativas ao crédito, o que de modo geral, concorda com Thornton e Cimadevilla (2008, p. 51), que o perfil do técnico influencia sobremaneira na aproximação maior ou menor deste em relação às comunidades assistidas, ressalto sobretudo o referente às dinâmicas em torno do Pronaf A. A extensão rural torna-se decisiva na sustentabilidade das políticas públicas e elemento central da intervenção do Estado sobre o mundo rural.

A extensão rural é de fato, um elemento-força da instrumentalização da modernidade. Alcançou-se e abrangeu-se um público antes esquecido e desconhecido no rural brasileiro. No entanto, apesar das diferentes classificações cronológicas dos períodos da Extensão rural no Brasil, desde seu surgimento oficial em 1948, até os dias atuais, no contexto evolutivo da mesma, é ponto comum na literatura referente à mesma que a abordagem desenvolvimentista, surgida no período militar, perdurou até o início dos anos 80 do século passado, mas que ainda hoje em muitos profissionais da Extensão vêem-se discursos que lembram muito aquela abordagem.

Callou et al (2008) contextualiza em linhas gerais a transformação da extensão rural, que mesmo carregando alguns vícios ou mazelas do passado, carrega todo um contexto

vanguardista e atualmente aproxima-se mais dos quereres e do diálogo com os beneficiários:

Os extensionistas (agrônomos, médicos veterinários, economistas domésticas) foram decisivos para as transformações surpreendentes nas comunidades rurais brasileiras. Dessa ação, decorreram muitos efeitos positivos e negativos. Por meio dos extensionistas, o Estado chegou a rincões antes inacessíveis. Muitos agricultores tiveram acesso a informações e conhecimentos que os ajudaram a melhorar suas condições de vida e de produção. Um amplo segmento de agricultores foi beneficiado pelo processo de modernização. A instalação de monocultivos tecnificados criou um dinâmico mercado agroexportador e consumidor de bens e serviços vinculados à agricultura.

No entanto, é inegável que o saldo do processo de modernização da base tecnológica da agricultura brasileira é negativo. Seu caráter seletivo e excludente e sua omissão em relação aos limites ambientais do incremento produtivo resultaram em processos sociais de concentração de ativos e riquezas. A modernização associou-se, de modo indelével, à concentração da propriedade da terra, à precarização das relações de trabalho no campo, ao êxodo rural, ao inchaço das periferias de médias e grandes cidades e à degradação ambiental. A percepção desse fato fortaleceu a necessidade de repensar modelos de desenvolvimento e concepções e práticas de Extensão. As discussões são polêmicas, mas sinalizam para um leque de palavras-chave inovadoras no vocabulário extensionista atual: desenvolvimento sustentável, comunicação participativa, novas ruralidades, agricultura familiar, gênero, agroecologia.

Callou (et al. 2008, p.7)

Percebe-se que a extensão rural avançou em relação às suas origens desenvolvimentistas, principalmente rumo ao discurso agroecológico, que coaduna com o discurso do MST. Para Caporal e Costabeber (2004 p.64) o que representa esta nova proposta de extensão rural, que se aproxima da agroecologia é que:

“ (...) trata-se de uma intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos de processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo”.

Entretanto, nada adianta que se tenha nos arcabouços teóricos de um Plano de Extensão rural, se na prática, o desejo modernizante do governo parece esquecer as peculiaridades dos assentados e no caso em questão, o *habitus* campesino caririseiro. É no PNATER (Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), que se buscaram as demandas espontâneas, de ação onde se preveja a interação; se vê claramente a pedagogia freireana nos discursos (e as práticas) defendidas na ótica da sustentabilidade. Apesar deste plano seguir uma lógica participativa e de sustentabilidade, através da construção de uma proposta de uma extensão rural renovada, como resposta à extensão rural desenvolvimentista e difusionista do pós guerra, se não tivermos um técnico engajado, comprometido com o desenvolvimento e a comunidade em que atua, esta teoria cai por terra, é inócua.

O modelo difusionista (a extensão pós segunda guerra) via os recursos naturais como elementos constituintes de matéria prima para a agroindústria que deveria modernizar o campo e que dela ainda existem reminescências; há heranças deste pensamento de um só sentido, uma só mão, de que vê no camponês a figura do Jeca Tatu, de uma caricatura da preguiça, do símbolo sarcástico de um Brasil do atraso. Embora a mudança paradigmática da extensão se pretendeu e até se deu, ainda há um pensamento cheio de conceitos formados permeados por uma sensação de atraso, quando devia perceber que as multiplicidades da agricultura familiar é que a tornam tão dinâmicas. Retomo a assertiva de que de fato, o perfil do técnico é fundamental para uma conciliação entre os dois “modelos

de projeto”. Para Thornton e Cimadevilla (2008, p. 58), os esforços históricos da extensão rural ocorreram, sobretudo, a partir de um acúmulo de experiências que buscavam um resultado de ações e interações mais dinâmico, mais participativo.

Fundamentalmente, é preciso lembrar que o extensionista é de fato, a instrumentalização de todo e qualquer plano, mesmo de renovação, necessariamente, o perfil do técnico deverá ser ou estar aberto à essa renovação, infelizmente isso nem sempre acontece, ainda mais quando se trata, por exemplo da própria formação técnica do agrônomo, veterinário, zootecnista, técnico agrícola, enfim, do ora profissional e outrora, estudante da universidade que parece não querer consolidar o tripé Ensino – Pesquisa – Extensão.

Os Atores: da aliança de Tucumã ao pano vermelho

Quase todo militante faz uso de alguma simbologia que o identifique como pertencente ao movimento. Era (e ainda o é) algo que observara (o) na minha vida diária. Também fazíamos uso de tais simbologias. O estender uma bandeira do movimento dava uma formalidade quase cerimonial a qualquer discussão que levantássemos nos assentamentos. É evidente que a bandeira carrega consigo todo um signo contundente das lutas, das vitórias e revezes sofridos, como por encanto, quem a carrega, traz consigo também uma forte identificação e assimilação de uma identidade.

Usava camisas do movimento e me sentia feliz por ter aquele emblema sobre meu peito, minha pele. À exceção de algumas áreas que não fazíamos uso dela, por respeitar aquelas comunidades que estavam “brigadas” com o movimento. Se a conjuntura permitisse, também como estratégia de nossa equipe, que inicialmente evitava localmente o confronto político, sem ser de forma abusiva ou invasiva; vez ou outra passariam a nos ver trajando-a, como uma afirmação de que realmente éramos do movimento, mas estávamos construindo, trabalhando de forma consistente por uma causa que acreditávamos: A produção efetiva e sustentável na reforma agrária das áreas de semi-árido. Era somente nessas áreas mais conflituosas que nos afastávamos diametralmente das discussões políticas, incorporadas como algo partidárias nos assentamentos. Fazer-se apolítico, era, de certo modo, fazer-se político, em meio aos conflitos.

Certa vez, ainda “verde” no movimento, perguntei a um militante que me acompanhava sobre o porquê de ele usar uma espécie de anel lignificado, preto, feito a partir de corte de certa amêndoa (depois fiquei sabendo que era de Tucumã, uma planta típica do meio norte e Norte do país), assim como em muitos, que tinha observado a mesma prática.

Eis que ele me responde:

“Essa é minha aliança de casamento com o movimento!”

Logo, considerando toda sorte de signos, pensei que se dentro do universo mágico e na própria simbologia do movimento, aquele pequeno artefato, representava uma aliança, a camisa vermelha era meu terno, ou o vestido de noiva das mulheres que lutavam no movimento.

Mas, se *éramos casados, ou tínhamos união estável* com o movimento; se tínhamos os trajes carregados de toda a significância do movimento, quem seriam os filhos, ou frutos dessa relação?

Pergunto-me se os frutos do casamento entre militantes e todos os *sujeitos* que compunham o movimento seriam realmente os assentamentos orgânicos... ou eram toda sorte de ações e resultados práticos de nossas intervenções? Talvez seja mesmo... Mas havia algo de grave nessa relação entre crias e criadores. Se nessa analogia, de instituição por pessoas, fosse perfeita, não haveria crises. Mas havia uma crise, e essa crise provinha da ação de, nesta metáfora, uma terceira “pessoa” que disputava espaços nos assentamentos nas brechas ou ausências do movimento e que no início da “relação” não era dessa forma: esse novo elemento era o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC).

A tríade teimosa: dois técnicos e uma moto

Sob o pó das estradas, aquela moto vermelha parecia desbotar pela argila que se fincava em suas entranhas e carenagens – carregava – nos, quase sempre em duplas através dos rincões perdidos dos Cariris, nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), quando íamos diariamente aos assentamentos. Enfrentávamos toda sorte de

dificuldade e me parecia haver uma busca obsessiva em superá-las, apesar das condições de trabalho.

Até na rotina de ir ao assentamento, a precariedade parecia cosmogônica, indo desde as estradas ermas e em muitos casos, de difícil acesso, dificuldades essas que pareciam acompanhar-nos, como que fincadas, semelhante aquela argila que teimava em entranhar-se pelas carenagens e parafusos da moto, também enfiava-se poros adentro, no suor de meu corpo, como uma marca, estigma de fazer uma ATER militante.

Apesar dos reveses, trabalhava com empenho redobrado à mesma proporção das dificuldades, como se fosse tomado por uma teimosia hidrofóbica, igual a torcer pelo Vasco em final de Taça Guanabara e torcer para, novamente, não ser vice – campeão. Essa teimosia mesclada com ideal militante movia - me, silenciosa e constante, rumo ao “gol”, ou à plenitude de meus esforços, rumo ao que acreditava e defendia..

Eram sete assentamentos a percorrer, semanalmente, a rotina era *diária* e se estendia algumas vezes até a noite. Em cinco municípios (Sumé, Prata, Ouro – Velho, Camalaú, e Congo), fazíamos o trabalho diário de acompanhamento dessas áreas. A equipe da qual eu fazia parte, era composta por uma técnica agrícola, um veterinário e um outro técnico agrícola. Fizesse sol, ou chuva, a menos que a moto quebrasse, sempre cumpríamos as visitas programadas, quase sempre acompanhando a instalação ou manutenção de projetos de investimento nessas áreas ou, nas que ainda não haviam recebido o crédito de investimento, bancávamos as discussões e a construção da proposta, bem como aporte de orientação à questões burocráticas relativas à documentação necessária para ingressar no Pronaf.

Ilustração 3. Visita ao assentamento Mandacaru, foto tirada na vila sede. Vêm-se as pessoas chegando e o transporte do extensionista: Moto.

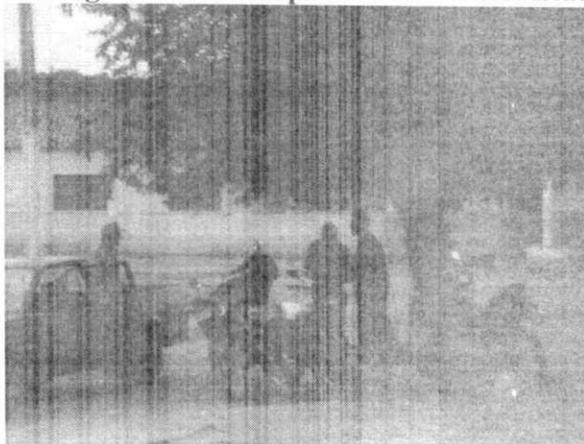


Foto: Acervo pessoal

Havia muitas dificuldades para superar, ainda mais quando os nossos vencimentos não eram pagos, mal tínhamos verbas para pagar a manutenção das motocicletas, das despesas de permanência (Aluguel de escritório, material de consumo de escritório, alimentos) tornando a situação financeira dos técnicos do movimento quase caótica. Esses vencimentos não eram depositados quase sempre por problemas burocráticos relacionados à celebração do convênio, ou ainda, por atraso na prestação de contas da cooperativa ou por indeferimento das mesmas pelo INCRA. Ficávamos, em média, dois, três meses (até seis) sem receber um centavo e, algumas vezes perdemos o retroativo, devido à complexidade e *burocratização* do setor de finanças do convênio celebrado entre o Incra e as instituições de ATER²⁴, ao que se sabe.

Pode parecer curioso e irônico, para técnicos que não militaram em um movimento social, mas pensar que, além de recebermos nossos vencimentos com atraso ainda os

²⁴ Recentemente, ao participar do Seminário Estadual Sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, evento realizado de 20 a 21 de maio do corrente, no município de Lagoa – Seca, ouvi os relatos em plenária e pelos corredores de diversos representantes de cooperativas de ATER da questão da burocratização cada vez maior do Incra em receber as prestações de conta dessas instituições. Claro que todo processo público deve ser transparente, principalmente no que diz respeito ao dinheiro público, mas me pergunto se não haveria processos mais simples e que tornassem o serviço de ATER mais próximo de seu devido reconhecimento, por garantir a segurança (até financeira) dos profissionais que militam no Estado com a causa da agricultura familiar e campesina, sobretudo no semi – árido. Penso se isso reflete a política pouco eficiente, principalmente para acompanhamento das áreas de reforma agrária, reforma agrária esta antes defendida até simbolicamente, por usar um boné do MST, à época, Candidato à presidência Lula e que agora, pelo presidente, não se avançou na questão da (dês)concentração fundiária brasileira, alguns até comparam a política de ATER Lulista à de FHC.

dividíamos em cota para a remuneração de um técnico agrícola. Assim, poderíamos potencializar e multiplicar nossas atividades com o mesmo custo de uma equipe convencional, menos *abnegada*. Confesso que essa foi a tônica da equipe durante o tempo em que o trabalho *permaneceu possível*, quando o Incra através da demanda dos assentamentos, mobilizados por terceiros, ou por interesses dos assentados, desvinculou a cooperativa da Ater, permanecendo o convênio somente para alguns assentamentos, obrigando a mesma a fazer cortes de pessoal, ou pelo afastamento voluntário, como o fiz, depois de quase dois anos somente na ATER daquelas áreas.

Talvez por antes de definitivamente ir a campo - e ser discutida a ATER com uma *abordagem de esquerda*, participativa e proativa, resistimos às inúmeras dificuldades materiais que nos surgiam – muitas das lideranças do MST usavam o discurso revolucionário para incutir, em nós técnicos, a idéia de que a técnica deveria estar, como tudo, subordinada à práxis política - revolucionária²⁵ e assim, os percalços, quaisquer que

²⁵ Essa lógica, que se entranhava nos discursos e, muitas vezes, percebia que já fazia dela, a minha própria, quando minhas falas outrora supostamente apenas técnicas agora traziam uma certa tônica de *esquerda – revolucionária*, contribuiu enormemente para a aproximação não apenas minha, mas de outros “camaradas” de uma relação de pertença, embora artificial, àquelas comunidades; é verdade que mais tarde, talvez eu tenha adotado um discurso mais moderado, principalmente na questão da abordagem produtiva nos assentamentos. Por exemplo, ao usar o termo *Companheiro* (quase chavão) - abro um parêntesis para discutir a questão de visão revolucionária - segundo uma liderança - *camarada* era um termo mais avançado e revolucionário que “companheiro”, já que esse foi o termo carregado por décadas pelo PT e que, com a pífia atuação em nada modificadora do Lula, no tocante à reforma agrária e ao modelo econômico, seria preferível se distinguir como “não pertencendo” àquela facção.

Há que se ver que, muitos discursos revolucionários “esfriaram”. Com o tempo, o *desencanto da esquerda mundial* também passa a se incorporar nos discursos de algumas lideranças locais; técnicos e “amigos” do movimento, embora não se tenha registrado, faço de minhas observações empíricas meu testemunho de um certo desencanto, ao menos no Estado. Eis mais um dilema antão em que se encontra o militante e o técnico, ao pensar a conjuntura e as perspectivas e idealizar possíveis reformas e avanços; como manter o discurso revolucionário diante de um espírito excessivamente imediatista/consumista que se arraiga hoje, até mesmo nos agricultores, no contexto global? Não seria um contexto adverso ao ideal social clássico, principalmente sob modelos insustentáveis de produção e de consumo, ainda mais quando esse pensar é impregnado de uma visão puramente clássica da disputa de classes e que, não se percebe à primeira vista, o que se deve reformar, ou se questionar? Afinal, o modelo insustentável de agricultura moderna é fruto, por exemplo, da especulação dos *comodities* ou o contrário? Em que medida o espírito modernizante das políticas de desenvolvimento estão carregados desse contexto? Como enxergar as saídas anti-globalização com uma técnica – militância que apenas reproduz discursos e modelos alternativos que não tem expressividade nem impacto dentro do contexto regional dos assentamentos? Ao fim de tudo, os técnicos criam os discursos de mudanças mas, diante das dificuldades fíndam por reproduzir o modelo desenvolvimentista?

Ainda sobre a percepção de esquerda: Quando perguntado sobre a questão da abordagem sociológica clássica e o seu posicionamento intelectual, Bourdieu descarta a possibilidade de viabilidade conceitual de uma esquerda calcada na assimetria econômica, além dos demais fatalismos ortodoxos, não importando a posição:

“Nunca experimentei a nostalgia do paraíso proletário na terra nem aderi à utopia da sociedade comunista e não vou começar agora, depois de tantos esforços e de trabalho para descobrir as rudes realidades do mundo social. Não se é obrigado a escolher entre o utopismo irresponsável e o fatalismo sociologista. Muito menos entre a

fossem, seriam nossas “provações”. Resistir às dificuldades era para as lideranças e para os técnicos o que separava e diferenciava (em termos de organicidade) da mediocridade (ou no jargão nosso, do pelego) vista na ATER oficial.

As abordagens das lideranças primavam pela busca de uma modificação do campo através dos homens e mulheres do campo, inspirados sob discursos de líderes e intelectuais; quase uma cacofonia de vozes e pensamentos da ascendência de Che Guevara, Frei Beto, Gramsci, José Rainha, Lênin, Bourdieu e, sobretudo Marx (Enfaticamente o *velho e bom* Marx).

Os encontros promovidos pela cooperativa do movimento tinham sublimareamente uma ênfase política, embora fossem discutidas as dificuldades e os acertos das equipes de ATER de todo o Estado, a discussão revolucionária²⁶ e do *militante técnico* (desejável) e não do *técnico militante* era tornada central como forma de escape às enormes dificuldades de execução do planejado.

Assim, de alguma forma, em menor ou maior grau, ao se contribuir no movimento a sua lógica, por menos que se imagine de uma forma ou outra, se arraiga no âmago dos indivíduos. Talvez constituindo - se como uma identidade, no mínimo em algo que se deseja ver com êxito e, novamente trago o exemplo do futebol, que sob a ótica de construção dos processos sociais, é também: um jogo, porque a identificação é quase imediata – seria como torcer em placar muito desfavorável ao time amado. Uns torcem para que ocorra uma reviravolta, outros, menos esperançosos que a derrota não seja massacrante, mas sempre esperançosos de mudança do contexto adverso, que o time siga lutando.

A luta (justa e incontestável) pela reforma agrária adquire visibilidade e se estende nas posições tomadas, nas frases ditas, nas renúncias, nas privações de todo contexto, no

expectativa do futuro radioso da sociedade comunista e a defesa das conquistas do Welfare state; tampouco entre o fatalismo marxista e o fatalismo neoliberal; nem entre a defesa de fato arcaica do Estado nacional e o sonho, realmente fantástico, do Estado mundial. Todas essas alternativas, nas quais se tenta aprisionar qualquer projeto nuancado e construtivo, não passam de maneiras de justificar como inevitável a adesão ao statu quo neoliberal, o que se poderia chamar de *laisser-faire* do *laisser-faire*”.

In: Machado da Silva, Juremir. Pierre Bourdieu: Os mandamentos do intelectual. **Revista Famecos**. 1999. p.11.

²⁶ Hélio Jaguaribe, em entrevista à BRHistória (2008, p. 45) afirmou que “*Faz parte de uma retórica de esquerda propor coisas que só serão viáveis em regimes revolucionários. Mas a esquerda moderna é reformista*” o que acende a discussão de uma esquerda mais moderada e focada não em uma proposta de militância doutra e ortodoxa, mas sobretudo, efetiva, ou usando Bourdieu (tanto o dito sobre a sociologia, quanto o praticado por ele) no contexto de uma nova abordagem de esquerda, a militância política é sem dúvida, um esporte de combate.

reinventado, se redescobre em movimento, critica e se faz uso da autocrítica – a pedagogia do movimento é o próprio movimento. Militar com a causa, de acordo com a maior ou menor proximidade do sujeito com o ideal revolucionário o faz ser, no fundo, um crente.

Mas como os técnicos estariam engajados? Como seriam orgânicos? Afinal, como resistiriam às privações de que estariam expostos no contexto da Ater? De fato, os técnicos engajados no movimento não estariam fora do processo de luta. É dessa pedagogia que se inserem também como sujeitos sociais, talvez muito menos crentes de seus papéis do que um militante *natural*, ou um FM (Frente de Massa – militante responsável por mobilizar os trabalhadores para as ocupações e dentre outras atribuições no Movimento, subsidiar as discussões acerca do papel dos indivíduos enquanto sujeitos) esses técnicos ao seu modo, são também atuantes.

É sob toda sorte de abnegações e reciprocidades entre colegas que se fortalece o pensamento e nos move rumo aos ajustes conjunturais, de um torcer incondicional. A condição de ser MST é fortalecer-se nas histórias de luta enquanto memórias de pertencimento e aí, como diria Pollack (1989), constituir-se no resgate das histórias que termina por opor a historicidade dos sujeitos frente à história oficial e daí, constituir elementos de uma memória e de uma identidade, ou sentimento de pertença.

O dogma ou a assertiva doutrinária e política, portanto, é um luxo intelectual que não caberia ao técnico, a meu ver, o discurso deve ser apenas uma ferramenta: as *ações*, (o dito e o feito) ou ainda as *não – ações*, o não dito e o não feito importam, e muito, nesses processos de constituição de uma mediação pelos técnicos e através deles, ajuda a compor uma identidade de *técnico do movimento*. Não quero assim afirmar que o técnico deva ser apolítico, mas saber aonde a questão política pode limitar os aspectos técnicos de seu trabalho e a partir deste confronto, tomar a decisão entre a abordagem política, ou mais técnica. Por ser assim, é que o técnico vinculado ao Movimento adquire uma identidade singular, assume ou se vê compondo uma identidade e o compromisso político e técnico muitas vezes que coadunam ou se digladiam, compondo uma multifacetada identidade.

Esta identificação com uma causa que é maior que o próprio indivíduo, por uma postura mais política, rotineiramente o faz (o extensinista de movimento social) capaz de transpor obstáculos na lida do seu trabalho, como o atraso nos pagamentos salariais, as

difícultades estruturais da Ater e outros desafios rotineiros que geralmente já subjagam mais facilmente outras equipes de Ater vinculadas ao governo, por exemplo.

Caldart (2001, p.08) ao deter-se sobre a formação da identidade do Sem Terra, reforça o caráter pedagógico do movimento, o que vem avigorar nosso testemunho de um fortalecimento da preocupação com as desigualdades sociais e compromisso destes técnicos, sobretudo inerentes à questão agrária e que, enquanto elemento constituinte de uma identidade. Sobre esta identidade de Sem-terra, é bom que se perceba como um habitus que se fortalece nas trajetórias.

A trajetória do MST foi sendo desenhada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que toma parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade Sem Terra que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano.

Caldart (2001, p.08)

Assim, pode-se perceber neste parte do texto que é mais aproximadamente um relato, de um dos muitos perfis dos que compunham a equipe de Ates e de alguns outros atores sociais as particularidades no trabalho de Ates. No entanto, prefiro destacar da resistência viril às *tormentas* por parte dos técnicos do movimento. De algum modo, há em cada técnico militante, um militante vigorosamente entrincheirado que sonha e acredita em algo possível, algo promissor, algo de esperança e alento, mesmo que inconscientemente, nublado pelos afazeres diários. Sem saber, refaz-se a identidade e a pertença do sujeito, enquanto se recompõe sujeito social. Enquanto processo dinâmico e quase despercebido. Digo quase, porque é um processo feito de escolhas, que fñdam por determinar a posição política de cada técnico e sua proximidade com a militância.

As lógicas em disputa: a vontade moderna do governo versus as particularidades dos assentados

Dizer que os camponeses ou agricultores familiares possuem um *habitus* campesino não impõem necessariamente a eles uma certa homogeneidade de caracteres, aproximando-os conceitualmente de classe, pelo contrário; classe sugere algo muito mais estático, ao contrário do que nos remete o conceito de *habitus campesino caririseiro*. Considerá-los enquanto grupo não quer dizer homogeneidade, conforme Rosemeire Almeida (2005, p.4) que diz que ao afirmar isso não “significa dizer que os camponeses são uma classe homogênea numa possível diluição das diferenças” ou “saco de batatas” (como afirmara o jovem Marx).

Conceitualmente, quando falamos de agricultura familiar e de campesinato, falamos em dimensões da vida social que implica em continuidades e rupturas. Nos fala Wanderley (2003 p.43) ao deter-se sobre a densidade de conceituações da agricultura familiar que existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar, muito embora em outro estudo, a referida autora afirmara que, apesar de não ser uma categoria recente, a agricultura familiar é extremamente diversificada, assume novos ares. O conceito de agricultura familiar recai, sobre as famílias que incorporam – se ao contexto moderno, do produzir modernamente. Para ela, o campesinato corresponde a uma das formas de agricultura familiar embora a própria agricultura familiar não rompa em definitivo com alguns aspectos campesinos (Wanderley, 1996, p.02-03).

Se o discurso institucional legitima o viés de modernidade, o governo por outro lado age, fomentando políticas públicas mais consistentes nesse sentido, como da recente incorporação ao pronaf do financiamento de máquinas agrícolas com juros e descontos para a agricultura familiar. Muitos dos agricultores familiares mais voltados ao perfil camponês, assim como na Rússia, irão possivelmente usar as máquinas agrícolas apenas para redução do esforço do trabalho árduo do campo, ou perder em produtividade, de uma produtividade anteriormente projetada, por sub uso do maquinário agrícola. Tem-se, portanto, duas visões que ora se agrupam, ora se afastam no campo econômico. Duas lógicas que parecem em

certos aspectos destoarem, em outros se aproximarem. Sim, se aproximam, por exemplo, na busca de crescimento das receitas, ou da incorporação, por exemplo, de atividades mecanizadas, mesmo que seja para redução do trabalho penoso na agricultura, conforme discutido por Chayanov em sua obra sobre o campesinato da Rússia no início do Século passado.

Especificamente ao nos determos sobre o P.A. Mandacaru, observamos que as modificações dos projetos de investimento, deram-se por atividades que não eram contempladas pelo financiamento e, sendo assim, reflete as lógicas de que: em uma prevalece a ordem do projeto idealizado institucionalmente; projeto técnico que, quando não incorporado às atividades pretendidas pelos beneficiários, obedece às sugestões técnicas macroregionais, como o zoneamento e que tende a se incorporar como resultado final da *política pública Pronaf* – produto do discurso político institucionalizado. Por outro lado, de uma outra lógica de diversificação das atividades produtivas do imóvel (no caso, o lote), essa dinâmica acaba assumindo eminentemente uma posição diferente da visão institucionalizada e governamental através de incorporação de atividades não previstas e que, por outro lado, ao não considerar certos elementos técnicos determinantes, expõe a atividade a riscos.

Este quadro, trazido pela minha vivência como técnico, possibilitou a constatação da proeminência de momentos e situações distintas, das lógicas ora referidas.

Por exemplo, dentro desta recusa, da desconsideração de fatores técnicos pelos beneficiários, o que há por trás dessa *inobservância* aos índices técnicos?

Em meio a essas disputas quase despercebidas, estruturadas por relações dinâmicas entre instituições e atores sociais, a figura do técnico assume substancialmente um papel de mediador. Mas é preciso se questionar se de fato, mesmo com essa mediação e até por parte do viés da Ater / Ates, há essa esperança do acompanhamento técnico como uma ferramenta catalítica da modernização desses agricultores - eis então a questão: há a possibilidade não de uma transição, mas de uma mudança abrupta? Essa modificação seria no modo de conduzir os projetos, na incorporação pelos sujeitos do discurso empreendedor e modificar o que é moderno *per si* mas que paradoxalmente, conserva atitudes e costumes que não são desejáveis ao espírito empreendedor do *tipo ideal* de agricultor desejado pelo governo.

Essa hipótese que lançamos, apesar de desconsiderar toda sorte de conjunturas, períodos históricos e valores antropológicos aponta justamente, como uma forma de causar um impacto na percepção dos mais sensíveis às idéias romanceadas ou revolucionárias de que é possível uma transição imediata de um sistema a outro de produção.

Surge o descompasso central a nossa discussão: por um lado, o governo através do Pronaf A deseja desenvolver os assentamentos, mas em grande medida, não há uma resposta do ponto de vista institucional, satisfatória. De fato não parece haver um *desejo de emancipação* suficientemente forte no assentamento. Desse desejo institucional e a sua absorção pelos pronafricanos cai-se na discussão proposta por Cunha et al. (2008, p.8), da questão da dimensão da legitimidade versus a institucionalidade. Ante a este descompasso, já que os assentados, essencialmente por uma questão de perfil e normas do crédito, não parecem corresponder totalmente ao empreendedor implícito nas planilhas, na visão institucional, essas famílias, carecem de uma adequação aos liames do Pronaf.

E é aí que em certa medida, se encaixa a Ater oficial, com a função de *modernizar* o que não é *moderno* na lógica institucional. Aproximar o agricultor do empreendedor. Por outro lado, as famílias entendem a lógica moderna no padrão de atividades ofertadas, mas não assimilam o dito “espírito” empreendedor. E é somente aí, que a Ater construída dessas relações com as famílias vai pensar tais modificações e mediar o conflito que está implícito.

Sempre fora posto, pelos dirigentes da Cooptecara, que o técnico deve ter uma sensibilidade ou capacidade de interagir e se aproximar ao máximo das vontades e planos produtivos dos assentados, *driblando* ou mediando o institucionalismo das planilhas, rumo a um “arredondamento” do *proposto* pelo *posto*. Aí é que se define essa “habilidade” em perceber e contextualizar as trajetórias individuais no âmbito do assentamento.

Essa sensibilização longe de ser um processo natural, era desencadeada pela argumentação e preparação dos técnicos que iriam atuar nas áreas de reforma agrária²⁷. O maior comprometimento era algo que se eviscerava nas discussões acerca de abordagens e modo de agir dos técnicos junto às comunidades. Sublimava-se com a questão de

²⁷ Para, além disso, a questão das relações construídas com os técnicos de campo também iria permitir uma maior ou menor modificação do mesmo. Essa maior ou menor proximidade reflete exatamente uma abordagem pedagógica, entre os saberes, à medida de Paulo Freire. Diria que seria a própria formação de uma militância técnica ou técnica – militância dentro do movimento. Algo relacionado à pedagogia participativa e construtiva do MST. Leia-se Irene Alves Paiva in: *A dimensão educativa do fazer militante no MST*. Texto disponível na Web.

abordagem do público – alvo (assentados) de forma mais aprofundada, sobretudo Freireana²⁸, porque era tomada como a “causa” maior do papel do técnico: possibilitar o fortalecimento das áreas de assentamento, através do também fortalecimento da produção desses assentamentos, sem a arrogante posição do agrônomo pró – Revolução Verde. Nessa ótica, essa mesma abordagem pode ser percebida no *habitus e na mediação*²⁹ dos técnicos de organizações do terceiro setor.

Analisando a posição dos técnicos frente ao projeto *institucional posto* e ao *empírico proposto*, as variáveis observadas eram inúmeras. Se de um lado o técnico deveria ver os aspectos construtores do projeto, do *posto*, como índices de uso da terra, cobertura vegetal e capacidade de suporte, rendas das atividades, descarte planejado de animais, entre outros; por outro lado ele deveria vislumbrar a proposta daquele beneficiário – o *proposto*.

Frequentemente deveria perguntar – se da naturalização daquele proponente com a atividade proposta, por exemplo, observar a composição familiar, a disponibilidade de mais “braços” para auxiliá-lo, caso sua idade fosse avançada ou aspectos mais subjetivos como a sua capacidade de assimilar novas técnicas.

Muitas vezes, o próprio zoneamento agrícola não recomendava determinadas atividades, embora soubesse disso, e essa talvez tivesse sido umas das “muralhas mais intransponíveis” nas minhas argumentações com os técnicos do banco, havia as particularidades dos assentamentos, outras vezes o próprio assentamento, se constituía

²⁸ A abordagem de Paulo Freire, sobre o “Agrônomo Educador”, por exemplo, era difundida nos encontros e nos discursos com as lideranças (políticas) do MST. Isso sem falar nos “treinamentos” que eram nada mais do que palestras com dirigentes, estaduais ou nacionais, que tinham como objetivo sensibilizar os técnicos rumo à militância. (o movimento sempre defendeu o *Militante – técnico*). É sabido que toda a obra de Paulo Freire, foi voltada à educação, contudo, ao tratar dos profissionais das ciências agrárias, como elementos centrais na questão da promoção do desenvolvimento (sobretudo humano), o educador Paulo Freire se dirigiu ao agrônomo (ou extensionista) por compreendê-lo como também um educador, o que lhe “autoriza” a fazê-lo... assim o discurso do conhecimento *construível* e da emancipação dos sujeitos constituem, a partir das realidades locais se constituem o eixo central dessa abordagem. Um saber que sabe que sabe, mas que deve saber que deverá repartir e também aprender com os que “não sabem que sabem”, por assim dizer, com os pequenos agricultores.

²⁹ De certo modo, guardando-se as devidas pertinências epistemológicas, a postura (desejada) do técnico aproxima-se da do cientista social, defendida por *Bourdieu* quando trata que a compreensão da *realidade* passa pelo estabelecimento do conhecimento não apenas das relações objetivas dos ocupantes do campo social, mas também das diferentes posições constitutivas desse campo, pelas relações mediadoras no campo advindas dos *habitus* dos seus ocupantes. In: Bourdieu, **O poder Simbólico**. Bertrand Rio de Janeiro: 1989

numa exceção³⁰ àquela restrição, o que reforça a idéia de que o zoneamento acaba tendo uma macro visão regional³¹, exceções não cabem, portanto, nesse contexto. Além disso, o viés tomado pelos técnicos do banco, necessariamente era de uma abordagem macroeconômica, que fugia à lógica microeconômica dos assentados.

Sendo assim, fortalece-se a idéia de que se têm um *descompasso*. Descompasso este potencializado pela visão progressista e pelos marcos legais do Pronaf, pelo fato de que o próprio projeto carrega uma lógica inteiramente voltada para a promoção do desenvolvimento rural, baseado numa lógica empreendedora e modernizante. Por outro lado, percebemos na formação ou composição daqueles assentamentos, uma predominância de profissões comuns ou que se inseriam no mesmo contexto: os assentados eram quase sempre ex – vaqueiros, ex – meeiros, ex – trabalhadores rurais (diaristas) e muitos daqueles também se relacionavam com a extração de recursos naturais, como lenhadores e carvoeiros, passando a compor uma caracterização de classes diferentes, mas com perfis que se aproximavam no tocante à visão do *produzir* para o sustento. Doravante o projeto, se defronta com o empreendedorismo da agricultura moderna, carregada pelo Pronaf A; é, portanto um confronto entre *habitus*³² e as instituições oficiais, pela onda modernizante do empreendedorismo e a noção de, no máximo, mercado local naqueles pronafianos.

³⁰ Devo frisar, por outro lado, que neste último caso, de assentamentos com boas condições naturais, vi exemplos que eram minoria, frente à grande adversidade observada em outros assentamentos do semi – árido paraibano. Ora, se o módulo fiscal para algumas microrregiões do Cariri está em torno de 25 hectares, quando se é otimista, chegando até a mais, temos exemplos de assentamentos do INCRA com um tamanho de lote que não chega aos 9 ha, com solos rasos e pedregosos, ou intensamente povoados por algarobais. Como prosperar em áreas assim? Como permitir que se minifundiarize ainda mais o que é já tão pouco? Ainda assim há também a questão da *marginalização* das terras. Terras pequenas e com restrições severas de uso tomadas para a reforma agrária acabam por estrangular as perspectivas de crescimento ou até de permanência dos assentados no assentamento.

³¹ Para exemplificar a inexistência do zoneamento agrícola, ou sua abrangência ineficiente, pude observar, acompanhando relatórios institucionais, como da EMATER e Embrapa (Cnpa), além de palestras de difusão, que o zoneamento fora contestado dentro do próprio ambiente institucional quando da divulgação ou da tentativa da expansão do biodiesel, através do plantio de áreas de mamona para a agricultura familiar em diferentes macro regiões do Estado. Algumas delas, como no alto sertão, eram impróprias ao cultivo da mamona e quando foram implantadas áreas experimentais, onde não era recomendado pelo zoneamento, em alguns municípios, essas áreas mostraram-se produtivas e viáveis à cultura.

³² Refiro-me ao *habitus* (como categorizou Bourdieu), incorporando uma conceituação não definitiva de caracterização ou tipificação, mas, sobretudo que carrega as trajetórias particulares e daí, as escolhas que, no conjunto, definem uma visão, doravante tipificada e que é dinâmica, no ponto de se modificar, conforme as mediações e disputas dos atores no *campo*, dinâmica de *habitus* que interagem.

As institucionalidades: PDHC, MST, BNB. Rupturas e descaminhos – onde está o caminho de volta?

Deterei-me sobre as próprias relações institucionais tidas como esquerda e direita, ao desenhar as relações entre MST e PDHC, respectivamente. Havia, (e ainda há) arestas fortes na relação entre o PDHC e o MST, bem como dos outros movimentos e entidades em relação ao PDHC.

O PDHC é preciso ser entendido desde sua concepção. Os fundamentos [de desenvolvimento sustentável*] são bons, para a criação e vinculação desse projeto em todo o nordeste via MDA, contudo, em muitos estados há uma insatisfação com o mesmo (assentamentos, ONGS e movimentos sociais), pela disputa direta na execução e acompanhamento dos projetos PRONAF A, além disso, uma ferramenta trazida pelo PDHC; os mobilizadores sociais, que tinham a tarefa de agrupar os assentados, muitas vezes funcionavam ao inverso, desmobilizava-os de forma a negligenciar outra entidade que estivesse trabalhando no assentamento, seja movimento social (principalmente) ou ONG, isso aconteceu em 3 assentamentos que trabalhávamos sob a égide do MST/COOPTECARA.

(Souza Neto, 2007. p.42)

Havia por parte tanto do movimento quanto do PDHC, uma disputa acirrada de espaços nos assentamentos. Essa disputa se traduzia na rejeição da Ater conveniada pelo Inera, composta por nós, “técnicos do movimento” em alguns assentamentos e por outro lado, na rejeição de projetos de micro-crédito, como o financiamento a fundo perdido de duas cabras leiteiras pelo PDHC, como cooptação de famílias que se aproximavam dos “técnicos do Dom Hélder” pelas famílias mais ligadas ao movimento. Curiosamente é que essas disputas se fundiram e consolidaram justamente nas áreas em que o movimento fundara através de todo o processo de luta (ocupação, despejos, reocupação, resistência, acampamento e por fim, o processo legal de transformação dos latifúndios em assentamentos).

Assim, dentro de um mesmo campo, das áreas de assentamento, há a disputa institucional entre movimento e Projeto Dom Hélder. Os maiores perdedores dessas

disputas, sem sombra de dúvidas são as comunidades, que não tinham um serviço público livre para atuar, sem amarras políticas e desmobilizações propositais, para um lado ou para outro.

Nessa disputa, havia algo mais profundo, mais sombrio que jogava cinzas sobre aquelas bandeiras vermelhas que tremulavam, ora monótonas ora orgulhosas, nos assentamentos, ou tirava o brilho acrílico dos Banners do PDHC, com as fotos de agricultores sorridentes, segurando hortaliças, quase sempre por trás de uma realidade que duvidávamos existir naquelas áreas, pelo menos plenamente. Era a disputa pela implantação definitiva da ATER de cada lado.

Curioso é saber que cada “derrota” sofrida por nós, relativa às áreas antes mobilizadas pelo MST, era particularmente, para mim, causa de profunda angústia e inquietação. Mesmo tendo construído uma forte interação entre diversas comunidades, até mesmo nas contrárias ao movimento, nossa equipe de um modo ou outro, tinha entrada relativamente facilitada na maioria das agrovilas, embora em algumas poucas, éramos aconselhados a não prosseguir com as visitas... mesmo sob toda sorte de dificuldades que enfrentávamos, ainda assim ainda tínhamos que “convencer” às famílias que não eram *orgânicas* ao movimento, de nosso compromisso e nosso papel, enquanto técnicos.

Em algumas áreas, que o movimento somente atuara quando acampamento, pareciam ter esquecido (num esquecer coletivo) do movimento como uma proposta mais duradoura.

Algumas propostas iniciais de reforma agrária tomadas pelo Estado, como um cadastro nacional de proponentes à reforma agrária, pelo governo FHC e se constituiu numa forma de desmobilização dos movimentos sociais. Em determinadas áreas as novas lideranças locais que surgiram, muitas vezes não reconheciam a legitimidade do movimento. Para eles, o movimento era algo somente oportuno instrumental para a conquista da terra, e deveria ser subjugado à etapa pertinente³³.

Em algumas ocasiões, quando perguntados acerca das origens do assentamento, ou de suas próprias inserções enquanto atores de uma classe distinta que a dos demais agricultores, as respostas dadas por alguns revelavam um esquecimento, ou uma

³³ Por outro lado, cito um exemplo de organicidade do movimento que pode ser constatado facilmente: o acampamento às margens da BR 230 nas proximidades de Monteiro, mesmo relativamente recém incorporados ao processo de luta pela terra, destacam-se lá exemplos fortes de solidariedade e perfis de agricultores militantes, dispostos à essa conquista.

reconfiguração do movimento como algo de luta há muito passada algo mais remoto, até esquecido.

Desse esquecer-ser, perguntava-me se essa *amnésia* era intencional e descobri que na verdade não se tratava de uma amnésia, mas sim de uma memória de esquecimento.

Todos os assentamentos tinham uma *história oficial* que não era reconhecida plenamente na historicidade dos assentados. Percebemos, pois as reconfigurações que a memória toma apoiado em Halbwachs (1990, p.71) quando esclarece que a *memória apóia-se mais facilmente no passado vivido do que no passado apreendido pela história oficial*. Esse “esquecimento” variava conforme fosse de uma vontade de esquecer-se enquanto categoria, ou classe, no sentido marxista, para além do estigma de *sem terra*³⁴ no Cariri. O que eu acreditava ser uma ausência de uma localização crítica, enquanto sujeito social, de uma falta de identidade, enquanto classe poderia ser uma resposta política, na medida em que discordava de alguns posicionamentos de militantes do movimento naquelas áreas. Talvez até uma aceitação do discurso da violência simbólica que estigmatizava o termo *sem – terra*, termo este utilizado como galhofa, por onde pude perceber, desde municipais, até entre os próprios assentados.

Assim, nas tentativas de resgate da memória que, tentávamos promover, nas rodas de conversa, víamos muito do ideário ser repensado, quando descobríamos que um ou outro militante que atuou em outros períodos nessas áreas, ter cometido qualquer atitude condenável pelos assentados e assim, “manchado” a imagem do movimento. Essa imagem doravante, incorporava-se à nossa, incipientemente à realização de nossas obrigações para com a comunidade.

Mesmo portadores de um discurso político e filosófico consistente, como convém e é intrínseco aos movimentos sociais, e afirma Paiva (2008, p.5); alguns militantes, por um motivo ou outro, não tiveram êxito em acompanhar os rumos que cada assentamento ia tomando; prática comum e essencial ao movimento, enquanto promotor dessa formação³⁵,

³⁴ O estigma de despossuídos, baderneiros ainda é muito forte nos municípios do Cariri. Imagino há cerca de 10 anos atrás... Rotular os assentados como tal me pareceu ainda muito freqüente nas áreas que atuei. Entretanto, pareceu-me que o fato de se conhecerem anteriormente à fixação no assentamento, como observado frequentemente por mim, parece refutar paulatinamente esse estigma, mediante redes de solidariedade quase sempre anteriores ao assentamento.

³⁵ . O que transparece a ausência da pedagogia do movimento nessas áreas, como forma de (re)formar os sujeitos e fazê-los compreender que a luta pela reforma agrária e as relações sociais não desaparecem com a conquista da terra, tendo um contexto muito mais amplo.

da proposta mobilizadora dos trabalhadores rurais e de combate às gritantes injustiças sociais...

Soma-se a isso, uma ausência do movimento, enquanto corporação coesa e coerente, na promoção de discussões. Parecia haver uma predileção por parte da direção em acompanhar politicamente outras áreas, como as várzeas de Sapé e Marí, o sertão do Estado, ou a áreas do litoral. Este tratamento dado pelo movimento àquelas famílias do Cariri, as expôs a esquecer-se, a esquecer toda a historicidade³⁶, pelo fato de que toda a trajetória de lutas, para muitas famílias parece vir sendo paulatinamente apagada.

Questiono, em que medida a ausência acaba permitindo a desmobilização e a crítica ao movimento como um todo, por atos de um ou outro membro remanescente. Assim, passa-se a se separarem internamente, os assentados entre aqueles que “eram do movimento” e os que “não eram” o que finda por fragmentá-los enquanto *classe*.

Para além dessas ausências, percebi que nas áreas onde a presença do movimento fora mais forte, a dinâmica de organização dos grupos de base e a divisão das tarefas do assentamento, mesmo de forma precária, incutiu em alguns o sentido do trabalho coletivo e até de forma solidária, como um resgate de antigas tradições, ou a reinvenção de relações esquecidas.

No caso do Assentamento Mandacaru, ainda existem, mesmo agora, grupos que se reúnem para tratar de questões comunais, como a reforma de cercas, a recuperação de poços ou algumas contendas entre vizinhos (este último, enquanto mediação, pude perceber que vinha se tornando menos freqüente) deliberar ações e tarefas coletivas. Esse aspecto, foi promovido pela própria dinâmica do movimento, que buscava algo mais profundo, como o cooperativismo, mas que, assim como em todo o país, parece ter prevalecido, no máximo, do ponto de vista institucional, o associativismo, como forma de superação de dificuldades para acessar políticas públicas que induzem ao coletivismo, algo meramente *Pro formis*.

Dessa forma, tínhamos todo um cenário político diverso e em alguns casos, adverso. Lidávamos não só com a própria questão das dificuldades materiais, mas ainda com a

³⁶ Do ponto de vista da psicologia e numa abordagem filosófica, a memória confere um sentido à consciência, dando ao acúmulo de experiências e saberes esse sentido cumulativo. Menéndez (2007) afirma que para Platão, toda experiência – “e a experiência perceptiva – como uma reminiscência, um reconhecimento: não poderíamos perceber que uma coisa é se não pudéssemos recordar o que ela é...”.

questão de sermos aceitos enquanto equipe e enquanto técnicos. É por isso que muitas vezes minhas posições (que de um modo geral seguiam à lógica do movimento) não eram externadas, ou eram em alguns casos, omitidas.

Capítulo – III. O Pronaf A e a constituição da Agricultura Familiar

Enquanto eles capitalizam a realidade,
eu socializo meus sonhos
Sérgio Vaz

Será que o Pronaf A é de fato um sonho desejado desde quando o camponês permanece na luta pela terra, ainda no acampamento? Será que o outrora acampado, hoje assentado, sonhara com Seu o projeto de investimento? E em que medida o projeto de investimento seria parte do projeto de vida daquelas pessoas? Se assim fosse, parte de um projeto de vida das pessoas, ele seria algo como o *arrimo* de família, por assim dizer?

Tenho feito esta analogia, relacionando as relações, de namoro com o movimento e a Ater, ao relatar da nossa experiência e as relações construídas entre nós técnicos, assentados e o movimento. É, sobretudo, nesse sentido, de sustento da família que o Pronaf A parece ser não ser somente uma política pública pontual, mais que isso, pois carrega conotações que a primeira vista seriam ambíguas, quando é esperado com relativa ansiedade pelos assentados e em um segundo momento, a questão da continuidade dos projetos parece ser um problema, através da não incorporação e do conseqüente endividamento da família conforme discutiremos mais adiante.

Na verdade o Pronaf enquanto política pública foi um grande avanço progressista, no campo político, e uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar mais tecnificada, embora não com um efeito sistêmico pelas diversas agriculturas familiares no Brasil. Elementos que estruturam os cálculos, por exemplo, das planilhas, parecem fortalecer determinados perfis de agricultores que se aproximem do empreendedor.

Esse capítulo trata de um breve histórico do Pronaf como um todo, e especificamente do Pronaf A, para em seguida, deter-se nas rupturas do mesmo no Cariri, tanto da parte do movimento, quanto assentados, enquanto componentes desse movimento e suas convergências (ou divergências) no contexto de uma maior ou menor aproximação entre o projeto formal e o projeto ampliado (ou diminuído) pelos assentados. Em seguida procedemos uma discussão de casos que seriam emblemáticos no contexto do próprio

assentamento. O Pronaf A, grosso modo, por vários motivos, acaba tendo o efeito contrário ao pensado, por exemplo, no movimento; de efeito libertador no sentido de favorecer a emancipação das famílias, uma vez que teoricamente, daria condições ao beneficiário e sua família de por em prática uma atividade produtiva de forma mais substancial.

Histórico do Pronaf

Mantendo a analogia do sustento da família por um arrimo, efetivamente, o projeto executado no assentamento, poderia ser considerado como o fruto dessas relações imbricadas, entre técnicos, Movimento, Projeto Dom Hélder e assentados, seria algo como um filho, que tem o reflexo (ou traços) de diferentes lógicas.

Mas, de fato, o Pronaf A, naquela conjuntura, seria considerado como arrimo de família? Isso se levarmos em consideração o que o termo *Arrimo* na linguagem comum significa que é o filho que contribui com o sustento da família, ou até torna-se o provedor, na ausência ou dificuldades de outro provimento. O Pronaf seria sustentável e ajudaria a traçar novas perspectivas? Talvez ele não fosse, grosso modo, o projeto de vida das pessoas, mas ajudaria, como bom filho nesta busca?

É preciso, portanto, percebermos através de um breve contexto histórico, que o Pronaf mesmo apresentando elementos que por si mesmos dão um contexto macroeconômico ao mesmo, foi de fato, um avanço em relação ao crédito rural para a pequena agricultura no Brasil.

Antes do surgimento do Pronaf, apenas o sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)³⁷ sinalizava como ferramenta de financiamento para a agricultura. O crédito

³⁷ A criação de programas de crédito que atendessem a agricultura familiar surge do processo de negociação entre instituições, mediadores e o Estado, com um papel importante das demandas dos agricultores e de suas instituições, que há tempos exigiam uma política diferenciada para esse segmento da agricultura familiar, tradicionalmente excluída das políticas de crédito agrícola. Por outro lado, no âmbito acadêmico, muitos estudos apontavam a importância da agricultura familiar para o país (Social e economicamente), o que propiciou uma forte atmosfera construtiva dessa política pública (CERQUEIRA e ROCHA, 2008) nas duas últimas décadas do Século passado. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surgiu nesse exato contexto construtivo, de meados da década passada, em substituição às parcas, ou inexistentes, políticas públicas destinadas à agricultura familiar que o antecederam, no âmbito geral o SNCR e no caso específico de áreas de assentamento, o extinto PROCERA, tomando seu “lugar” o Pronaf A.

oferecia uma enorme burocracia para o acesso por parte dos pequenos agricultores, com rigores semelhantes aos financiamentos concedidos aos grandes produtores. Em 1985 foi criado pelo conselho monetário nacional o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), esse programa tinha como objetivo, de acordo com Rezende (1998, p.9): *aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados de reforma agrária, com sua plena inserção no mercado e, assim, permitir a sua emancipação.*

Para Kageyama (2003, p. 7) a importância do surgimento do pronaf se dá pela inserção das famílias nos processos produtivos e no mercado. A autora faz um breve remonte histórico do Pronaf antes de discuti-lo:

Em 1995 foi instituída, pela resolução CMN/BACEN n. 2.191, a linha de ação Pronaf crédito rural destinado ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e de sua família como parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Desde sua criação, o PRONAF, como política de desenvolvimento à agricultura familiar apresentara diversas linhas de crédito, sendo o requisito principal o da renda familiar advinda da agricultura, que determina a classificação nas suas diferentes linhas (A, B, AC, C, D e E) da menor para a maior renda, sendo a linha A específica para reforma agrária. As características técnicas dessa linha até julho de 2008 eram: Financiamento até 10 anos para pagamento da dívida, com até 3 anos de carência, juros de 1,15 % a.a., com teto de financiamento de R\$ 16.500.00, em até 2 operações (Tabela 1). Além disso, para incentivar a adimplência, há (ainda) um rebate de até 45% do principal mais juros, por parcela.

Recentemente, o governo decidiu desburocratizar o pronaf e tornou único, com linhas teoricamente mais acessíveis, à exceção do Pronaf A, Mulher e Semi – árido que não

Fernando Bastos (2006: 45) ressalta que o PRONAF tem por objetivo primordial, a promoção do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar, através da concessão de crédito para o financiamento (ou custeio) de atividades estritamente agropecuárias ou as não – agrícolas, como o turismo, artesanato e pesca artesanal, dentre outras. Apesar dessa matriz lógica abrangente e de uma capilaridade muito grande em todo o território nacional, alguns pontos ainda são um entrave à concessão de créditos e à incorporação maior de beneficiários, por certo engessamento em relação à lógica dos assentados ou às intersecções entre a agricultura familiar e às lógicas do campesinato.

tiveram mudanças significativas. No caso do Pronaf A, as mudanças mais significativas foram mesmo o aumento do teto de financiamento (para R\$ 21.500,00) e queda nos juros.

Tabela 1 - : PRONAF A — Principais características até junho de 2008

Modalidade	Limite (R\$)	Bônus de Adimplência	Encargo Financeiro	Prazo	Carência	Observações
Estruturação	16.500,00	*40% (s/ ATER)	1,15 % aa	até 10 anos	até 5 anos	em até 2 operações
	i+ 1.500,00 p/ ATER	*45% (c/ ATER)				
Complementar	até R\$ 6.000,00	-	1 % aa	até 10 anos	até 5 anos	contrataram Procera ou Pronaf "A"; tem PRA; assentadas antes de 1/08/02

Agora, os juros foram reduzidos pela metade, para 0,5 % a.a., os prazos continuam de 10 anos e podem ser contratadas até 3 operações, com um teto de R\$ 21.500,00, incluindo a ATER.

Tabela 2 - PRONAF A — Mudanças após a adoção do Pronaf Sistemico numa tentativa do Governo Lula em fomentar a produção de alimentos pela agricultura familiar e assim, garantir a redução dos níveis inflacionários, mediante à pressão da alta dos alimentos, causada principalmente, pela ação especulativa do setor financeiro.

Modalidade	Limite (R\$)	Bônus de Adimplência	Encargo Financeiro	Prazo	Carência	Observações
Estruturação	21.500,00	*40%(S/ Ater)	0,5% a.a.	Até 10 anos	Até 5 anos	Em até 3 operações
	I + 1.500,00 p/ ATER	*45% (C/ Ater)				
Complementar				Até 10 anos	Até 5 anos	-

A importância que tem o Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), enquanto política pública, no Brasil, sua lógica e as reformas ocorridas ao longo dos 13 anos de existência do mesmo, bem como sua capilaridade são incontestavelmente um avanço, no sentido de impulsionar a agricultura familiar através do crédito rural. Ainda mais quando ele absorve parte de uma demanda, há muito pretendida pelo terceiro setor, ao facilitar o financiamento da agroecologia e tender a absorver nos cálculos financeiros uma visão mais sistêmica da pequena propriedade familiar.

Entretanto, apesar dos recentes avanços, as instituições financeiras ainda utilizam, com base nas orientações do Banco Central (Bacen), indicadores técnicos muito

pessimistas, com as mesmas planilhas que diferem da percepção e empirismo das famílias assentadas com o seu legado histórico de uso da terra e dos recursos naturais bem como atividades econômicas tradicionalmente *seguras* ou *adequadas* à lógica campesina. O projeto oficial apresentado ao banco segue as normas técnicas das planilhas eletrônicas onde algumas atividades vislumbradas como viáveis pelos (as) assentados (as) são ponderadas ou até excluídas do financiamento. Evidenciando assim, duas óticas diferentes em relação aos projetos de investimento: a lógica do empreendedorismo e a lógica do caririzeiro.

A Mercantilização da produção familiar: A encruzilhada desenvolvimentista?

De acordo com Bittencourt (2003, p.1), o crédito é o motor para o desenvolvimento do país. Ainda segundo esse mesmo autor, nas populações rurais, especialmente as de baixa renda, o crédito rural pode desempenhar um importante papel na geração de emprego e renda, pois são inúmeros os projetos que podem ser desenvolvidos a partir da terra e do capital social existente.

Todavia, o histórico de concessão de crédito rural à agricultura familiar no Brasil é longe de ser generoso. Mesmo representando grande parte do número de estabelecimentos no Brasil e garantir o abastecimento do mercado interno, o acesso ao crédito sempre fora difícil para os agricultores familiares acessar o crédito, por força da falta de capacidade desses agricultores de fornecer garantias aos bancos Bittencourt (2003, p.66 e 69).

Para que se perceba a importância deste segmento, até estrategicamente para o Brasil, tomo os dados a partir da produção de alimentos e distribuição fundiária: a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos, maior número de estabelecimentos rurais e mesmo assim, menor área. Em relação ao país, de acordo com Ganziroli (2000, p.11) :

(...) o Nordeste é a[região] que apresenta o maior número de agricultores familiares, representados por 2.055.157 estabelecimentos (88,3%), os quais ocupam 43,5% da área regional, produzem 43% de todo o VBP da região e ficam com apenas 26,8% do valor dos financiamentos agrícolas da região". (Grifo nosso) – N. do.A.

Carneiro (1997, p.73) alerta que, se por um lado o Pronaf representa um avanço em relação às políticas públicas no rural, por outro, há o perigo dessa política pública enveredar seus empreendimentos por uma lógica mais competitiva, própria do mercado.

Segundo a referida autora, essa absorção do modelo poderia trazer efeitos negativos sobre os próprios beneficiários, como por exemplo, a redução de preços dos produtos pela mercantilização da produção (competitividade, redução de custos, aumento da oferta etc).

Assim, esse querer moderno, parece ser avassalador no sentido de que, incorpora-se nos diferentes atores e instituições ligadas direta ou indiretamente ao governo, seja na tentativa de fortalecimento de culturas ou criações de uma forma moderna e semelhante ao que no movimento se chama de *agronegocinhos*, ou através do viés do crédito rural. Basta observarmos a política governamental sobre o fortalecimento dos biocombustíveis (chamo de agrocombustíveis), da cadeia produtiva do bode, do leite, do artesanato ou ainda, da valorização do perfil empreendedor implícita nos projetos de investimento.

Com o intuito de compreender as lógicas que estão por trás do projeto de investimento, analisando também as relações de mediação promovidas pelos técnicos, projetistas ou de campo, vemos também a possibilidade de se perceber a relação de expropriação do trabalho do camponês / pequeno agricultor, presente no sentido modernizante do desenvolvimento. Quando propõe a incorporação do *ser* e do *produzir* – se modernos, o discurso governamental apresenta-se inverossímil e considera as outras formas de agricultura familiar que não a mais empreendedora, como elementos de resistência à tal modernidade propalada no discurso de desenvolvimento.

A partir dessa procura, enquanto técnico, reconheço que é de um buscar perceber – se mediador do sentido avassalador que a modernidade oferece, como opção irrefutável à pequena agricultura, através de um querer sublimar as práticas *modernas* de produção e com isso, transferir as relações conflituosas entre a pequena agricultura e essa grande *vontade modernizante* que o Brasil atravessa para si mesma. Paradoxalmente, percebo a necessidade modernizante dos espaços mais “primitivos”, que carrega o pronaf, mas ao mesmo tempo, vejo o cismo da mercantilização da pequena agricultura, na prática, nas ações (e não ações) dos assentados, mercantilização essa advertida por Carneiro (1997, p.74) por sublinhar os riscos da sujeição direta do pequeno agricultor aos elementos do mercado.

O papel que assume o técnico passa portanto, a ser crucial nessa relação entre elementos modernizantes do crédito e a própria Ater. Gehlen, ao tratar de uma discussão sob o contexto modernizante das políticas de desenvolvimento³⁸, em detrimento das políticas que promovam a autonomia, termina com sua abordagem, por reforçar nossa idéia de uma expropriação do trabalho do pequeno agricultor, neste contexto desenvolvimentista. [Contexto tal que não se vincula somente às particularidades dos territórios] e reforça o ideal paradoxal da agricultura na modernidade, talvez como perda de saberes tradicionais, como a especialização e a conseqüente dependência do saber técnico que novamente se incorpora ao campo, ou ainda como uma nova e silenciosa revolução verde:

Para ser eficiente na agricultura moderna, é preciso renunciar a saberes tradicionais e apropriar-se de outros, levando à perda do controle do processo em sua totalidade, criando dependência do(s) técnico(s). É através da relação mediada pelos técnicos que se produzem a dominação e a expropriação. No contexto agroindustrial, a conflitualidade pelo saber é importante, porque mexe com a identidade dos agricultores e transfere para a relação agricultor/técnico o conflito agricultor/agro-indústria.

Gehlen (2004, p.96),

Se por um lado, é perfeitamente compreensível o cuidado na abordagem de Carneiro (*op. Cit*), já que a lógica da agricultura familiar predominantemente é da microeconomia, enquanto a agricultura empresarial assume a visão macroeconômica. Outro fator seria a questão da produção em escala e a redução dos custos por área, devido à mecanização e à lógica da produção em escala, o que, para a agricultura familiar, está longe de ser observado, por uma questão puramente prática: a mecanização só é vantajosa para grandes áreas, de solos pouco declivosos e profundos, características estas pouco presentes nos imóveis dos agricultores familiares, já que estes, historicamente, sempre restou assumir as terras marginais. Devo pontuar algumas outras considerações, pautadas na questão da *mercantilização* da agricultura familiar.

³⁸ Leia-se políticas de promoção social como, por exemplo, as políticas (de criação e manutenção) dos fóruns territoriais

Entendo a preocupação de Maria José Carneiro como o de expor os agricultores recém egressos de uma produção menos competitiva (embora não isenta de competitividade) ao contexto moderno de agricultura aos riscos e rigores de mercado, ainda mais quando assimilam a alta dependência de insumos (geralmente derivados do petróleo), defensivos e mecanização das lavouras.

Recentemente, temos visto todo alarde e pânico divulgado na mídia dominante que incessantemente divulga números de alta da inflação, em praticamente todo o mundo, puxada principalmente, pela alta dos alimentos, sobretudo pela entrada de especuladores do mercado financeiro no mercado de alimentos. O que se vê, no entanto, ou o que se deve perceber condiz com a preocupação de Carneiro (*op. Cit*), pois no jogo de mercantilização da agricultura não caberiam os agricultores familiares. Ousamos sociologizar, para sair da típica posição objetivista de agrônomo, ao cunhar o termo “*mercantilização da Fome*” como a expressão mais adequada para o jogo especulativo que se fez com os alimentos, através da entrada de especuladores oriundos do mercado de valores no antes mais restrito, mercado de *commodities*.

Pierre Leroy (2008, p.08-09) é incisivo em afirmar que é necessária – urge – a adoção de um outro modelo de desenvolvimento, outra agricultura. Ele aponta a hipocrisia da nossa sociedade consumista e do governo como responsável pela crise social e ambiental que desponta. Pergunta quantos planetas seriam necessários para garantir o impulso consumista, por exemplo, que defende *o direito a cada indivíduo ao carro próprio...*em outro trecho, Leroy (*op cit*) fala do impulso modernizante que agrega a intensificação do uso de insumos, do desmatamento e outras práticas herdadas da *Revolução verde* que se incorpora na agricultura:

O Brasil vive um profundo paradoxo: uma natureza generosa, de complexa biodiversidade, num estado de conservação que poucos países no mundo possuem, com populações e povos vivendo nesses múltiplos ecossistemas, tão diversificados quanto eles; e um impulso que une a secular atividade bandeirante de ocupação predatória do interior e das fronteiras ao moderno capital que considera a natureza como um obstáculo e as populações como invisíveis, algo a ser removido ou como meras testemunhas do passado. Nesse embate desigual, vence a homogeneização, o empobrecimento e a artificialização do território, no qual ilhas de conservação e produção

agrícola familiar, de pesca artesanal e de extrativismo são toleradas ou incentivadas somente quando servem para compensar ou legitimar uma destruição alhures.

Leroy (2008, p.09)

Ao debater sobre a perspectiva de uma nova agricultura, têm-se no terceiro setor um guardião da agroecologia, prático e motivador de pensamentos acerca das novas possibilidades, sobretudo, da agricultura agroecológica ou agroecologia.

Imaginar esse cenário, de fortalecimento da pequena agricultura e da agroecologia, através do crédito rural, fez com que entidades representativas e ligadas a diversos territórios³⁹ pelo país, inclusive o da Borborema (que congrega diversos municípios circunvizinhos à Campina Grande), buscassem discutir em Brasília, no Segundo Seminário Nacional de Agroecologia, sobre a visão restritiva das linhas do Pronaf e, inclusive fora sugerido a criação do pronaf sistêmico.

Um dos documentos enviados à secretaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário⁴⁰ (MDA) do qual compuseram diversas representações, entre elas o Patac, a As-pta aponta experiências de financiamentos mais flexíveis à lógica campesina e culmina na sugestão de uma flexibilização dos elementos norteadores do *projeto institucional*. No documento (Financiamento da Transição Agroecológica, 2007, p.47-53), apresentam-se quatro experiências de financiamento da agricultura agroecológica no território da Borborema, bem como uma análise social e econômica dos impactos da agroecologia em diversos territórios do país, são congregados neste documento.

Kageyama (2007), por sua vez é mais pessimista, no que se refere à devida promoção do desenvolvimento e autonomia propiciada pelo Pronaf ao observar os efeitos do crédito para os beneficiários em diferentes regiões do país, ao afirmar que, em grande medida, o programa vem cumprindo pouco além do papel do antigo SNCR.

Durante minhas ações como técnico de campo, presenciei falas que as tomei como o *discurso de mediocrização do crédito*, discursos estes, proferidos tanto por alguns técnicos da ATER oficial, como a EMATER, ou mais frequentemente, em membros de movimentos

³⁹ Diz território não apenas o espaço geográfico, mas sobretudo político e de pertença àquele espaço.

⁴⁰ Por ocasião do II Encontro Nacional de Agroecologia (2006) encabeçadas pela Articulação Nacional de Agroecologia, da qual, a nível local a AS-PTA/PB faz parte.

sociais, a estas falas, sempre me opunha ao aspecto de não pagamento dos projetos: se por um lado eram carregadas de um pensamento de que o acesso ao crédito deveria ser ampliado, o que de fato deve ser buscado, por outro não promoviam o sentido real e objeto do mesmo, ao *mesmificar* experiências anteriores, como “perdão de dívidas” por parte do governo para que os pronafianos não se preocupassem quanto à questão de pagamento⁴¹ do empréstimo, o que é no mínimo leviano, do ponto de vista de um controle social dos recursos públicos.

No momento que penso contemporaneidade, me coloco através do discurso da produção intensiva na agricultura, o que me aproxima mais de parte da lógica institucionalista, embora veja ressalvas nas questões ambientais. Por outro lado, essa lógica institucionalista, não corresponde necessariamente ao *ritmo* ou aos interesses dos agricultores familiares, localmente em especial os assentados, pela própria uniformização dos projetos e pela grande e diversa formação do assentado, enquanto categoria espelha – se superficialmente, sendo desejável uma análise da ótica institucional, mais aprofundada e um repensar a construção de políticas públicas de desenvolvimento.

Devido à dinâmica inerente aos processos de construção, manutenção e (re) formulação das políticas públicas, que envolve atores, mediadores e instituições, Faria (2003, p.9) avalia que os aspectos discutidos tradicionalmente pelas correntes de investigadores sociais, como no corporativismo, marxismo e o pluralismo não dão conta de uma dinâmica e papéis atuantes de novos atores.

Nestas abordagens, os novos personagens não são percebidos e as mesmas não dão conta de uma análise mais complexa, não apenas pelas influências exercidas por novos atores, como os movimentos sociais, organizações não – governamentais de atuação transnacional e redes de especialistas, mas também pelo baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, conforme abordado por Faria (op. cit).

Sobre uma das limitações do Pronaf, Aquino *et al* (2008: 51), afirmam que uma crítica ao programa deve ser dada através de que essa política pública assume um viés modernizador, com ênfase as atividades exploradas pela agricultura familiar desconsiderando a influência das pluriatividades no meio rural:

⁴¹ A cobrança de resultados reais, produtivos me parecia, nesse contexto de ATER oficial e movimento social, vulgarizada e irresponsavelmente “esquecida”. O crédito seria uma “esmolinha” ou uma compensação.

[...] O segundo ponto crítico do PRONAF, subjacente aos princípios que nortearam sua formulação, é o viés setorial atribuído às suas ações. Isso fica patente ao observar seu principal eixo de ação, a vertente do crédito rural. Como foi observado anteriormente, esta linha de ação foi criada com a finalidade de apoiar obrigatória e exclusivamente “às atividades agropecuárias exploradas por agricultores familiares e suas organizações”. São ignoradas, com isso, as mudanças que têm ocorrido no meio rural brasileiro, que, além das atividades agropecuárias tradicionais, apresenta uma diversidade de novas atividades agropecuárias e não-agrícolas, tornando-o caracteristicamente pluriativo (Graziano da Silva, 1999; Schneider, 1999). (...) o programa não consegue atender às novas necessidades geradas pelas mudanças no campo, o que possivelmente limitará os seus resultados [...]

Aquino *et al*(op. Cit)

Percebemos uma aproximação dos marcos legais do Pronaf com a lógica da agricultura familiar mais fortemente relacionada ao agronegócio do que propriamente à pluralidade do novo rural brasileiro. Esse contexto torna-se visível quando o projeto de investimento parece não dar conta em suas análises de capacidade de pagamento, dessas multi faces e atividades desempenhadas pelos beneficiários enquanto poupanças estratégicas, muito menos do perfil ou *habitus* dos agricultores nordestinos, como apontam Aquino *et al* (2003, p.55):

“Em outras palavras, a incapacidade dos agricultores nordestinos de obter o grosso de sua renda das atividades agropecuárias é vista como evidência clara da impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar outra lógica, que se oriente pelas demandas do mercado e pela incorporação das inovações tecnológicas. Ou seja, eles não fazem parte, com base nos critérios macro estabelecidos, do “tipo ideal” de agricultor a ser estimulado pela política agrícola no país, segundo a visão do governo. Por conseguinte, o seu enquadramento em uma

categoria social periférica, acaba por reforçar e cristalizar a marginalização desse grande contingente da população rural”

Aquino *et al*(op. Cit)

Embora não dê conta da totalidade dos *rurais*, no contexto de financiamento à produção agropecuária o Pronaf tem promovido o crescimento dos índices produtivos da agricultura familiar que rumo à agricultura mais tecnificada, como atesta Ângela Kageyama (2003, p.14), ao analisar amostras em todas as regiões do Brasil sobre o impacto do Pronaf na agricultura familiar. A autora observa o efeito positivo do crédito sobre os agricultores e compara os *Pronafianos* em relação aos outros agricultores, comumente mais pobres, observando já indícios de um avanço rumo à fronteira da agricultura mais tecnificada, do ponto de vista da agricultura comercial e, claro, com indícios de impactos negativos ao meio ambiente:

Trata-se, portanto, de uma amostra de dois grupos bastante homogêneos de pequenos produtores familiares relativamente pobres. Mas o grupo dos “pronafianos” está em melhor situação quanto à escolaridade e, principalmente, quanto à produtividade agrícola. Este grupo apresenta maior uso de tecnologias químicas e mecânicas em seus estabelecimentos, não sem efeitos negativos sobre o meio ambiente, como sugerem os últimos indicadores da tabela. Em ambos os grupos pouco mais de 30% dos domicílios são pluriativos, mas o grupo com PRONAF depende mais fortemente de rendas não-agrícolas.

Kageyama (2003, p.14)

O projeto e a planilha. Reflexo da reflexividade?

Antes de considerar como mero produto, ou resultado de uma política pública, um projeto técnico deve ser observado como instrumento institucional que pode ser utilizado como balizador da eficácia de uma política. À medida que se trata de um elemento objetivo, contendo o “corpo” de implantação, execução, avaliação e até fiscalização da aplicação dos

recursos *concedidos*, possibilita mensurar e inferir acerca do sucesso (ou insucesso) dessa política enquanto produto institucional.

A dinâmica absoluta que se reflete nas planilhas é de uma abordagem modernizante, que trata a pequena agricultura como de uma agricultura familiar que se deve modernizar (idealmente), já que na avaliação econômica dentro da planilha, itens como os custos de produção são padrões para as culturas agrícolas; custos estes baseados unicamente no sistema convencional de agricultura incorporado da *revolução verde*, o que finda por pressionar ainda mais a avaliação de viabilidade da atividade proposta ao financiamento, no item *capacidade de pagamento*.

Diante dessa rigidez, já há algum tempo as demandas não apenas do terceiro setor, mas também dos movimentos sociais, como o MST e a CPT, sobretudo deste primeiro, têm proposto remodelagem das linhas de crédito do pronaf, enfocando, especialmente, uma nova matriz de sistema de produção que não o sistema convencional, melhora da análise de capacidade de pagamento, que excluí muitos beneficiários e atividades pretendidas por tais famílias entre outros aspectos.⁴²

Por outro lado, torna-se, inerente à concepção e reconfiguração das políticas públicas, toda sorte de aproximação que tais políticas de desenvolvimento possam promover entre os beneficiários, notadamente expressas através do produto mais real dessas mesmas políticas: no caso, o projeto de investimento. As mediações, ou até as demandas levadas para a câmara técnica, por exemplo, necessariamente partem dos agricultores e agricultoras que as encaminham aos seus mediadores de fato: os técnicos e, nas áreas que atua o movimento, tanto os militantes quanto os técnicos fazem esse papel de porta-vozes.

A figura do técnico atuante e comprometido com essas famílias deve ser reforçada, também, por uma Ater forte e consolidada, com profissionais capazes e de fato, engajados na proposta de uma reestruturação da agricultura, rumo à sustentabilidade e ao desenvolvimento verdadeiro e não apenas reprodutor e miniaturizador dos grandes agrossistemas.

O querer governamental, portanto, se vê refletido nas planilhas. A modernidade reflexiva discutida por Giddens se esconde nas planilhas, ou nos projetos, enquanto expressivamente denotam um querer governamental de surgimento de empreendedores,

⁴² Alguns dos Pontos reivindicados na última marcha do MST à Brasília.

através da condução das atividades projetadas, sem talvez considerar ou reconhecer que os agricultores certamente, sem o acompanhamento técnico irão, por exemplo, criar os caprinos de forma extensiva e não semi intensiva, como projetado e assim, tecnicamente estarão fadados ao insucesso.

Assim, mesmo a planilha sendo reflexiva, por encarar-se e difundir-se moderna, os elementos que seriam de resistência à tais mudanças apesar de não assimilarem completamente, ou até refutarem alguns aspectos modernos, também são modernos por si mesmos; algo como uma problemática moderna e não mais meramente uma questão de perfis camponeses, por exemplo.

Estudo de todos os casos a partir de apenas um: Seu Chico e sua certeza tímida

Quero pontuar uma breve discussão acerca do cenário encontrado no que se refere aos projetos de investimento. Do P.A. Mandacaru. Dentre os seis agricultores – chave, entrevistados, apenas “Seu” Chico garantiu pagar o financiamento e inclusive a entrevista fora feita em meio aos seus animais, no curral de seu lote. À exceção de “Seu” Chico, todos os outros entrevistados foram unânimes em afirmar que não teriam condições de pagar as parcelas do investimento, de fato, alguns sequer tinham mais nenhum animal no curral.

No entanto, o que faz Seu Chico ser capaz de pagar o empréstimo, naturalmente ampliando o projeto, através da aquisição de mais animais que o projetado, coaduna com as práticas comuns aos assentados mas com o rebanho leiteiro criado semi-intensivamente, de acordo com o projetado pelo banco reflete um lugar não – comum dentre todos os assentados beneficiários.

Seria assim a questão do perfil crucial ao sucesso do projeto de investimento?

Acredito que não apenas o perfil, toda a argumentação que temos construído é justamente no sentido de promover a percepção ou a discussão de que uma série de fatores definem, ou ajudam a definir o sucesso dos projetos e, conseqüentemente na empreitada moderna. A Ater / Ates é sem dúvida relevante, mas é também o perfil do técnico quem definirá a sua proximidade com as famílias e, mesmo assim, a desconfiança prática para ser vencida, não necessariamente passa somente pelo perfil do técnico de campo.

É preciso reconhecer que o habitus, enquanto força geradora das ações dos sujeitos e os grupos sociais, enquanto moderadores desse habitus, parecem validar a tese de que os

fatores culturais, e não apenas o materialismo, da disputa de classes contido nas análises marxistas dá conta dessa dinâmica de lógicas concorrentes.

Ora, considerando também o quadro proposto por Cunha et al (2008, p.8), os projetos serão tão legítimos quanto mais se aproximem do pensado pelas famílias e, por outro lado, mais institucionais à medida que são executados e implantados conforme o projeto oficial.

É necessário que contextualizemos este personagem na história do assentamento. Com a ocupação, seu Chico era um dos moradores da fazenda Feijão, antigo nome do imóvel que hoje é Assentamento Mandacaru. O mesmo fora morador e gerente da fazenda; quando da ocupação do imóvel, ele manteve um bom relacionamento com os assentados e vê-se que, seu perfil já indica uma forte aproximação com a criação animal.

Se hoje o discurso pessimista (e predominante) se reflete na fala de Valdo:

“Tá difícil,
Miguel, é complicado viu?
...é complicado...
Agora faço que nem a estória: Eu devo e num nego...devo e num nego...
Pago se puder né?”

Valdo, Assentado do P.A. Mandacaru

Esse discurso foi praticamente unânime entre todos os entrevistados, a Ater evidenciou-se muito como uma das razões desse “fracasso dos projetos” o que torna isso preocupante, já que uma das principais causas do “esvaziamento dos pastos” pela (de)composição dos respectivos rebanhos financiados fora justamente, a falta de acompanhamento por parte de técnicos da Ater. Dessa maneira esse ponto reforça a nossa afirmativa de que, de fato, há uma relação artificial que precisa ser mantida.

Uma exceção foi percebida, mas admito que, no caso observado, deve-se mais ao fato de um *habitus* de pequeno criador, com todas as suas experiências, do que propriamente algum mérito do projeto (e sua Ater) em si. O entrevistado admitiu ser capaz de pagar o financiamento, embora inda sôfrego:

É...eu tou com os animais tudinho...apliquei direito, tudo...vou pagar...muito apertado, né?

...
mas pago!

(“Seu” Chico – Assentado do P.A. Mandacaru)

Sem medo de que possa ser confundido que eu esteja fazendo uma abordagem determinista, não temo por me expor dessa maneira, o perfil de “Seu” Chico demonstrara sua facilidade à execução das atividades, perceptível pela sua trajetória na lida com rebanhos mais especializados e sensíveis.

Assim como Maraca, outro assentado que tem o seu projeto quase originalmente implantado, seguindo o projeto técnico; provavelmente sua formação contribuiu nesse aspecto, pois ele possui nível técnico (Técnico agrícola dos quadros do movimento).

Nesse sentido, a questão do habitus se fortalece sobremaneira, já que ambos se identificam e tem vivência em muito com a atividade financiada, que fora a caprinocultura de leite, coadunando com as premissas do projeto institucional que seria de que as famílias mantivessem ou fossem conservando animais de excelente padrão leiteiro de forma semi-intensiva. Assim, procedo a crítica do perfil desejado pelos liames do Pronaf, que, diferente do encontrado, com tais exceções, ela não se legitima, o projeto implantado não se aproxima do “jeito de fazer” daquelas famílias e de suas trajetórias.

É claro que há um elemento muito forte que se revelou em todas as falas das famílias entrevistadas, que seria a falta de acompanhamento técnico após a implantação dos projetos. A Ates foi elemento de disputa entre MST e PDHC, e após este último tendo ficado com aquela área sob sua responsabilidade, poucas foram as visitas de acompanhamento, o que colaborou substancialmente no agravamento de precarização da execução do projeto.

A proposta “modernizante” do crédito caiu por terra, devido aos fatores de legitimidade, por não dialogar intimamente com o habitus dos indivíduos, nem tampouco ser fortalecido por outra política pública: a Ates; tal proposta, portanto, mesmo que institucionalizada, na prática acaba sendo enquadrada no grupo de Baixa legitimidade e alta institucionalidade, conforme as categorias discutidas por Cunha et al (2008), o que denota um afastamento institucional, por parte do governo, em relação aos agricultores familiares.

Se num momento crítico como é a implantação do crédito, faltam legitimidade nos projetos e acompanhamento dos mesmos, qual seria o destino dos pronafianos, que não o fracasso?

Capítulo – IV. O dilema moderno: ser moderno.

(...)

“ Rico, não o homem que coleciona e se pesa num amontoado de moedas
nem aquele devasso que estende mãos sem embaraço, em terras largas.
Rico, só é o homem, que aprendeu piedoso e humilde, a conviver com o tempo”.

Poema Musicado *O Perdão*. Filme *Lavoura Arcaica*

Tomando os pontos da legitimidade e da modernidade implícita nos projetos técnicos, podemos então perceber as dinâmicas em torno do Pronaf A.

No caso de buscar compreender a política pública, Pronaf, concordo com Bastos (2006), que trata do ambiente institucional no Pronaf B, e nessa linha algumas similitudes referentes aos perfis dos agricultores e o próprio contexto regional se revelam, sobretudo na questão de perceber as dificuldades em torno dos aspectos naturais da região, que são mais restritivos que nas demais regiões do país.

Todavia, vale lembrar que temos essa singular situação, de coisas novas que se misturam à velhas coisas: temos o desejo institucional da modernidade e por outro lado, temos agricultores tradicionais, com *habitus* campestres caririseiros que tem sua velocidade, seu fazer diário que destoa da necessidade de dedicação intensiva às atividades, suposta no desejo modernizante do crédito; se por um lado, temos as coisas novas e, por coisas novas, leia-se modernidade - que está em tudo - também fazemos a leitura de que as coisas mais óbvias que estão representando esse movimento de modernidade, algo convulsivo, em se tratando do assentamento, passariam despercebidas, pela visão saturada do não rompimento com os aspectos mais óbvios que seriam numa visão de senso comum, na não vontade dos assentados em produzir que se revela em muitas falas, sobretudo nas cidades.

O Assentamento

O próprio fato do assentamento existir, e com ele os assentados, é de fato, uma coisa nova: leia-se coisa nova, como um aspecto moderno no contexto histórico do Brasil e ainda mais, sobretudo no cariri. Além disso, é desejável não apenas discutir os aspectos de modificação dos projetos como um porquê óbvio, causa e efeito à primeira vista. Mas abstrair além e perceber as dinâmicas concorrentes por trás disso, seja tal dinâmica partindo do discurso governamental, do MST ou dos assentados. O fato concreto é que essas dinâmicas existem e dizem algo sobre toda sorte de jogos disputados no ambiente institucional do Pronaf A, ou nas disputas na própria execução da atividade, entre assentados e técnicos de campo.

Ribamar (2000, p. 65), ao estudar assentamentos no Ceará e a difusão de sustentabilidade através de metodologias participativas, percebe o contexto de disputa entre dinâmicas (a governamental e a do MST) acerca de desenvolvimento. Ele inicia a sua abordagem a partir de um breve histórico da formação dos assentamentos no Estado, tratando os assentamentos como de fato pontuam-se, enquanto novidade no cenário nacional, trazidos pela modernidade e consolidando-se a partir dos anos 90, do século passado: “*essa nova realidade dos anos 1990 toma vulto e exige a atenção daqueles envolvidos direta ou indiretamente com o desenvolvimento sustentável no espaço rural*”.

Ribamar Reconhece os assentamentos como nova realidade às famílias envolvidas no [incontesti] processo de reforma agrária e, se refere através de Jará (1987), no texto transcrito que de forma objetiva contextualiza os assentamentos, inclusive nessa resistência à emancipação que trataremos aqui como *desconfiança prática*:

Assentamento é uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma forma multiforme que incorpora, na mesma figura social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também, uma instituição tutelada e burocratizada e que, com muita freqüência, resiste à emancipação.

E continua o referido autor (lembrando que ele se refere a assentamentos no semiárido e das dinâmicas concorrentes, relativas ao desenvolvimento) ao observar o confronto de dois projetos distintos, o governamental e o do MST e em meio a eles, os agricultores recém constituídos assentados:

São comunidades de agricultores construídas nos processos de lutas pela terra e também de organizações formais, associações ou cooperativas, seus instrumentos de negociação com o poder.

Eles apresentam um contexto singular, o que torna o quadro preocupante. Convivem com dois projetos em confronto: de um lado, o projeto do governo: Assentamentos Rurais, oficialmente denominado de Reforma Agrária, de outro, o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Por trás destes, duas posturas ideológicas: a primeira pautada na questão fundiária, entendendo o desenvolvimento em termos econômicos, financeiros, tecnológicos e comerciais, e a segunda, propondo mudanças estruturais com base num projeto socialista.

As disputas, em torno dos diferentes campos (Social, político, econômico) findam por moldar dentro e fora do assentamento, um ambiente de competição e de certo modo, incoerente, pelos antagonismos e contradições em discursos de militantes, técnicos e agentes de desenvolvimento, que em algumas ocasiões, em visita ao assentamento, me revelaram que tinham clara preferência pela macroeconomia, mas que entendiam o Pronaf como um passo rumo à essa mudança dos perfis dos assentados. Tais aspectos constituem o ambiente em torno da formação dos espaços.

A formação do espaço

Vê-se claramente a postura governamental, como de uma visão macroeconômica, em detrimento ou em conflito com uma lógica camponesa, que é predominante mas que, às vezes, o discurso governamental também se faz presente em alguns técnicos e militantes. Em que momento perceberíamos essa vontade explícita do Estado para que os assentamentos, no contexto do desenvolvimento, se emancipassem, como dizíamos em

outro momento desse texto, à guisa de transformar os assentados em empreendedores? Essa visão de expansão da agricultura familiar se consolida a partir do governo FHC, com a justificativa que os assentamentos deveriam tornar a si mesmos fortes e autônomos. Leite & Medeiros (2004) ao discorrerem sobre desenvolvimento rural e abordar os assentamentos como componentes desse novo rural, revelam a lógica institucional em promover, de um salto, os assentados em agricultores familiares:

Essas iniciativas, inicialmente esparsas, foram consolidadas no programa “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para Um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento Rural com base na expansão da Agricultura Familiar e sua expansão no mercado” (...) Com o lema “levar qualidade aos assentamentos”, a meta era tratar os assentados como agricultores familiares e traçar um plano de ação juntamente com os conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável.
(...)

O assentado passava a ser visto como um “empreendedor” que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e se mostrar competitivo (...) os agricultores precisavam deixar de estar sob a tutela do Estado para entrar definitivamente no universo contratual, o programa impunha, após um curto período de consolidação, o mercado como regulador maior das atividades desse contingente recém – chegado à terra.

(Leite & Medeiros, 2004, p.365 - 366)

É perfeitamente exequível transpormos essas disputas para o contexto do Pronaf A. Os mesmos projetos ou dinâmicas – a dinâmica institucional e a do MST, ora ditas – compõem o caleidoscópio das lógicas relacionadas ao Pronaf, sendo na sua essência, majoritárias.

Dessa forma, as políticas públicas, forjadas sob essas disputas, consolidam-se como mais ou menos autênticas, à medida que se aproximam ou se afastam dos quereres do seu público-alvo (legitimidade). Embora possamos considerar, enquanto política pública, como um avanço em relação ao crédito para a agricultura familiar, o contexto do desenvolvimento requerido pelo pronaf A é, sobremaneira, o contexto de uma agricultura

familiar avançada e nela, do agricultor, o que mais se aproxime do conceito de empreendedor, difundidos fortemente por instituições que também atuam na promoção de diversas cadeias produtivas, como a cadeia do bode no cariri, defendida pelo SENAR e o SEBRAE (ou os “S”, como conhecidos nas falas dos militantes do MST), ou ainda, por diversas ong’s que atuem no semiárido⁴³.

Bastos (2006, p.81), ao relacionar as “agriculturas familiares” e as políticas públicas, também confirma esta relação analisando que na primeira metade da década de 1990, o Estado brasileiro, pressionado pelas contradições a que se submeteu durante o processo de modernidade e cria *uma tipologia ajustada aos seus meios de intervenção*.

Remetendo ao Pronaf, o mesmo parte de uma lógica de tipologia do campesinato sob o viés leninista, tomando apenas a expectativa evolucionista dessa categorização dos agricultores. Ao tomar essa abordagem evolutiva do camponês, o Estado espera que o resultado final promovido pelas diferentes linhas de crédito resultasse num camponês mais *avançado*, submetido ao mercado, um empreendedor. Segundo Bastos (2006, p.83):

A versão prevalecente a partir da década de 1990 seria de tradição norte-americana, representada na agricultura pelos “farmers” em que o produtor familiar é visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista arrojado [...] pequeno empreendedor ousado.

Ele também nos dá a visão institucional de agricultor familiar:

O Estado, através do Pronaf, considera agricultor familiar aquele que resida numa gleba de no máximo quatro módulos fiscais – ou próximo disso – e possua também as seguintes características, de no mínimo 30% de suas rendas, agropecuárias ou não, sejam provenientes do estabelecimento;

⁴³ A despeito do discurso predominante no terceiro setor, muitas vezes apenas replicador de discursos de outras entidades que defendem a cadeia do bode, ou a fala da repecuarização do semiárido, ver KUHRAL (2003) que trata não só da criação animal, mas das técnicas de manejo e racionalização do uso dos recursos florísticos e edáficos para a criação de caprinos e ovinos no semiárido; embora viável tecnicamente, tais interferências a meu ver estão longe de serem replicadas em escala pela pequena agricultura e pecuária no semiárido, face à questão do *habitus*, ou dos perfis. (ler: KUHRAL, T. **Cabras, ovelhas e agricultores Familiares, viabilizando a estabilidade de sistemas de criação animal no semi-árido**. CAATINGA, Ouricuri – PE. 2003. 63p.il.)

contrate até dois empregados / ano; e o valor bruto da produção não ultrapasse os 60.000,00 reais⁴⁴

Bastos (*op. cit*)

Perceba-se que o governo *admite rendas não agropecuárias*, numa clara compreensão de desenvolvimento contextualizado com as novas questões e feições do rural e passa a admitir a existência de fato, de um novo rural ou rurbarano, aspectos tipicamente modernos:

Essa multiplicidade de fontes de ganho, de distribuição de ganhos e de acumulação de patrimônio só se explica e se compreende se levarmos em conta a multitemporalidade da família agrícola.

(Martins, 2001, p.2)

Há que se ver que essas novas dimensões presentes contemporaneamente nos espaços rurais têm influído sobre os marcos legais do Pronaf, por exemplo, ao caracterizar as diferentes fontes de renda oriundas além do trabalho agropecuário. No fundo, essa questão acaba resvalando na questão do desenvolvimento e a procura institucional por esse desenvolvimento notadamente passa por uma contemporanização do camponês, de uma incorporação do espírito empreendedor das agriculturas familiares mais avançadas no capitalismo.

A questão do desenvolvimento, portanto, carrega fatores de pressão sobre essa mudança radical pretendida pelo Estado. Essa busca passa necessariamente por uma gestação de uma agricultura, como já dissemos, empreendedora: E ao pensar assim, no caso do Pronaf A, temos que admitir que tais interesses do Estado, basicamente pede para que os assentados passem a ser, também elementos nessa transformação, referenciando a mudança para a agricultura familiar, partindo de uma microeconomia e suas peculiaridades para uma gestão macroeconômica e suas lógicas, inclusive a de mercado (o que é de fato, um sonho realmente fantástico, em se considerando os diversos perfis dos pronafianos do assentamento).

⁴⁴ Atualizado até 24/06/1994, agricultores vinculados a algumas atividades intensivas de capital, esse valor pode chegar a umentar até 50%.

Indo mais além, o governo “afeiçoa-se” ao pensamento de desenvolvimento sustentável⁴⁵, como para assegurar uma completa difusão e assimilação do discurso de um “novo moderno”, considerando aspectos mais contemporâneos, como a agroecologia, mas é evidente que necessariamente, a modificação do *status quo* passa pela substancialização dessa mudança, de perfis e para tal empreitada, a Ater deve ser totalmente reconstruída, para que possa se discutir, incorporar e implementar o discurso e as práticas de desenvolvimento sustentáveis, mal grado, de uma incorporação forçada nos primeiros momentos, pela manutenção e valoração da relação artificial agricultor *versus* técnico.

Assim, na prática, se a noção de tal desenvolvimento é incorporada somente recentemente, nos liames institucionais, não acredito que o viés tomado pelo governo seja de fato, esperando o desenvolvimento sustentável, ser consolidado, até mesmo porque sua própria conceituação é algo volátil, sem limites definidos. Na prática essa imobilidade institucional se expressa através da ausência da ATER, ou o próprio fracasso da mesma em se constituir verdadeiramente enquanto assistência, ainda mais em difundir tal discurso, o que deixa refletido nesse fracasso toda sorte de dificuldades porque passou e passam os técnicos até mesmo da ATER primária.

Especificamente, o fracasso dos projetos de investimentos no P.A. Mandacaru são produtos de um descompasso enorme, inclusive estão muito longe de algo que os vincule ao desenvolvimento sustentável. pelo contrário, desmatar e formar pastagem em corte raso da vegetação de caatinga certamente está longe de ser sustentável e ambientalmente praticável. O descompasso que me refiro está contemplado, portanto, além do perfil do empreendedor implícito nas planilhas, que se choca com o camponês / assentado do mandacaru como também até a própria (des) manutenção da ATER, enquanto elemento de

⁴⁵ ⁴⁵ Popoaski (sd) ao buscar conceituar desenvolvimento sustentável nos fala de uma procura, uma dinâmica que necessariamente remete aos limites da tecnologia, a capacidade da biosfera em absorver os efeitos da ação humana, algo muito profundo e transformador, diga-se de passagem:

“A noção de sustentabilidade, tomada como base para uma nova interpretação dos processos econômicos, sociais e de equilíbrio dos ecossistemas parece ser interessante, uma vez que, pode remeter à sociedade a capacidade de produzir um novo desenvolvimento, redimensionando suas relações com a natureza e com os indivíduos.

Embora Ehlers (1996) a considere um tanto imprecisa, apresentamos como definição de desenvolvimento sustentável aquela apresentada pelo relatório Brundtland. “A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem limites, não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade de a biosfera absorver os efeitos da atividade humana”

manutenção ou *artificialização* de relação entre os pronafricanos e o contexto moderno, macroeconômico dos projetos⁴⁶.

Embora o discurso de desenvolvimento sustentável, no contexto do Pronaf A, sinaliza para uma transformação empreendedora e mais além, ambientalmente desejável, carrega uma expectativa de que, os agricultores tornem a si mesmos, empreendedores, sobretudo por pensar o viés social, econômico e ambiental. Embora represente um avanço em relação ao pensamento desenvolvimentista, pós segunda grande guerra, onde os aspectos econômicos são valorizados, em detrimento do contexto geral (meio ambiente, tradição, aspectos etnográficos) e que fora difundido fortemente em toda a América Latina, não há, concretamente, um esforço em se instrumentalizar tal “desejo governamental”, pelo próprio fracasso da ATER. Assim, um novo agricultor / agricultura passa a ser desejável, para que o discurso governamental se efetive, o empreendedor surge como *tipo ideal* de agricultor. É o que vemos no texto de Popoaski (sd):

A agricultura, dentro desta visão de desenvolvimento rural, passa a ter uma função secundária dentro da cadeia. Sua função passa a ser de fornecedora de matérias-primas, mão-de-obra barato para a indústria, além de ser consumidora de produtos industriais.

Para Almeida (1997), o conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa a incorporar quatro grandes elementos ou noções: a idéia de desenvolvimento econômico e político, ou seja a noção de crescimento (fim da estagnação e do atraso); a noção de abertura, técnica, econômica e cultural, com conseqüente aumento de heteronomia; a noção de especialização (fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

⁴⁶ Penso, já que é evidente nas falas de diversos assentados, o abandono da Ater ao assentamento, o perfil de existência dessa Ater é sim, resultado de um abandono institucional nos assentamentos do cariri e por fim, será que o desenvolvimento sustentável defendido pelo governo, não é de fato, apenas mais um discurso?

Há que se perceber que essa concepção orgânica ainda prevalece nos assentados do mandacaru, e perceber tal fato, remete por exemplo ao aspecto de se compreender que a passagem de uma situação a outra (de trabalhadores, meeiros ou qualquer sistema ou relação de trabalho que desenvolviam antes de serem assentados) não acompanha o desejo revolucionário do MST, tampouco o desejo incrível do governo em transformar o agricultor assentado em empreendedor.

Teríamos seguindo a lógica governamental, uma seqüência de modificações realmente incríveis, algo darwinista:

Trabalhador / meeiro / vaqueiro / carvoeiro → **Assentado** / Pronafiano → **Empreendedor**

Percebemos então, que a questão de uma implantação de áreas de reforma agrária nesse contexto, de sustentabilidade e de modernidade, torna-se de fato, algo muito mais transformador e desafiante para esses assentados, como também para os técnicos de ATER e as instituições. Diria que essa procura, ao menos presente nos discursos, baseia-se principalmente nas atitudes dos assentados. Então, temos aí já um segundo choque: o primeiro, como vimos, se refere à transformação imediata dos assentados, das mais diversas origens, com os mais diferentes acúmulos ou habitus. O segundo, ponto seria a transformação do modo de fazer agricultura radicalmente.

Eis que temos também, pelo fato de se perceber a necessidade de mudança de atitudes dos assentados, em relação às muitas das suas práticas e que não deveria seguir as duas situações extremas que encontramos presentes majoritariamente na agricultura: Campesinato e agronegócio. Nesse contexto, de desenvolvimento, a agricultura também fica em dois extremos: temos dois modelos de agricultura; ou a agricultura tida como primitivista, no contexto da revolução verde, tendo como alvos desses discursos, o campesinato ou até da figura do jeca – Tatu, muito difundida no século passado, a partir da visão desenvolvimentista e fragmentária explícita nos discursos; ou o outro lado da moeda, da agricultura industrial, mera fornecedora de matéria prima para a indústria, de economia de escala, tendo como representante desse discurso, o agronegócio.

Dessa forma, a meu ver, o desafio torna-se mais gigantesco e as dinâmicas mais incisivas; as disputas de espaços no Pronaf A, refletem várias lógicas, sobretudo,

ressaltando-se esse viés da modernidade, num caleidoscópio de lógicas que ora se misturam, ora divergem. De fato, se entendermos as muitas formas da agricultura familiar, inclusive o campesinato, como lugares de resistência aos desencaixes da modernidade e o empreendedorismo como uma ferramenta de desencaixe, teremos, mesmo correndo o risco de sermos pouco cuidadosos na nossa análise, de fato, estabelecido um ponto de amarração nestas disputas, ou melhor, no entendimento delas, novamente trago o trecho de Giddens (1991, p.58), que nos fala da modernidade como algo que “*retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais*”.

O desencaixe provocado pela modernidade que desfragmenta as relações dos indivíduos, onde a solidariedade e as relações afetivas de grupo dão lugar, com a modernidade ao individualismo e assim, desconsideram-se as práticas camponesas, findam, nesse contexto, fortalecendo o processo de globalização pelo acirramento da competição entre indivíduos e entre grupos. Entrementes, acabam surgindo lugares de resistência (infelizmente não farei aqui um debate sobre globalização, já que modernidade e globalização são assuntos correlatos, e este não é o foco de nossa discussão, apesar de que o processo de desencaixe configura-se, como disse, plenamente no viés da globalização). No entanto, as resistências ao processo assumem diversas nuances e espacialmente se distribui em áreas específicas do globo. Bourdieu afirmara que o Brasil é sim um lugar de resistência à globalização (Bourdieu in: SOCHA 2008, p.45), ainda mais quando se percebem elementos naturais de resistência, entre eles essa *desconfiança prática*.

Dessa forma, compreendendo o campesinato e o seu contexto frente à modernidade, percebe-se então uma dicotomia que se alastra nas diversas manifestações do governo, pois o discurso governamental busca valorizar o moderno, passando por uma reformulação dentro das agriculturas familiares. Será que os dois modelos podem coexistir pacificamente? O governo claramente tem demonstrado que sim e até com o discurso de fortalecimento do agronegócio, com o próprio presidente difundindo os chamados “biocombustíveis⁴⁷” à despeito das reservas no pré-sal, isso se reflete, por exemplo, na

⁴⁷ Os movimentos sociais usam o termo agrocombustíveis por compreenderem essa fonte de energia que se configura na atualidade como produzida a partir de alimentos que poderiam ter o destino natural; a alimentação. O que revela o discurso eufêmico das instituições oficiais em tratar alimento como fonte de energia para carros.

questão dos montantes de capital destinados ao financiamento agrícola para a agricultura familiar e para o agronegócio⁴⁸. Além disso, temos um aspecto que vem para compor ainda mais a aglutinada e plural composição de fatores que passam a influenciar nas decisões, na condução e execução do projeto, a transformação de camponeses, ou trabalhadores rurais em assentados: é preciso que percebamos dois momentos singulares na vida do então assentado: antes de ser e depois de sê-lo.

De camponês a camponês assentado; de Assentado a Pronafiano. O habitus se revela

Os discursos não são somente estruturados a partir das estruturas – mas também, elementos estruturantes justamente porque sofreram lapidação do *habitus* e o habitus – aliás, que seja toda sorte de conotações e vivências pessoais – é, por sua própria natureza dinâmico à medida que vai se moldando, se *experienciando*, composto por multifacetadas experimentais, como um mosaico bizantino de pequenos pedaços de cerâmica que formam uma imagem, um rosto, uma identidade e que, em maior ou menor medida, carrega consigo o discurso que se mATERializa(ou) sem livrar-se de ser afetado por uma coerção estruturada em maior ou menor grau.

Essas dinâmicas apresentam-se muito fortemente porque se revalidam nos sujeitos, como a se auto certificarem legítimas, seja no viés governamental quer seja na proposta do movimento, ambas presentes nos técnicos, analistas do banco e assentados.

Dessa forma, o campo burocrático se reflete no discurso institucional⁴⁹, daí o poder simbólico das instituições estar legitimado e, até mesmo na tentativa de recusa do discurso governamental, finda-se por ter áreas de intersecção, comuns em ambos discursos. Embora se ponha politicamente como um agente anti-hegemônico, o MST também parece

⁴⁸ Recentemente foi anunciado um pacote para a agricultura empresarial de mais de 90 bilhões de Reais, muito além do montante destinado à agricultura familiar.

⁴⁹ Digo discursos, porque o governo atual parece estar em convulsão acerca de muitos aspectos, com discursos e práticas que habitualmente seriam até antagônicos, isso nas mais variadas instâncias governamentais e práticas políticas e econômicas, essa *tontura* que reflete ou o chamado *desencanto da esquerda mundial* que muitos dos membros petistas carregam, ou do pragmatismo e oportunismos peemedebista, ora o aproxima mais do social, configurando-o como social democrata, ora o aproxima mais do neo-liberalismo em sua ampla categorização, se reflete inclusive no discurso de fortalecimento do biodiesel do presidente, demonstrando essa *vontade* desmedida em se aproximar a agricultura familiar do campesinato e estes do agronegócio.

incapaz de romper em definitivo com o discurso institucional, especialmente em relação ao crédito, aliás, apropria-se da defesa, em dados momentos, de posições que em muito coadunam entre elas com o discurso oficial⁵⁰.

Se não há, mesmo dentro das instituições representativas dos assentados como o movimento, uma coesão de idéias, embora haja toda uma lógica política muito forte a ser seguida, dentre os próprios assentados também não há uma coesão ou um contexto harmônico no que tange à política ou demais relações sociais.

Embora não rompa em definitivo no tocante ao discurso governamental acerca dos projetos de investimento, o MST, por outro lado, fortalece, através da luta, uma certa integração ou coesão de grupo, a partir de suas mobilizações. Todavia, insere o assentado, que outrora fora vaqueiro por exemplo, em outro paradigma: o universo dos assentamentos o mundo novo que se abre: Ser assentado.

A partir de todo o processo de luta pela terra, o então assentado se vê cercado por novos processos, novos elementos diferenciados de sua realidade anterior; não somente físicos (a estrutura física do assentamento), como os sociais (as relações com os vizinhos de lote, ou de casa, com os técnicos, com os militantes do movimento, com o gerente do banco) ou econômicos (como romper com a perspectiva, muito freqüente no Mandacaru, de diarista nas fazendas, ou de carvoeiro?) ou o aspecto político, através das discussões de organização, associativismo, coletivismo: é um mundo novo, como sugere o próprio nome de um assentamento próximo ao Mandacaru.

Essas *coisas novas* debatem entre si mesmas ou ainda, com as velhas (tradicionais) coisas. Revela-se então, a meu ver, uma tradição de resistência ao novo. Revela-se porque ela não surge, já estava lá, escondida nos *habitus* dos sujeitos. É uma tradição que não se mostra superficialmente, é a resistência ao novo, como já dissemos, uma resistência, por exemplo, às técnicas, embora de forma velada.

Tradição esta, não a reinventada pela modernidade (pensando Giddens), já que a própria modernidade se traveste de uma roupagem que a valide, nos inconscientes dos

⁵⁰ Como se vê na defesa do associativismo, presente também no discurso governamental e no do movimento, e, para além dessa tentativa de construção de uma empresa coletiva, aglutinadora, no movimento vê-se uma busca ao coletivismo, presente nas falas dos militantes, o que em termos gramscianos seria avançado, mas na prática, já esmorece. Pô outro lado, não percebia, fora a abordagem de uma preferência agroecológica, nenhum esforço por parte do movimento em propor uma lógica radical e revolucionária em relação aos projetos de investimento.

sujeitos. Esse conjunto de não-ações remete ao cunho da tradição autêntica, caririzeira; ou seguindo as categorias em Bourdieu, desse habitus que em moldar-se às coerções, pulula também em resistência, às coisas novas, como a ATER, ou a própria concepção de assentado, que se vê em algumas falas no cotidiano do assentamento, que faz a mediação entre o posto e o proposto (desejado).

Talvez seja necessário um exemplo de recusa à abordagem técnica? A Agricultura agroecológica (tão em voga nos discursos institucionais e no terceiro setor, como também no discurso do movimento), técnicas de convivência com o semiárido ou enfim, mesmo aspectos que se percebe buscar se validar na sua própria aplicabilidade, a partir do conhecimento empírico, ou que usam o local como ponto de partida, e não de chegada, mas que, mesmo assim, ainda sofrem forte resistência; acredito, sobretudo, numa cultura de resistência, conforme afirmara Menezes (comunicação pessoal)⁵¹, de que o camponês resiste em grande maneira, às inovações oriundas da ATER oficial justamente por essa cadeia de senões e de não – ações⁵² e isso numa escala mundial.

Dessa maneira, iremos ao longo dessa abordagem percebendo, não só as não-ações explícitas, como muitas das quais já se incorporaram nos discursos, mas de fato, tantas mais estão longe de serem percebidas nas práticas dos indivíduos. Dessa forma, lógicas modernizantes não parecem conseguir transpor a força do habitus caririzeiro desses assentados. Não que o caririzeiro não se adeque por inteiro aos liames do pronaf, mas que, a postura ou o perfil dos assentados, além de ser muito diverso, constituindo-se quase sempre de ex-trabalhadores rurais (meeiros, destocadores, carvoeiros, vaqueiros, capatazes, migrantes, camponeses, enfim, as profissões e situações sociais mais diversas) acaba por destoar do discurso institucional de um querer empreendedores no campo, ao invés do campesinato de velocidade de resposta que lhe é peculiar.

No que toca à essa velocidade que lhe é peculiar, é também preciso admitir que o camponês não é algo parado, estático e resistente às mudanças; pelo contrário, as

⁵¹ Em conversa pessoal com a Professora Marilda Menezes, a mesma me relatou uma abordagem similar, de uma cultura de resistência dos agricultores, que está presente em um livro por ela traduzido, prestes a ser lançado no Brasil.

⁵² Entendo por não ação, o não seguimento por parte do assentado, por exemplo, a uma recomendação técnica. Que contexto uma não ação é adequada? Penso também nos perfis dos técnicos de Ater e eventualmente suas recomendações que devem alcançar o mais breve resultado, na expectativa dos agricultores assistidos. Mas essa desconfiança, por parte dos assentados, muitas vezes pode ou ser quebrada, diante da postura e dos resultados do trabalho do técnico ou até agravada, se os tais resultados forem negativos ou não satisfatórios.

resistências ou não ações que falo, são na verdade respostas de adaptação aos novos problemas e me parece que de fato, esse desencaixe não está completo, porque há ainda uma relação muito forte com a natureza e uma certa dependência em relação às sazonalidades típicas da lida nos policultivos e criações diversas, próprios do campesinato.

Nazareth (1996, p.4), ao tratar de campesinato e agricultura familiar, detendo-se acerca do camponês, traz ao debate um trecho de um texto de Michel Gervais que, discute justamente isto, da necessidade de se quebrar esse ícone de um sujeito avesso às mudanças e que não acompanha, em grande medida as modificações contextuais em que está inserido:

Esta percepção da agricultura familiar é confirmada por Michel Gervais: “Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. Assim, o individualismo, de que tanto se acusou o camponês artesanal, antes de ser um traço de caráter, era uma necessidade técnica”

A força da não –ação, ou pelo contrário, da ação – além, que constrói atividades não previstas no projeto, reside justamente no habitus daqueles indivíduos que com toda sorte de motivos – no caso em questão, da falta de acompanhamento técnico como principal fator limitante – não implantam determinadas práticas em seus cotidianos de trabalho, ou ampliam as atividades dentro do projeto.

Quando, se finda percebendo que alguns beneficiários não parecem querer tomar para si, as tais coisas novas, ou no máximo apropriam-se delas, como lhes melhor lhe convier é que fica, agora de minha parte, esse questionamento, desse querer⁵³ perceber se de fato é a ATER que não age, naturalizando uma relação artificial, ou os próprios assentados, que pela força do habitus que tomam as modificações dos projetos, como

⁵³ Esse querer, muitas vezes não parece, de fato, ser programado, ou efetivamente consciente, mas decisivamente, a questão da apropriação de técnicas, por exemplo, só ocorre se lhes forem conveniente (essa afirmação eu recorro à minha experiência pessoal, enquanto técnico de campo). Daí o fracasso de muitos projetos de Ater secundária, freqüentemente observados no cariri

componentes mais centrais nas suas estratégias de ampliação do mesmo, tornam evidentes as dinâmicas em torno do pronaf A.

Quero retomar o ponto do desejado e do obtido através dos projetos. Assim, polvilhados de coisas novas, os assentados carregam sob aquele “polvilho” o miolo de seus quereres, dificilmente eu creio, que aquelas informações que estão na periferia de suas consciências seria facilmente incorporada, penetraria essa casca de seu habitus.

O projeto de investimento à primeira vista parecia passar a ser desejado e se aproximar muito de um projeto de vida, mas não o é, não o foi; é uma ferramenta talvez para alcançar novos patamares, ou objetos de consumo (moto, geladeira, por exemplo), através do incremento à renda das famílias beneficiárias mas, que por um motivo ou outro, no caso do mandacaru, não percebemos uma modificação substancial na vida dos beneficiários. Além disso, a questão da assistência técnica (que se desfez) é central e tomou um tamanho gigantesco na relativização dos fatores que influíram nos resultados da implantação dos projetos de investimento. Há, portanto não só a questão de perfil dos beneficiários, mas também do acompanhamento dos projetos, após implantados.

Basta nos determos sobre um depoimento de uma beneficiária acerca de sua atual situação, onde a mesma recebeu o projeto para criação de cabras leiteiras e desponta fortemente os dois pontos ora mencionados: o perfil, enquanto aptidão e conhecimentos acumulados para a lida com o rebanho e por sua vez, o acompanhamento de ATER, que de fato, não houve:

“aí a gente né Miguel? Queria muito que saísse o projeto, assim, mas depois, a gente ficou sem assistência e foi bicho morrendo, fui ficando lisa, roubaram meus bicho. É ...vendi uns... Num tem mais nada!

E outra: é...tinha muita cabra melindrosa! Eu num sei cuidar daquilo!

Cida, Assentada do P.A. Mandacaru.

Aí a pergunta: De fato, o projeto era adequado à essa pessoa?

Os animais, por serem mais especializados, no caso para produção de leite, demandariam maiores cuidados que a criação extensiva de animais rústicos, tipicamente vista na região, no entanto, à época, havia uma esperança, na equipe técnica (ainda tenho minhas dúvidas se era inocente, por justamente temer que houvesse essa apropriação de uma *máscara*, empreendedora – é Thompson – e que num segundo momento essa máscara

ruísse) para que essas famílias carregassem o projeto de investimento minimamente, desde que acompanhados pelos técnicos, conforme previsto no contrato de ATER.

Havia entre o quadro da equipe técnica uma discussão de perfis; quais os beneficiários se adequariam à nova realidade? Quais romperiam obstáculos, como o estigma, de devedores e por outro lado, de produtores que deveriam estar (teoricamente) fortalecidos⁵⁴.

No entanto, essa discussão não deveria se limitar àquelas pessoas, mas de fato, ao próprio umbigo da equipe, ou dos responsáveis pela manutenção da mesma, seja Incra, MST ou MDA: a ATER não contribuiu com aquelas famílias, muito menos as orientou minimamente, quer tivesse sido na condução do rebanho, manejos sanitários, alimentares e reprodutivos...Enfim, a ausência da ATER definiu em grande parte, o insucesso do Pronaf A no Mandacaru, ela era o esqueleto que sustentava a constante mediação entre a técnica e o empirismo daqueles assentados; era um cimento ou cola que buscava unir categorias diferentes e provocar o processo evolutivo de camponeses, ou trabalhadores rurais para os pequenos empreendedores.

Ainda assim, à época, discutíamos que talvez, este ou aquele beneficiário pudesse lograr êxito na condução do projeto, geralmente por aproximar-se mais do perfil disciplinado da agricultura familiar institucionalizada nos discursos do governo. Ora, não discutíamos se de fato, aqueles projetos seriam assimilados na rotina daquelas famílias, pela sua proximidade com o *habitus* delas (certamente por limitações epistemológicas). Era talvez ponto encerrado de que o projeto se aproximara muito do desejado pelas famílias, pelas discussões anteriores à elaboração e ao encaminhamento do mesmo.

Hoje percebo duas coisas: a) A arrogante posição de nós técnicos, ou no mínimo, ingênua, de crer na proximidade do projeto de investimento que por si só carrega um viés macroeconômico, para famílias recém saídas de condições adversas e que nunca foram gerenciadoras de empreendimentos financeiros com esse viés e, portanto, oriundas de uma lógica microeconômica; b) A incorporação pelas famílias do discurso institucionalizante do pronaf, enquanto acompanhados por nós, extensionistas, apenas enquanto acompanhados, parecia aproximar o projeto proposto do realmente desejado.

⁵⁴ Irei pontuar dois casos em que em um, houve uma surpresa em relação à implantação do projeto e outro, que seguiu a tendência pensada pela equipe, pelo perfil do assentado

Com a quebra da assistência técnica, a relação artificializada também se quebra, frente a motivos os mais diversos, mas, sobretudo, por nunca haver existido de fato, essa absorção imediata do discurso moderno: da velocidade, do cronograma de reembolso das planilhas, do descarte programado no rebanho. Rompe-se então a relação artificial que existia: muitos dos beneficiários não carregavam em sua historicidade a criação de caprinos, conduziram tal empreendimento de forma mais difícil, precisando certamente, de um acompanhamento mais próximo e frequente por parte dos agentes de ATER. Pela própria presença de forma relevante nesses “empreendimentos” da ATER, a relação dos assentados com as suas atividades, tornam-se mais e mais artificiais.

Betinho: - Faltou mais assim, eu perdi muita criação por falta de experiência. (...) Só no primeiro ano eu dei uma perda de cabra boa! (...) Eu comprei cabra de duzentos contos lá, mais meu amigo! Eu dei uma perda de cabra aqui!

- ói, o erro todinho desses projeto, foi de veterinário... porque o povo aqui...acompanhar...o ideal, pra fazer...menos fazer mês em mês, ou dois dois mês...aqui era pra gente ter um veterinário, vamo botar...de três em três mês pra ele passar...

(...) muitos morreu por falta de, de, veterinário...porque ói, aquela doença quando chegou na perca das minhas cabras (perguntando a Seu Chico)...tal de doniose, né?

Seu Chico : Clostridiose!

Miguel: Clostridiose... Eita! ...era só vacinar...

Seu Chico: É...

Betinho: Justamente! Eu dei uma perda nessas cabra devido a essa doença...eu num tinha a base... no que? O que é que acontece? Eu, que vivia mexendo dentro de fazenda... ixe! (antes de ser assentado) dei uma perca e muitos, que num sabia nem por onde começava?

É perceptível que, mesmo havendo essa disposição por parte dos assentados em absorver indicações técnicas mais pontuais, porém relevantes, como a presença de um veterinário, na prática isso não aconteceu, já que um veterinário só acompanhou o assentamento diariamente à época de nossa passagem no mesmo, prestando nosso serviço na ATER, enquanto equipe forte e coesa. Isso se reflete na fala de Betinho:

Por outro lado, é de fato a relação direta do habitus que se expressa nessas falas e mais importante, ao traçar um breve perfil dos dois assentados, a partir, neste caso, de minha vivência junto à eles, a partir de uma breve análise dos discursos pode-se perceber nas falas, (a entrevista seguia como uma conversa solta, na porteira do curral) diversas

categorias ou perfis, apenas nessa fala. Vou, portanto, traçar um breve perfil dos entrevistados, de forma bem objetiva, para que tracemos uma linha até onde eu já discutia os diferentes perfis e a transformação singular porque passaram todas aquelas pessoas.

Seu Chico aparece em diversos trechos do estudo no P.A. Mandacaru, relatado por Lazaretti (2007) em algumas passagens do histórico do assentamento: fora gerente da antiga fazenda feijão e tinha na prática, não ofereceu resistência à ocupação e, pela sua lida, tem muito conhecimento acumulado na criação animal.

Note-se que Betinho vez ou outra recorre ao Chico para confirmar, validar ou reforçar suas falas, e isso, que se vê nesse trecho, se repete ao longo de toda a entrevista. Por sua vez, Betinho, que fora trabalhador rural, e não um vaqueiro tinha um conhecimento mais superficial dos cuidados com os rebanhos, daí sua queixa por não ter sido acompanhado, pela ATER. Há no entanto, ainda um distanciamento dele em relação a outros assentados que tem um perfil ainda mais afastado da atividade, com pouca ou nenhuma experiência na criação dos animais.

De outra forma, se os perfis coadunassem com o perfil empreendedor desejado pelo governo, poderíamos compreender que o pagamento do empréstimo deve seguir a lógica do cronograma de desembolso. Mas, como vislumbrar a adimplência nas condições em que se encontram atualmente todos os beneficiários? No último levantamento que fizemos, das 6 (seis) pessoas (referenciais no assentamento) entrevistadas, quase todas afirmaram não ter como pagar as parcelas, e a impressão que tive do contexto geral não diferiria muito desse sentido. Apenas uma afirmara ter condições de, com o tamanho do rebanho atual, honrarem apenas as suas parcelas, embora não com a folga pretendida no projeto; através do descarte planejado do rebanho, já que os índices zootécnicos na prática, nem de longe lembram o projetado.

Preciso me deter na questão do reembolso ao banco, seguindo um cronograma de desembolso muito próximo, que servirá para ilustrar os valores até elevados para os padrões atuais dos assentados para que possamos perceber a partir de valores muito próximos do real a situação que se encontram ao proafianos no Mandacaru.

Mais especificamente, sobre o projeto de investimento, o cronograma de desembolso de pagamento das parcelas do Pronaf A, apresenta uma coluna com os valores das parcelas, com valores ou decrescentes, ou fixos, dependendo da elaboração, embora não

dispomos dos valores reais, o cronograma é bem próximo do real, inclusive do valor financiado para a aquisição de 14 cabras de leite, 1 reprodutor e as benfeitorias (cercas, pequenos apriscos) e o suporte forrageiro (palma e implantação de capim Buffel, para pisoteio).

Nesse cronograma, se vê uma coluna com o valor a ser pago da parcela sem o bônus de adimplência e, com o bônus (que é o rebate de 50% sobre as parcelas, caso seja paga até a data prevista e com a perspectiva de pagamento de todas as parcelas).

Devo admitir que nos nossos discursos sempre frisávamos a viabilidade do pagamento do projeto a partir da parcela com o desconto, o qual fora explicado aos então proponentes e usávamos, nós, técnicos e assentados, a idéia da antecipação da parcela como uma estratégia financeira:

Seu Chico: - Agora, eu acho que o projeto veio numa base até parecida com uma ajuda, né?...viu?...é porque...tem aquele desconto né? ...eu num sei quanto que tá o desconto né?

Miguel – é o desconto, se pagar em dia, né?

Seu Chico: - É...isso...

Eu acho que veio com a intenção do cabra pagar...

Agora, que sobre a renda...o cabra tem...aí fica meio difícil...

É pouca...

A renda é pouca...

Betinho: É muito pouca...

A tabela seguinte (Tabela 3) mostra o exemplo hipotético dessa estratégia, justificada pela coluna do rebate, onde o pronafiano, nos nossos planos, teria como através da venda do leite, do descarte de animais e matrizes já pouco produtivas, com o passar dos anos, pagar as respectivas parcelas anuais, sempre atento ao calendário de pagamento, a partir do segundo ano, num total de 10 (dez) anos.

Os valores são hipotéticos, repito, mas muito próximos dos valores financiados, onde, nas entrevistas revemos queixas de assentados reclamando do valor da parcela, que chegava aos R\$ 2.300,00, sem incluir o rebate.

As atividades financiadas no Mandacaru foram 3 (três): Caprinocultura de leite: Onde os valores dos projetos beiraram o teto máximo da época (R\$ 13.500,00); a Caprinocultura de cria e recria, com animais de dupla aptidão, mas menos produtivos e com valor total de projeto beirando os R\$ 11.000,00; por último a atividade de bovinocultura,

com o projeto liberado para aquisição de 3 vacas mais benfeitorias, esse último, beirando os R\$ 9.000,00. Os valores dos juros se referem aos juros praticados na época. Recentemente o governo federal reduziu os juros dessa linha de crédito 1,15% para 0,5%, aumentou o teto de financiamento e o período de pagamento, que ficou em até 12 anos, dependendo da necessidade do projeto.

Tabela 3. Cronograma de desembolso hipotético de projeto no valor de R\$ 11.648,00, com 2 anos de carência e 8 parcelas fixas anuais – Juros aproximados; Cronograma de desembolso hipotético (aproximado) acerca do pagamento escalonado do empréstimo para o Pronaf A. no caso em questão, as parcelas foram fixas e não decrescentes e os juros são simples, de 1,15 % a.a. (ainda seguindo as mesmas discussões da época em que fora contratado o Pronaf A).

Cronograma de desembolso			
Crédito	R\$ 11.648,00		
	Residuo	Parcela fixa	Rebate
	R\$ 13.628,16		
Ano 1	R\$ 13.628,16	R\$ 0,00	0,00
Ano 2	R\$ 13.628,16	R\$ 0,00	0,00
Ano 3	R\$ 11.924,64	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 4	R\$ 10.221,12	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 5	R\$ 8.517,60	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 6	R\$ 6.814,08	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 7	R\$ 5.110,56	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 8	R\$ 3.407,04	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 9	R\$ 1.703,52	R\$ 1.703,52	851,76
Ano 10	R\$ 851,76	R\$ 851,76	425,88
Total residual			0,00
* Juros Fixos de 1,15 a.a.			
** Mais encargos e taxas			

A tabela 3 então ilustra um aspecto, dos valores, o *quanto*, ou pelo menos, a lógica muito próxima dos valores reais; entretanto, hoje, diante do quadro encontrado na minha última visita, não vejo sequer perspectiva da maioria dos assentados de pagamento de um cronograma semelhante: o *como*.

Além da questão do pagamento do financiamento, pontuamos em outro momento desse trabalho, a questão das modificações dos projetos pelos beneficiários. Percebo que a questão em si, da modificação, ou ampliação, não remete unicamente a um aspecto mais pontual de um simplesmente querer...ela reflete as lógicas em disputa sobre o Pronaf.

Em um nosso estudo anterior, (Souza Neto, 2006), no Mandacaru, apontamos algumas atividades implantadas sob a lógica dos assentados que reforçam essa abordagem, da dicotomia entre eles e instituições, percebemos que havia de fato, uma recusa às dinâmicas majoritárias, seja do MST, seja a governamental, apesar de que não nos aprofundamos nesse tema; avaliamos mais sob o viés da economia essas modificações.

Em algumas delas, mesmo sob uma análise econômica pura, percebemos a viabilidade de atividades ampliadas ou implantadas que não eram financiáveis pelo banco, como a criação de tourinhos, ou o confinamento de ovinos machos.

Contudo, no contexto geral, (e agora isso é um relato pessoal), sempre observei uma certa dificuldade em difundir técnicas e discutir possibilidades de médio e longo prazo. Mesmo tendo uma formação que seguia as orientações de proximidade e estreitamento das relações, apesar de minha vigilância no estreitamento de tais relações. Assim, o que é moderno, se reflete em muitas atitudes e não podemos dizer que aqueles agricultores / criadores / assentados, não estão desencaixados pela modernidade: há o consumo, a visão imediatista, as relações sociais, as falas e o sentido do desencaixe espacial se reflete nas conversas, no entanto, os elementos de resistência tipicamente camponeses, principalmente os mecanismos de desencaixe temporal ainda não parece de fato, ter sido plenamente absorvidos.

Modernidade enquanto painel de contrastes: O habitus e a desconfiança prática.

Esse descompasso parece ser muito mais evidente quando relacionamos o contexto da modernidade e as práticas modernas da agricultura / pecuária aos assentados. Especificamente quando se trata da do trabalho da Ates, propriamente dito, da difusão tecnológica, não parece de fato, mesmo com toda a abordagem participativa por conta da formação militante dos técnicos do Movimento e muito próxima do público alvo, que os resultados foram verdadeiramente positivos, devido principalmente à resistência velada às novas técnicas.

Houve, à época em que estávamos à frente da Ates, à medida que buscávamos agrupar os assentados em torno da condução mais adequada à lógica do projeto, com toda sorte de intervenções, por parte da equipe técnica, como dias de campo, palestras e as

visitas quase diárias aos assentamentos. No entanto, mesmo com toda a abordagem dinâmica, participativa, muito mais próxima até de uma pedagogia de Paulo Freire (que entendia o extensionista também como educador)⁵⁵, abordagem essa, reforçada pelo Movimento, salvo poucos casos, não havia uma difusão das técnicas de forma massiva, o trabalho sempre fora de forma gradual, havia uma cautela por parte dos assentados que acreditávamos ser exacerbada pela conjuntura política do assentamento mas que ora compreendo como algo de reserva, de cuidado, até mesmo inconsciente.

O habitus explica, mas talvez não seja suficiente para explicar o porquê, por exemplo, das técnicas e cuidados com o rebanho, depois de ilustradas, difundidas e exemplificadas, não terem sido de fato assimiladas. A possível crítica só poderia vir do aspecto de proximidade dos técnicos com os assentados, mas não havia um distanciamento entre as duas partes que justifique tal afirmativa.

Na verdade, e isso é uma observação pessoal minha, acredito que por permanecer tão próximo às famílias, havia uma vulgarização da imagem de alguns técnicos, à medida que se percebiam seus medos, seus vícios que afloram com toda rotina, embora essa proximidade é desejável, do ponto de vista de estreitamento das relações, como afirma Halmenschlager (2003), no entanto, considero essa visibilidade muito próxima como algo que deve buscar critérios de aproximação. Não estou pregando a não – militância, ou a não procura pela aproximação, pelo contrário, ela deve ser buscada a qualquer custo.

Estou afirmando que o cuidado na manutenção dessa relação estreita deve ser norteado a partir de uma vigilância muito pesada, por ser, muitas vezes a partir de uma auto crítica, o que na prática acaba individualizando e não massificando essa vigilância, que estaria à mercê do subjetivismo auto crítico individual de cada técnico.

Quanto aos assentados, eles permanecem ambíguos em relação à modernidade. Há ainda uma lógica de tempo de plantio, de destoca, uma regulação temporal a partir das atividades do campo (as sazonalidades típicas) mesmo que mínima, pelos elementos naturais, e pelo clima (já que as estações são definidas apenas em duas; período das chuvas e seca) caracterizando uma resistência, inconsciente e involuntária, à modernidade, que tem o relógio como o grande regulador temporal (é Giddens, 1991).

⁵⁵ Da obra de Paulo Freire: Extensão ou comunicação?

A gente planta, espera pra colher, a gente que trabalha passa um apertinho mas sempre temos o que comer. Quem cria bicho a luta é a mesma, todo dia...num pára!

Seu Chico, assentado do P.A. Mandacaru

Há uma certa modernidade residual⁵⁶: o habitus decorrente do embate entre as ferramentas de desencaixe da modernidade e os elementos de resistência do caririzeiro às inovações e técnicas. A desconfiança prática é o elemento central dessa abordagem, já que observo que não há de fato uma assimilação completa das técnicas, mesmo que essas técnicas sejam reproduções exitosas de outros agricultores e o técnico faz uso delas, como o Pataq chama, através dos “agricultores experimentadores” que, conforme incorporam aquelas técnicas, passam a ser uma nova categoria: “agricultores vitrines”.

Mas mesmo assim, nesses outros casos, das ações da Ates no assentamento, não observo uma sistemática incorporação daquelas práticas pelos agricultores. Talvez lembrando Marx, quando falava da resistência dos agricultores às mudanças, mas prefiro lançar a hipótese de uma categoria que busque compreender essa resistência como uma defesa seja inconsciente ou deliberada.

⁵⁶ Através da diferença do processo de embate entre as características da modernidade e os elementos cultivados pelas tradições do campesinato.

Considerações finais

Em vista do discutido e do status em que se encontram os assentados do P.A. Mandacaru, que tornaram – se uma categoria pouco desejável em qualquer estatística, seja oficial ou dos movimentos sociais: a de devedores ilustram por sua vez o descompasso entre a noção institucional de modernidade e o desejo prático de uso do crédito pelos assentados.

Contudo, essa situação nos revela, ao examinarmos mais profundamente, uma situação bastante incômoda, muito além do fato do endividamento nos assentamentos, que é a falência quase absoluta desses projetos de investimento, com o viés de análise macroeconômica para forçar a modernização dos assentados.

Conceitualmente, a categoria assentados é moderna, o crédito é sim um elemento moderno, mas no entanto, não há o desejo racionalizado, pensado, de incorporação dos elementos modernos pelos assentados, inclusive da absorção das técnicas de convivência com o semiárido, por exemplo, da racionalização das atividades produtivas, mediante as potencialidades e limitações do bioma e da condução dos “empreendimentos” de uma forma potencialmente “empreendedora”.

O crédito do Pronaf A assim, ao invés de atuar como um catalisador dessa transformação e incorporação da “agricultura moderna” pelas agriculturas familiares, nas quais o campesinato se insere como uma delas age como elemento dispersivo, por uma série de fatores que se referem principalmente às disputas institucionais e na lógica de se legitimarem enquanto mais ou menos próximas ao desejo de cada grupo.

Os aspectos naturais também são limitadores do “pacote” dos projetos, eles também influenciaram negativamente na questão ambiental do assentamento, assim como a questão do habitus dos assentados carregar, em sua essência, uma resistência ou desmotivação, que seja, que afasta os pronafianos do objetivo governamental.

É fácil observar em diversas áreas do Cariri um intenso sobrepastejo, principalmente em se tratando de gado caprino, esse sobrepastejo, que é a não consideração da Capacidade de Suporte, a meu ver é o reflexo de uma ótica que não se apega aos *apelos* técnicos de sustentabilidade e neste caso específico, foi impulsionado pelo programa do leite. Esses

excessos não se relacionam apenas aos assentamentos, mas quase em todas as áreas que pude observar. Afirmo que isso é fruto de uma política pública pensada de “cima pra baixo”, ou pelo menos, sem cuidar com firmeza de uma visão holística da cadeia do leite e, pensar isso não me afasta de um contexto que quero compreender neste trabalho, que, entre outras, seria a própria atuação da Ates.

Primariamente, dever-se-ia pensar uma Ates forte e consolidada, para atuar junto às comunidades, para se repensar o modelo de uso dos recursos naturais de uma forma coerente. A questão do alimento dos animais e a oferta de forragem de forma regular, seja por feno, silagem, manejo de caatinga, entre outros, seria um dos aspectos que, pensados preliminarmente à questão da comercialização do leite, contribuiriam enormemente para a sustentabilidade da própria cadeia produtiva, mas que não se vê, ao menos institucionalmente, tal ponto discutido. O ganho em sustentabilidade dentro de diferentes campos sociais promovido por um possível programa ou política pública que pensasse isto superaria um possível (e anti popular) programa de adequação ambiental dos rebanhos leiteiros que poderia inclusive, incluir a redução de rebanho, otimizando a produtividade individual dos animais.

Compreender o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (*Pronaf*), na sua linha de crédito destinada às áreas de assentamento (*Pronaf A*) enquanto fruto de embates e confrontos, bem como levantar aspectos que ainda possam ser entendidos como “arestas” é, a meu ver, uma forma de permitir a “recriação” ou um repensar rumos. Rumos que atualmente carecem ser incorporados, ao menos no discurso institucional de um *Pronaf* sistêmico, entendendo a unidade de produção familiar como um contexto mais amplo e dinâmico, holístico bem como perceber ainda, as velocidades e perfis dos beneficiários e não estender a todos uma lógica macroeconômica.

Daí que a busca de argumentos que expliquem a suposta adesão das famílias ao espírito empreendedor intrínseco aos projetos institucionais ou sua recusa, poderá ajudar a compreender tal dinâmica. Essa observação, das tendências dos *pronafianos*, e seus perfis, poderão auxiliar na composição ou busca de ações que cumpram não só o desenvolvimento econômico pretendido pelo programa, mas, sobretudo possibilitando uma consolidação de Políticas Públicas economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e, sobretudo, socialmente adequadas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. *As contribuições do conceito de habitus para o debate da classe camponesa*. II Simpósio Internacional de Geografia Agrária.. Presidente Prudente: 2005. 9 p.

AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto; TONNEAU, Jean – Philippe. O PRONAF e a “nova modernização desigual” da agricultura brasileira. *Raízes*. v 22, n.1, 2003. p.46 - 57

ARAÚJO FILHO, J.A. de, *Manipulação da vegetação lenhosa para fins pastoris*. Sobral – CE. Embrapa – Cnpq. 1992. (circular técnica, 11). 18 p.

Atualização do diagnóstico florestal do Estado da Paraíba. SUDEMA. João Pessoa. 2004. 268 p. 40 mapas.

BASTOS, Fernando. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. 2006: Polis. São Paulo. 255p.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Brasiliense. São Paulo: 1990.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A Profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas - SP, 2003. UNICAMP/FAPESP. 243 p.

CALDART, Roseli Salet. *Movimento Sem terra: Lições de pedagogia*.

Disponível em: < <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli1.htm> >

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; LEITÃO, Maria Rosário F. Andrade; SANTOS, Maria Salett Tauk. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil: relatório de pesquisa / Angelo Brás Fernandes Recife: Gráfica Artimpresso, 2008.

CAPORAL, F.R. e COSTABEBER, J.A. *Agroecologia e extensão rural – contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília:MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.8, abril 1997: 70-82.

CUNHA, Luis Henrique; SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira; NUNES, Aldo Manoel Branquinho. Projetos territoriais, processos de territorialização e conflitos ambientais no semi-árido: a proteção da natureza em assentamentos e nas RPPNs. *32º Encontro Anual da Anpocs*. São Paulo. 2008. 30 p.

DAWSEY, John Cowart; Caíndo na cana" com Marilyn Monroe: Tempo, espaço e "bóias-frias" *Rev. Antropologia*. v.40 n.1 São Paulo 1997.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BRUNO, Regina; SOUZA, Inês Cabanilha de; DIAS, Marcelo Miná. *Assistência Técnica para os assentamentos rurais. Análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)*: Relatório de Consultoria. Brasília: 2003. 39 p.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *São Paulo em perspectiva*, 18(2): 95-103, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e renda na agricultura familiar: Efeitos do Pronaf Crédito. *Agriculturas*. São Paulo, SP, 50(2):1-13, 2003.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. *Impacto dos assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo, 2004. NEAD, p.193-242. 390p. il.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A Produção a Ação Coletiva No MST: relações de poder e subjetividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, 2007.

LEROY, Pierre. O impacto sobre o meio ambiente. *Lê Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo. Ano 1. n.12. p.8 – 9. 2008.

MARTINS, José de S. Impasses sociais e políticas em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. In: *seminário interno da FAO*, 2001, Santiago, Chile. Dilemas e perspectivas para o desenvolvimento regional do Brasil, com ênfase na agricultura familiar, na primeira década do século XXI. Santiago do Chile, 20001

PAIVA, Irene Alves de. *A dimensão educativa do fazer militante no MST*.

Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t037.pdf>>

PEREIRA, Daniel Duarte. *Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?*. UFCG. 2008. Tese de Doutorado. 370 p.

POPOASKI, Ana Marta. *Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar*

Disponível em:

< <http://www.coladaweb.com/geografia/agricultura.htm>>

RIBAMAR, Furtado. A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília. IICA. 2000. 180 p.

SCHNEIDER, Sergio. *Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil*.

Disponível em:<<http://www.alasru.org/> -Sergio.pdf> Acesso em 31 de março de 2008.

SOCHA, Eduardo. Um esporte de combate. *Cult*. São Paulo. n.128. p.44-46. 2008

SOUZA NETO, Miguel David de. *Memórias de um projetista: o Pronaf A em um assentamento no semi-árido*. 81 p. Trabalho de conclusão de especialização em educação

no campo (residência agrária). Centro de Formação de tecnólogos. Universidade federal da Paraíba. Bananeiras, 2007.

REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de crédito especial para a reforma agrária (PROCERA); institucionalidade, subsídio e eficácia. IPEA. Rio de Janeiro. 1999, 22 p.

THORNTON, Ricardo Dominic. CIMADEVILLA, Gustavo; *Grisés de la extensión, la comunicación y el desarrollo*. 1ª ed. - Santa Rosa : Basel ; Buenos Aires: Inst.Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA, 2008.

316 p. ;

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: Rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro:2003. n. 21.p.43-60.

_____ Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX encontro anual da ANPOCS. Caxambu:1996. 19 p.

WACQUANT, Loïq J. D. Pierre Bourdieu's sociological legacy: two dimensions and a personal note. *Rev. Sociol. Polit.*, 2002, vol., no.19, p.95-110.